Repositório Institucional da UFPI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI

1. Identificação do material bibliográfico:

[ ]Tese [X]Dissertação [ ]Monografia [ ]TCC Artigo [ ]Livro

[ ]Capítulo de Livro [ ]Material Cartográfico ou Visual [ ]Música

[ ]Obra de Arte [ ]Partitura [ ]Peça de Teatro [ ]Relatório de pesquisa

[ ]Comunicação e Conferência [ ]Artigo de periódico [ ]Publicação seriada

[ ]Publicação de Anais de Evento

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: _____

Programa de pós-graduação: Pograram de Pós Graduação em História do Brasil-PPGHB

Outro: _____

Autor(a): Nathiely de Araújo Silva

E-mail: nathielyaraujo@ufpi.edu.br

Orientador (a): Claudia Cristina da Silva Fontineles

Instituição: Universidade Federal do Piauí – UFPI

Membro da banca: Prof. Dr. José Pereira de Sousa Junior

Instituição: Universidade de Pernambuco

Membro da banca: Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto

Instituição: Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Titulação obtida: Mestra em História do Brasil

Data da defesa: 21/03/2024

Título do trabalho: **O *IMPEACHMENT* É UM ESPETÁCULO DIGNO DE NOTA**: O PROCESSO DE DEPOSIÇÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF NOS JORNAIS *O DIA* E *MEIO NORTE* DE TERESINA - PI (2015 – 2016)

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): _____

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [X]

Parcial: [ ]. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados:_____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 264/2016 de 05 de dezembro de 2016, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Teresina Data: 12/ outubro / 2024

Assinatura do(a) autor(a): Nathiely de Araújo Silva

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).

DOCUMENTOS – NATHIELY DE ARAÚJO SILVA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)

NATHIELY DE ARAÚJO SILVA

O *IMPEACHMENT* É UM ESPETÁCULO DIGNO DE NOTA: a cobertura do processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff nos jornais *O Dia* e *Meio Norte* de Teresina – PI (2015 – 2016)

Teresina – PI
2024

NATHIELY DE ARAÚJO SILVA

O *IMPEACHMENT* É UM ESPETÁCULO DIGNO DE NOTA: a cobertura do processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff nos jornais *O Dia* e *Meio Norte* de Teresina - PI (2015 – 2016)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Ministro Petrônio Portela, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.
Orientadora: Profa. Dra. Claudia Cristina da Silva Fontineles

Teresina - PI

2024

S586i Silva, Nathiely de Araújo.

O *impeachment* é um espetáculo digno de nota : o processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff nos jornais *O Dia* e *Meio Norte* de Teresina – PI (2015 – 2016) / Nathiely de Araújo Silva. -- 2024.

157 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós- Graduação em História do Brasil, Teresina, 2024.

"Orientadora: Profª. Drª. Claudia Cristina da Silva Fontineles".

CDD 981.22

O *IMPEACHMENT* É UM ESPETÁCULO DIGNO DE NOTA: a cobertura do processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff nos jornais *O Dia* e *Meio Norte* de Teresina - PI (2015 – 2016)

Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus Ministro Petrônio Portela, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.
Orientadora: Prof.a Dra. Claudia Cristina da Silva Fontineles

Aprovado em: 21 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dra. Claudia Cristina da Silva Fontineles
Universidade Federal do Piauí

_____
Marcelo de Sousa Neto
Universidade Federal do Piauí e Universidade Estadual do Piauí

_____
José Pereira de Sousa Junior
Universidade Federal do Piauí e Universidade Estadual de Campina Grande

AGRADECIMENTOS

Alberto Caeiro, o guardador de rebanhos, expressou que “há metafísica bastante em não pensar em nada”. Apesar de ser uma grande admiradora dos seus poemas e de tê-los como minha oração, sinto a necessidade de não só pensar como a de registrar algo. Em primeira instância, gostaria de agradecer a Deus – aquele que nunca o vi, “mas se Deus é as flores e as árvores, e os montes e sol e o luar, então acredito nele. Então acredito nele a toda a hora. E a minha vida é toda uma oração e uma missa. E uma comunhão com os olhos e pelos ouvidos”. A essa força superior (em todas as suas expressões e manifestações), agradeço a experiência de viver com outros “seres diversos e conscientes” de nossa humana, invencível condição.

Aos meus avós, Maria dos Milagres (*in memoriam*), José Vieira da Silva (*in memoriam*) e Maria da Conceição de Araújo que vieram antes de mim e trilharam caminhos para que aquilo que lhes foi negado, me fosse permitido: o direito de ler e decodificar o mundo ao meu redor por meio da palavra escrita. Meus avós não puderam aprender a ler, não tiveram acesso à educação completa e gratuita; sem a qual eu jamais teria conseguido acessar o ensino superior. Ainda assim, leram o mundo à sua maneira, utilizando todos os sentidos para compreenderem os “sinais da terra, das árvores, dos bichos” e construíram, para nós, condições de acesso a outros saberes possíveis. Tenho muito orgulho disso. A vocês, todo meu amor e gratidão. Eu sou porque vocês me constituíram.

Aos meus pais, Francisco das Chagas Oliveira da Silva e Elisângela Lima de Araújo – minha fonte de amor e cuidado, e ao meu irmão; Francisco Wellington de Araújo. Se eu tive condições de chegar ao ensino superior e me manter em Teresina foi graças ao esforço dos meus pais que acreditaram junto comigo no poder de transformação da educação. Obrigada por sonharem junto comigo e construírem, para nós, um caminho diferente. Um caminho de possibilidades em que se é possível ocupar espaços que a nós nunca houvera sido permitido.

A vocês, eu dedico esse trabalho. Em todas as infindáveis noites de escrita eu me lembrei e busquei em vocês a força e razão de continuar com a pesquisa. Eu sou porque vocês me permitiram.

A minha orientadora e amiga, Claudia Cristina da Silva Fontineles, que me enxergou e possibilitou crescer na pesquisa acadêmica ainda na graduação. Sou imensamente grata por todos os ensinamentos, palavras de carinho e companheirismo ao longo de todos esses anos. Você é minha fonte de inspiração como pessoa, pesquisadora, professora e historiadora. Obrigada por tanto!

Tenho uma gratidão enorme também à minha prima e companheira de todos os dias, Grazielly Viana da Silva – que gentilmente me ajudou com a digitalização das últimas fontes no Arquivo Público do Piauí. Obrigada por estar sempre comigo e me ouvir falar, todos os dias, do mestrado. Você é uma ótima amiga e uma excelente pesquisadora.

Sou grata também aos meus amigos, minha família em Teresina: Mariele Almeida, Jennifer Gonçalves, Elaíne Márcia e Francisco José (Kikiko) por dividirem comigo a experiência dos primeiros anos morando longe de nossas famílias. Vocês são essenciais na minha formação como historiadora, pois, foram vocês; meus primeiros ouvintes das descobertas com o curso de História. Vocês foram minha alegria diária, meu ombro amigo e meu alicerce em todos os momentos que precisei. Saibam, meus amigos, que as palavras escritas nessa dissertação são perpassadas por muitas discussões que tive com vocês e elas carregam a inventividade de viver, estando longe de casa, com pessoas que como eu, apostaram e acreditaram no poder de transformação social que a educação possui. Somos, todos, frutos do que plantamos naquele apartamento pequeno, cheio de amor e amizade.

Agradeço também aos meus professores e professoras que contribuíram de forma substantiva em minha formação acadêmica ao longo desses anos na UFPI. Em especial: Paulo Ângelo Meneses, Lorena Maria de Moura Santos, Maria do Socorro Rangel, Francisco Alcides do Nascimento e Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz.

Aos meus amigos, da graduação e do mestrado; Willians Alves e Dayane Sampaio, por terem sido fonte inesgotável de apoio e de companheirismo ao longo desses dois anos. Tenho imenso orgulho das pessoas humanas e profissionais que vocês são!

Agradeço ao Guti (Gutierres Samon) por ser meu amigo, meu companheiro e meu grande amor. Obrigada por existir e ter o coração mais doce que eu já conheci. Seu amor e sua paciência foram fundamentais durante essa jornada.

Outrossim, agradeço aos professores Marcelo de Sousa Neto e Francisco Alcides do Nascimento pela leitura e pelas contribuições durante a qualificação da presente pesquisa, elas foram essenciais para o prosseguimento da pesquisa. Além disso, agradeço aos revisores Carlos e Karol pela revisão bibliográfica e de ABNT, obrigada pela paciência e pela dedicação para com o trabalho.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Piauí (UFPI) e todos aqueles que a fazem, por ter sido o meu ponto de partida para muitos sonhos terem se tornado realidade. Sou testemunha e divulgadora do poder de transformação social que o acesso e permanência à UFPI podem gerar. Desejo que mais pessoas tenham acesso a ela e possam ter suas trajetórias transformadas.

A política não se situa no polo oposto ao de nossa vida. Desejemos ou não, ela permeia nossa existência, insinuando-se nos espaços mais íntimos.

Ângela Davis ***(1989, 123)***

RESUMO

Em dezembro de 2015, a presidenta Dilma Rousseff – após ser eleita e reeleita democraticamente, foi acusada de crimes de responsabilidade fiscal pelos juristas Miguel Reale Júnior, Janaína Pascoal e pelo advogado Hélio Pereira Bicudo. No documento apresentado ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha; os autores do arquivo, argumentavam que o governo havia pedido ao Banco do Brasil e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que aditassem os pagamentos do Plano Safra e do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e que tais ações eram consideradas como um ato ilícito pela legislação brasileira. Ao receber o documento, Eduardo Cunha acatou o pedido de *impeachment* e partir daquele momento o processo de deposição começou a tramitar pelas casas legislativas; primeiro pela Câmara Federal e em seguida, pelo Senado. Diante desse cenário, esta pesquisa buscou analisar como os jornais *O Dia* e *Meio Norte*, da cidade de Teresina no estado do Piauí, abordaram o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, no período de dezembro de 2015 a agosto de 2016, analisando as suas semelhanças e diferenças na forma de representação desse acontecimento. O recorte temporal proposto pela pesquisa se justifica pela necessidade de compreendermos a abordagem dos referidos jornais desde a apresentação do pedido de deposição (em dezembro de 2015) até o afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff, em 31 agosto de 2016. No que diz respeito aos jornais, a escolha dos mesmos se justifica por serem os dois periódicos, de Teresina, com maior circulação diária. Metodologicamente, a dissertação possui um caráter empírico demarcado pelas discussões de História e Imprensa a partir da análise dos jornais mencionados que são tanto objeto como fonte de pesquisa. Assim, para a compreensão da relação entre a História e Imprensa, a análise do discurso e análise imagética propostas por Capelato (2015), Barbosa (2007) e De Luca (2019) foram de fundamental importância. No que concerne à História Política, as discussões de Fontineles (2019), Motta (2009), Bernstein (1998), Dias e Segurado (2018) contribuíram substantivamente para o alcance dos objetivos da pesquisa. A partir de diferentes fontes analisadas, tais como *Folha de São Paulo*, *G1*, *Terra*, *Uol*, *Agência Brasil*, site do Senado e Câmara Federal, revista da *FIES*P (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), institutos de opinião como *EXAME/IDEIA*, *Manchetômetro*, *DataFolha*, jornais *O Dia* e Meio Norte e das interlocuções com os autores supracitados, foi compreendido que os jornais *O Dia* e *Meio Norte* abordaram de maneira distinta o processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff, entre o final de 2015 e agosto de 2016. Apesar dessas distinções se darem no campo do sutil, seja por uma palavra, pelo uso de cores variadas, pela reiteração e omissão de temas e personagens, bem como, pela disposição da temática em suas capas, essa diferença é dotada de simbologia e de interesses políticos locais. Dessa forma, a pesquisa contribui com a historiografia do tempo presente acerca do golpe de 2016 para além dos eixos de discussões sul e sudeste, ao abordar o processo de deposição de impeachment nos jornais teresinenses.

Palavra-chave: impeachment; Dilma Roussef; Jornal O Dia e Meio Norte; Historiografia.

ABSTRACT

In December 2015, President Dilma Rousseff – after being democratically elected and reelected, was accused of fiscal responsibility crimes by jurists Miguel Reale Júnior, Janaína Pascoal, and lawyer Hélio Pereira Bicudo. In the document presented to the President of the Chamber of Deputies, Eduardo Cunha; the authors of the file argued that the government had requested Banco do Brasil and the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) to extend payments for the Agricultural Plan (Plano Safra) and the Investment Support Program (PSI), and that such actions were considered illegal by Brazilian legislation. Upon receiving the document, Eduardo Cunha accepted the impeachment request and from that moment on, the deposition process began to proceed through the legislative houses; first through the Federal Chamber and then through the Senate. Given this scenario, this research sought to analyze how the newspapers O Dia and Meio Norte, from the city of Teresina in the state of Piauí, addressed the impeachment process of President Dilma Rousseff, from December 2015 to August 2016, analyzing their similarities and differences in the representation of this event. The temporal scope proposed by the research is justified by the need to understand the approach of these newspapers from the presentation of the deposition request (in December 2015) until the definitive removal of President Dilma Rousseff on August 31, 2016. Regarding the newspapers, their selection is justified by being the two newspapers with the highest daily circulation in Teresina. Methodologically, the dissertation has an empirical character delimited by discussions of History and Press through the analysis of the mentioned newspapers, which are both object and source of research. Thus, for the understanding of the relationship between History and Press, the discourse analysis and imagetic analysis proposed by Capelato (2015), Barbosa (2007), and De Luca (2019) were of fundamental importance. Regarding Political History, the discussions of Fontineles (2019), Motta (2009), Bernstein (1998), Dias and Segurado (2018) substantially contributed to achieving the research objectives. Based on the different sources analyzed, such as Folha de São Paulo, G1, Terra, Uol, Agência Brasil, Senate and Federal Chamber websites, FIESP magazine (Federation of Industries of the State of São Paulo), opinion institutes like EXAME/IDEIA, Manchetômetro, DataFolha, newspapers O Dia and Meio Norte, and dialogues with the aforementioned authors, it was understood that the newspapers O Dia and Meio Norte approached the deposition process of President Dilma Rousseff differently between late 2015 and August 2016. Despite these distinctions occurring in the realm of subtlety, whether by a word, the use of various colors, the repetition and omission of themes and characters, as well as the arrangement of the theme on their covers, this difference is endowed with symbolism and local political interests. Thus, the research contributes to the historiography of the present time regarding the 2016 coup beyond the axes of discussion in the south and southeast, by addressing the impeachment process in the newspapers of Teresina.

Keywords: impeachment; Dilma Rousseff; O Dia and Meio Norte newspapers; Historiography

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Pessoas em protesto no centro de Recife.....25
Figura 2 - Imagem que compõem o artigo de opinião da Revista Sindicatos em Ação da FIESP – edição de julho de 2014.....37
Figura 3 - Imagem que compõe o artigo de opinião da Revista Sindicatos em Ação da FIESP – edição de novembro de 2014..... **Erro! Indicador não definido.**
Figura 4 - Imagem que compõe o artigo de opinião da Revista Sindicatos em Ação da FIESP – edição de setembro de 2014..... **Erro! Indicador não definido.**
Figura 5 - Capa da revista Veja – edição 2397 de outubro de 2014 42
Figura 6 - Gráfico 01: Gráfico com o número de pedidos de impeachment por mandato de cada presidente 48
Figura 7 - Capa do jornal O Dia (03 de dezembro de 2015) 55
Figura 8 - Capa do jornal Meio Norte (3 de dezembro de 2015) 57
Figura 9 - Dilma recebe com indignação decisão 62
Figura 10 - Cunha ceita abertura de impeachment.....62
Figura 11 - "Cunha não tem poder para dar andamento" 62
Figura 12 - Parlamentares piauienses avaliam autorização de impeachment.....66
Figura 13 - Pedido de impeachment é vingança, diz Wellington 68
Figura 14 - Dilma Rousseff e Eduardo Cunha 72
Figura 15 - Dilma entrega "saco" de cargos em troca de "sacos" de votos contra impeachment.....82
Figura 16 - Deputado Marcelo Castro (então ministro da Saúde).....84
Figura 17 - Dilma em uma guilhotina representada pelo Palácio do Planalto 86
Figura 18 - Dilma em uma bomba.....87
Figura 19 - Dilma com as mãos no Palácio.....87
Figura 20 - Michel Temer em tamanho maior e Dilma em tamanho menor entrelaçados pela faixa presidencial.....87
Figura 21 - Dilma sendo despedaçada pelo impeachment 87
Figura 22 - Dilma voando para fora do Palácio do Planalto 87
Figura 23 - Cortando a faixa presidencial de Dilma.....88
Figura 24 - Dilma com o parecer do impeachment como bomba nas mãos.....88
Figura 25 - A mão do Congresso segurando Dilma a procura de voto.....91
Figura 26 - Dilma produzindo a sombra do dia 17.....91
Figura 27- Brasil num labirinto 91
Figura 28 - Dilma e Chico Buarque de Holanda 91
Figura 29 - Eduardo Cunha passeando com uma tartaruga que representa o Conselho de Ética 91
Figura 30 - Dilma gritando "Não vai ter golpe" no Congresso Nacional 91
Figura 31- Aécio Neves (como tucano) na mão do PMDB.....91
Figura 32 - A sombra do impeachment 91
Figura 33 - Capa do jornal O Dia em 18 de abril de 2016 93
Figura 34 - Quadro com deputados piauienses durante a votação de admissibilidade de impeachment da presidenta Dilma Rousseff 94
Figura 35 - Menção à família por partido.....98
Figura 36 - Capa do jornal Meio Norte em 18 de abril de 2016 99

Figura 37 - Lula corre em direção ao Palácio do Planalto 105
Figura 38 - Manchete do dia 1 de setembro de 2016 119
Figura 39 - Manchete do jornal Meio Norte em 1 de setembro de 2016..... 124
Figura 40 - "As explosões nervosas da presidente" 134
Figura 41 - Dilma Rousseff discursa durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no Palácio do Planalto 135
Figura 42 - Capa da matéria da Revista IstoÉ, 06 de abril de 2016 136
Figura 43 - Foto dos homens que permanecem nos ministérios no governo interino de Michel Temer 140

LISTA DE SIGLAS

DEM - Partido Democratas
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PFL - Partido da Frente Liberal
PMDB (Movimento Democrático Brasileiro
PP - Partido Progressistas
PR - Partido Republicano
PROS - Partido Republicano da Ordem Social
PSC - Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social-Democracia no Brasil
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
UFPI – Universidade Federal do Piauí
STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 14

CAPÍTULO I – DAS VEIAS ABERTAS DO BRASIL: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2013 – 2015) 21

1.1 “Contra tudo isso que está aí”: as manifestações de junho de 2013. 22

1.2 A reeleição da presidenta Dilma, o caso da FIESP e a Operação Lava Jato em 2014 33

1.3 Uma tragédia anunciada? O pedido de *impeachment* 46

1.4 “Letras falantes, gritos visuais”**:** o pedido de *impeachment* na imprensa piauiense em 2015 51

1.5 Mundo das coisas contadas: prognósticos sobre o *impeachment* nos jornais O Dia..... 69

CAPÍTULO II – FANTASMAS DO PRESENTE: O PEDIDO DE *IMPEACHMENT* NA CÂMARA FEDERAL 75

2.1 Piauiensidades: considerações sobre a imprensa no Piauí. 75

2.2 Abril de 2016: os partidos políticos nas páginas dos jornais O Dia e Meio Norte. 79

1.3 Paixões insanas e tempos de cólera: a votação de admissibilidade de *impeachment* nos jornais *O Dia* e *Meio Norte* 85

CAPÍTULO III – GOLPE, *IMPEACHMENT* E SOLIDÃO: O AFASTAMENTO DEFINITIVO DE DILMA ROUSSEFF E UM OLHAR SOBRE A AMÉRICA LATINA 102

3.2 “Toda atenção possível”, “quem tem a caneta, tem poder”: o afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff no *O Dia e Meio Norte* 103

3.2 Mercado da notícia: notas sobre a imprensa e política do Piauí 114

3.3 É melhor ‘Temer’ o futuro que afundá-lo ‘Dilma’ vez: notas depois do fim nos jornais *O Dia* e *Meio Norte* 118

3.4 *Impeachments* e golpes: limites da democracia na América Latina..... 128

CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS 143

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 145

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pela segunda vez, em pouco mais de 20 anos, o Brasil passou por um processo de *impeachment*[1]. Em 2016, Dilma Rousseff foi deposta do cargo de presidenta da República através do processo que lhe acusara de crimes de responsabilidade. Para uma grande parte dos historiadores que têm se dedicado a estudar o Brasil contemporâneo, esse processo de deposição da presidenta configura-se como um golpe parlamentar, jurídico e midiático[2].

Golpe parlamentar porque contou com o consentimento de 367 deputados da Câmara Federal e 55 senadores que compunham o Senado. Jurídico, porque as ações exercidas pela presidenta ("pedaladas fiscais" e créditos suplementares sem aprovação do Congresso) não se caracterizam como crimes e se assim fossem, a pena de deposição deveria ter sido aplicada a presidentes anteriores e a outros governantes em exercício[3]. E, ainda, midiático, com a construção de uma narrativa quase que uníssona da grande imprensa[4], sobre corrupção e crise política nos governos da presidenta Dilma Rousseff.

Além das que foram citadas, existe uma quarta perspectiva que, alinhada às demais mencionadas, busca compreender a deposição da presidenta Dilma Rousseff à luz dos estudos de gênero[5]. Para as pesquisadoras sobre o tema, considerando que Dilma

---

[1] Ao longo da pesquisa exploratória, nos deparamos com as mais diversas narrativas acerca do processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff. Uma boa parte da historiografia o considera como um golpe parlamentar, jurídico midiático; há outros que o compreendem como um golpe parlamentar, sem considerar a dimensão jurídica e midiática; e há, ainda, aqueles (em sua maioria não ligados à historiografia) que consideram o *impeachment* da presidenta como um ato legal e constitucional. (Para saber mais, ver pronunciamento dos senadores durante as sessões ocorridas no Senado em agosto de 2016. BRASIL. Senado Federal. **Notas taquigráficas da audiência pública de julgamento da Presidente da República Senhora Dilma Vana Rousseff por suposto crime de responsabilidade**. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/3885. Acesso em 13 de jan. de 2021.). Em nosso trabalho, consoante aos autores com os quais dialogamos e as fontes que dispusemos, entendemos que a destituição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, configura-se como um golpe parlamentar, jurídico, midiático e misógino. Todavia, esclarecemos que, ao longo de todo o trabalho utilizaremos as duas palavras "golpe" e "*impeachment*" para nos referimos à deposição da presidenta Dilma Rousseff conscientes de que o *impeachment* disfarçado de aparente legalidade constitucional configura-se como um golpe.

[2] Ver em SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe*? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016; MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016 e DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016*: razões, atores e consequências. São Paulo: Intermeios, 2018

[3] MATTO, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*: O tempo da Nova República-vol. 5: Da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 443.

[4] A grande imprensa, aqui, foi entendida como um grupo editorial caracterizado por sua atuação a longa duração, circulação e participação significativa em âmbito local/nacional.

[5] A quem interessar, algumas pesquisas sobre a temática: LEMOS, Beatriz Monteiro. *Misoginia, feminismo e representações sociais:* o processo de impeachment de Dilma Rousseff na imprensa brasileira (2010-

Rousseff foi a primeira mulher a ser eleita e reeleita presidenta da República, é impossível entender o golpe de 2016 sem levar em consideração os artífices misóginos[6] que foram lançados para desestabilizar o seu governo.

Um exemplo disso foi o que ocorreu em abril de 2016 quando a revista *IstoÉ* pôs em circulação a edição n° 2417, que trazia como capa uma foto da presidenta Dilma Rousseff com a boca aberta – como se estivesse gritando, e com subtítulo "as explosões nervosas da presidente". Mas esse não foi um evento isolado, outras publicações em redes sociais e jornais impressos também reduziram a presidenta à sua aparência, sexualidade, sanidade mental e capacidade intelectual para gerir o país[7]. Dessa forma, a historiografia do tempo presente também tem realizado pesquisas no sentido de entender em que medida foram utilizados mecanismos e discursos misóginos, sobretudo pela imprensa, para mobilizar simpatizantes para com a destituição da presidenta e por vezes, até desviar as reais questões que importavam naquele momento: se a presidenta poderia ser ou não afastada de seu cargo por crime de responsabilidade.

Assim, instigadas pelas pesquisas já realizadas sobre a temática, o nosso principal interesse volta-se para a seguinte questão: como os jornais *O Dia* e *Meio Norte,* do estado do Piauí, abordaram o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no período de dezembro de 2015 a agosto de 2016 e quais as possíveis razões para o terem feito dessa forma? Além disso, outras questões nos inquietam, quais sejam: qual é o contexto histórico-político do Brasil entre 2013 e 2015 – quando o pedido de *impeachment* é aceito? Como os jornais *O Dia* e *Meio Norte* trataram o pedido de deposição e a abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff? Como os jornais propostos pela pesquisa abordaram o afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff?

2016**)**. 2017, p.02. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18894/1/2017_BeatrizMonteiroLemos.pdf. Acesso em 14 de ago. de 2020 e BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades*: limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial, 2018.

[6] Para a historiadora Lilia Moritz Schwarcz (2019), a misoginia, "se manifesta de diferentes formas, que vão desde a exclusão social até a violência de gênero". Em nosso trabalho, entendemos como misoginia, a aversão ao gênero feminino e a sua objetificação. Ademais, elucidamos que há outras formas de violência e sobreposição da dominação masculina, como o machismo e sexismo. Por hora, muito mais do que delimitar as fronteiras entre uma e outra, queremos propor uma reflexão acerca de como, além do fato de ocupar o cargo de chefe de Estado, a presidenta também rompe com os estereótipos de gênero, tanto em sua aparência quanto no comportamento, por isso, esta teria sido uma das formas de deslegitimação de sua gestão, uma vez que ela não se enquadrava nos pressupostos esperados para uma mulher.

[7] LEMOS, ref. 5, p. 17; BIROLI, ref. 5, p. 17; GERALDES, Elen Cristina et al. *Mídia, misoginia e golpe*. Brasília: FAC-UnB, 2016 ARGOLO, Fernanda e RUBIM, Linda Silva Oliveira (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Edufba, 2018.

Em 2016, quando ocorre o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ainda não havia ingressado no curso de História e não tinha acesso a nenhuma das discussões com as quais dialogo nesse trabalho. Assim como a maioria da população, eu acompanhava todos os debates por meio da televisão e das redes sociais (*Facebook*). Lembro-me que, à época, todo aquele escândalo de corrupção gerou em mim uma insatisfação profunda com o governo do PT (Partido dos Trabalhadores) ainda que, até pouco tempo, me sentisse representada e contemplada pelos programas do governo (como por exemplo: o Bolsa Escola e Bolsa Família). Mas esse sentimento não pertencia só a mim, ele era comungado por quase todos aqueles com quem eu interagia no *Facebook*. A cada nova descoberta e vazamentos da Operação Lava Jato, nós nos sentíamos enganados e o desejo por mudança se tornava cada vez mais presente.

Por fim, a respeito dessas considerações mais pessoais, ressalto uma lembrança denotativa do período. A recordação mais latente desse episódio é a votação na Câmara dos Deputados Federais no dia 16 de abril de 2016. Nós (eu e minha família) assistimos em um telão projetado na parede do lado de fora da casa de minha avó. Como se fosse uma final de campeonato de futebol ou o último episódio da novela, nós nos mantivemos vidrados nos discursos dos parlamentares e ao final da sessão, vibramos; como quem comemora uma vitória. Contudo, apesar de ser contemporânea ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e de ter uma experiência pessoal com o período, não foram esses os principais interesses pela temática. Na verdade, essas memórias surgem como uma digressão depois de alguns anos de pesquisa.

Como sabemos, todo interesse pela pesquisa surge a partir das demandas do tempo presente. Em 2016, quando o golpe ainda estava em curso, várias universidades federais e estaduais ofertaram o curso "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil". Na Universidade Federal do Piauí não foi diferente. Coordenado pela professora Dra. Claudia Cristina da Silva Fontineles, o curso[8] contou com a participação de vários intelectuais da UFPI a fim de assegurar que todos, pelo menos no meio acadêmico, tivessem acesso a discussões mais amplas sobre o que ocorria no Brasil. Os cursos ali ofertados foram o meu primeiro contato com a temática.

[8] O curso "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil" foi proposto por cerca de 40 universidades brasileiras e no exterior e tinha como objetivo propor reflexões interdisciplinares sobre a realidade brasileira após o golpe ocorrido em 2016. Na Universidade Federal do Piauí, o curso foi oferecido pelo Departamento de História e as palestras tiveram início no dia 16 de junho de 2018. Para saber mais, ver em: MACAMBIRA, Dalton. O golpe de 2016 e a democracia no Brasil. *Vermelho*, 5 de jun. de 2018. Disponível em: https://vermelho.org.br/2018/06/05/o-golpe-de-2016-e-a-democracia-no-brasil/. Acesso em 11 de set. de 2023.

Contudo, foi somente em 2019, quando iniciei a Iniciação Científica (PIBIC – CNPq)[9] com a professora Dra. Claudia Cristina da Silva Fontineles é que trilhei caminhos mais profícuos como pesquisadora do golpe de 2016. À época, nosso objetivo era investigar com mais afinco apenas a dimensão parlamentar do *impeachment* de 2016. Todavia, à medida que realizava a pesquisa, outras possibilidades de investigação foram nos interessando.

Como pontuei nos primeiros parágrafos dessa introdução, já existe uma vasta bibliografia sobre essa temática nas mais diferentes perspectivas. Apesar disso[10], essas pesquisas, em sua maioria, se propõem a investigar o período por meio de jornais dos eixos Sul e Sudeste, privilegiando assim apenas as dinâmicas político-partidárias desses locais com a justificativa de que dão conta do cenário nacional.

Estamos cientes da amplitude territorial desses jornais, tais como a *Folha de São Paulo*, *Estadão*, *G1*; mas, discordamos de que eles, por si só, sejam capazes de explicar as articulações entre parlamentares e imprensa durante processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 à nível do Piauí, por exemplo. Dessa forma, a nossa pesquisa visa contribuir com a historiografia piauiense no que diz respeito à dinâmica entre imprensa e política no Piauí por meio do trabalho com as fontes impressas locais: os jornais *O Dia* e *Meio Norte*.

A escolha desses dois periódicos se deu por se tratar dos dois principais jornais em circulação na capital do Piauí, Teresina. Além disso, os dois grupos possuem outros veículos de comunicação; como a televisão (O Dia TV e TV Meio Norte), rádio (FM O Dia e Meio Norte FM) e portais (Portal O Dia e portal Meio **N**orte), ou seja, são dois grupos detentores dos principais meios de comunicação da cidade.

Faz-se necessário destacar que, uma considerável parcela das pesquisas sobre o *impeachment* de 2016, utilizaram-se de indícios históricos digitais, tais como, redes sociais (*Twitter, Instagram, Facebook*) ou sites e portais. Consideramos que esses trabalhos possuem uma relevância acadêmica significativa uma vez que, desde as manifestações de junho de 2013, as redes sociais têm sido os principais agentes mobilizadores de movimentos e de manifestações políticas. Dessa forma, essas pesquisas,

[9] A saber, o plano de trabalho intitulado "Os parlamentares e a democracia no Brasil", desenvolvido entre 2029 e 2021, na Universidade Federal do Piauí (UFPI) faz parte do projeto de pesquisa "Jeitos de contar: narrativas governamentais, jornalísticas e literárias sobre o Brasil Republicano (a partir da década de 1960)" coordenado pela professora dra. Claudia Cristina da Silva Fontineles.
[10] Tratando-se especificamente da esfera midiática.

nos possibilitam não só pensar no papel das mídias na contemporaneidade como também em seu consumo, circulação e apropriação.

Quando pensamos no projeto para inserção no programa de pós-graduação, também tínhamos a intenção de somar a esses estudos. Todavia, ao realizarmos uma primeira pesquisa de localização das possíveis fontes, percebemos que muitas publicações veiculadas nas redes sociais dos jornais mencionados (entre 2015 e 2016) foram apagadas ou arquivadas. De acordo com a dissertação do pesquisador Rodolfo Silva Ribeiro (2014),os dois periódicos analisados (jornal *O Dia* e jornal *Meio Norte*) – assim como outros que circulam pelo Brasil, ainda tem "um modelo sustentado pelo impresso, mas com presença em outras plataformas como a internet, dispositivos móveis, redes sociais[11]". Diante dessa conjuntura, optamos por realizar a pesquisa por meio dos jornais impressos.

Contudo, além dos jornais piauienses que nos serão tanto objeto como fonte de pesquisa; outros indícios históricos foram utilizados a fim de que pudéssemos cruzar as informações e termos uma noção mais ampla dos acontecimentos investigados. Foi com esse intuito que analisamos outros jornais e sites, como: *Folha de São Paulo*, *G1*, *Terra*, *Uol*, *Agência Brasil*. Igualmente, utilizamos documentos sobre o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff presentes do site do Senado e Câmara Federal, bem como as notícias veiculadas no site desses órgãos. Somado a isso, realizamos investigações na revista da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e em institutos de opinião como EXAME/IDEIA, Manchetômetro e DataFolha.

Quanto ao título do trabalho, ele surge a partir de uma passagem do prefácio intitulado 'D*e amor e de livros',* escrito pela historiadora piauiense Teresinha Queiroz para o livro "*Obra completa*" *(*2005) do intelectual Monsenhor Chaves, onde a autora apresenta como Monsenhor trabalha os jornais do século XIX e como estes registram os eventos mais miúdos ocorridos na cidade de Teresina e arredores. A cidade é então personagem principal e "tudo que nela ocorre se transforma em um espetáculo digno de nota" [12]. Da mesma forma, aconteceu com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. De dezembro de 2015 a agosto de 2016 – o processo que propunha a deposição da presidenta tornou-se o assunto principal dos periódicos analisados.

---

[11] RIBEIRO, Rodolfo Silva. *Convergência na mídia piauiense*: estudo comparativo das práticas dos grupos Meio Norte e O Dia. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina, p.96, 2014.

[12] QUEIROZ, Teresinha. De amor e de livros (Prefácio). In: CHAVES, Joaquim (Mons.) *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005, p. 09.

Em vista disso, entendemos que o *impeachment* configura-se como espetáculo na medida em que é representado nos jornais não como o fato ocorrido em sua totalidade e integridade, mas como um substrato da realidade, uma representação seletiva e intencional do acontecido. E todo espetáculo pressupõe prender a atenção de seu público. Não é isso que os periódicos almejam? De acordo com Arlette Farge (2017), tudo que é escrito e veiculado é intencional. "O impresso é um texto dirigido intencionalmente ao público". Continua a intelectual:

> É organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas; busca divulgar e criar pensamentos, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou reflexão. Sua ordem e sua estrutura obedecem a sistemas mais ou menos fáceis de decifrar e, independentemente da aparência que assuma, ele existe para convencer a transformar a ordem dos acontecimentos[13].

Dito isso, este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado "Das veias abertas do brasil: uma análise da história política do brasil contemporâneo (2013 – 2015)", discutimos o contexto político, social e econômico do Brasil a partir de 2013 até o final do ano de 2015 – quando o pedido de *impeachment* é acolhido pelo presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha. Dessa forma, esperamos criar condições de entendermos possíveis antecedentes que culminaram na configuração do primeiro ato do golpe, qual seja: o acolhimento do documento de deposição de Dilma. Foi com esse intuito que investigamos as manifestações de junho de 2013 e a relação histórica dos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) com a FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) a fim de compreendemos o quadro econômico e social. Também sublinhamos, já nesse capítulo, o empenho de realizar análises do pedido de *impeachment* articulado à abordagem dos jornais *O Dia* e *Meio Norte*. Em seguida, comparamos o tratamento dos referidos jornais com o da *Folha de São Paulo*, *Estadão* e *Uol* – já que os jornais piauienses replicavam matérias desses periódicos em suas páginas. Assim, ao mesmo tempo que realizamos investigações com os jornais de circulação local, sublinhamos considerações aos jornais de amplitude nacional.

No segundo capítulo, intitulado "*Fantasmas do presente: o pedido de impeachment na Câmara Federal*", discutimos novamente o contexto político do Brasil no ano de 2016. Dessa vez, ampliamos as discussões em torno dos parlamentares e suas relações com a política governamental adotada pela presidenta Dilma Rousseff, bem

[13] FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Edusp, 2017, p.13.

como o papel desempenhado pela Operação Lava Jato. Além disso, analisamos a abordagem dos jornais *O Dia* e *Meio Norte* com relação à votação na Câmara Federal, em abril de 2016, articulado as considerações sobre os periódicos e seus possíveis alinhamentos políticos-editoriais.

No último capítulo da pesquisa, denominado "*O impeachment como golpe: a deposição da presidenta Dilma Rousseff*", retornamos a discussão em torno do *impeachment* como uma nova modalidade de golpe político alicerçado na aparente legalidade jurídica; discutimos e comparamos como os jornais *O Dia* e *Meio Norte* explanaram a votação de *impeachment* no Senado, analisando seus posicionamentos com relação ao afastamento definitivo da presidenta eleita e reeleita democraticamente. Por fim, examinamos as expectativas dos referidos periódicos para o Brasil após a saída de Dilma e o empossamento de Michel Temer.

CAPÍTULO I – DAS VEIAS ABERTAS DO BRASIL: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2013 – 2015)

O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 gera um imbróglio na experiência democrática iniciada no Brasil em 1985[14]. Ainda que tivéssemos um longo caminho a percorrer no sentido de termos uma democracia mais plena[15], depois do golpe civil-militar, pode-se dizer que conseguimos garantir minimamente a vigência constitucional brasileira por 31 anos. Contudo, a destituição da presidenta Dilma instaura uma nova "modalidade de golpe político, alicerçado na aparente legalidade jurídica e institucional[16]" que nos exige um esforço de tentar compreender como a nossa jovem democracia seguiu por esse caminho. Mas, por onde começar? Onde é possível perceber os indícios de "aneurismas[17]" democráticos?

Uma possibilidade seria analisar a história política do Brasil desde o fim do período ditatorial até o afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff. O recorte temporal, portanto, seria de 1985 a 2016. Entendemos que tal iniciativa poderia contribuir substancialmente para uma compreensão mais ampla dos arranjos político-partidários, das casas legislativas, bem como o poder judiciário e executivo federal – para citar como exemplo. Contudo, consoante ao nosso objetivo geral de pesquisa, essa iniciativa, além de nos distanciar do que propomos com maior ênfase neste trabalho, acabaria por nos comprometer no sentido de fazer algo que possa ter uma qualidade analítica e historiográfica que um trabalho como esse nos requer. Dito de outro modo: apesar de compreendermos a riqueza que esse caminho poderia conferir ao nosso trabalho, não seria possível realizá-lo diante das nossas delimitações já estabelecidas. Além disso, essa discussão, com o aprofundamento que exige, daria por si só uma dissertação de mestrado e quem sabe, uma tese.

---

[14] MIGUEL, Luís Felipe. *A democracia na encruzilhada*. IN: SINGER, André et al. Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

[15] Há uma vasta produção acadêmica sobre a temática. Em sua maioria, os/as intelectuais têm apontado a importância de superarmos alguns problemas estruturais que ainda nos impedem de avançar no exercício democrático, tais como a questões relacionadas à gênero, raça, classe e todos as práticas derivadas da corrupção (como o clientelismo e patrimonialismo). A quem se interessar, algumas obras nos ajudaram nessa compreensão, a saber: BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades*: limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial, 2018; BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*: disputas e retrocessos na América Latina. Boitempo Editorial, 2020; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Editora Companhia das Letras, 2019 e CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Civilização Brasileira, 2015.

[16] FONTINELES, Claudia Cristina. A vitalidade da história em um tempo em ebulição. *História Unisinos*, v. 23, n. 2, p. 317-321, 2019, p.18.

[17] Aqui, empregado no sentido de ruptura, fratura.

Diante disso, e a partir da bibliografia com a qual dialogamos, optamos por discutir o contexto político, econômico e social do Brasil a partir de 2013 – quando ocorrem as manifestações de junho. Isso porque parece haver um consenso[18] por parte dos intelectuais que estudam o Brasil contemporâneo de que esses protestos são um dos pontos de partida para se entender a crise política do país que deságua no *impeachment* de Dilma.

1.1 "Contra tudo isso que está aí": as manifestações de junho de 2013.

As manifestações de junho de 2013 ou as "jornadas de junho" constituem um movimento ocorrido no Brasil que teve como pauta inicial a reivindicação do aumento da tarifa da passagem do transporte público. Organizado incialmente pelo Movimento Passe Livre (MPL), a primeira manifestação ocorreu no dia 3 de junho na cidade de São Paulo. Contudo, é necessário destacarmos que, apesar de frequentemente associarmos o MPL às expressões populares ocorridas em junho de 2013, a atuação do movimento no Brasil remonta os anos 2000. Desde esse período, o MPL já se articulava em várias cidades brasileiras com objetivo de propor melhores condições de mobilidade urbana[19]. Dessa forma, o movimento não surge durante as manifestações de 2013, apesar do alto alcance midiático que adquiriu nesse período.

Antes de junho de 2013, a socióloga Ilse Scherer esclarece que o MPL organizou outras reivindicações a partir de fevereiro de 2013 quando

> em Porto Alegre, o Bloco de Luta por um Transporte Público reuniu cerca de 200 pessoas, contra o novo aumento do preço da passagem, a qual, assim mesmo, aumentou uma semana após. Relatam que a luta teve continuidade depois do aumento da passagem, sendo que, em abril, a Justiça concedeu liminar que revertia o reajuste no preço e, assim sendo, as comemorações daquela vitória reuniram então 3,5 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, e 10 mil na contagem do Bloco de Luta, segundo a mesma fonte. Portanto, foi uma ampla manifestação. Acrescentam ainda que, nos meses seguintes, foram registradas

[18] Das obras com as quais dialogamos, podemos citar: SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe*? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016 e MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. *Historiadores pela democracia*: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016; DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016*: razões, atores e consequências. São Paulo: Intermeios, 2018 e BOITO JÚNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

[19] Para saber mais, ver pesquisa desenvolvida pela professora doutora em Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina: SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno Crh*, v. 27, p. 417-429, 2014.

> diversas mobilizações similares, nas ruas e no ciberespaço, contra a subida no preço das passagens em vários estados[20].

Deve-se notar que, de acordo com a pesquisa, o Movimento Passe Livre (MPL) possuía uma articulação nacional de um pouco mais de 10 anos e antes da eclosão de junho de 2013, já havia organizado outras manifestações naquele mesmo ano. Diante dessas informações, uma pergunta nos inquieta: por que as jornadas de junho tomaram as proporções que tiveram? E por que as manifestações, que até então eram direcionadas ao governo do estado de São Paulo passam a endereçar-se ao Governo Federal? Para responder essas perguntas, primeiro, há que se levar em conta as especificidades desse movimento.

Em sua dissertação de mestrado, João Arthur Donadon (2016)[21] aponta que, além das manifestações de 2013, há outras três ocorridas no Brasil que se tratando do nível de relevância e amplitude, podem ser comparadas entre si. Seriam elas: a de 1992 que teve como pauta a deposição do então presidente Fernando Collor de Melo e as de 1984 – orientadas pelo objetivo da retomada das eleições diretas para ao cargo de presidente da República. Essas manifestações de 1984 ficaram conhecidas como "Diretas já". Além dessas, houve também as paralisações que ocorreram antes do golpe civil-militar de 1964.

Contudo, o que os pesquisadores da temática têm discutido é que diferentemente de outras expressões populares ocorridas no Brasil (como as que foram mencionadas), as de junho de 2013 foram organizadas e mobilizadas pelas redes sociais. Ademais, é interessante observar que ao contrário de outros movimentos que tinham uma pauta única, em 2013, o que se viu foram os protestos contra o aumento da tarifa de ônibus tornarem-se gradualmente multifacetados.

Sobre essa discussão, a jornalista Marina Amaral[22] expressa que cartazes contra a "roubalheira" e "contra tudo que está aí" foram sendo substituídos por "fora PT" e tornando-se mais recorrentes à medida que as manifestações ocorriam no Brasil. Além disso, as "jornadas de junho" eram compostas por diversos grupos e setores sociais. A respeito disso, a cientista política Vera Chaia em seu artigo "*O conservadorismo e*

---

[20] Para saber mais, ver pesquisa desenvolvida pela professora doutora em Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina: SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno Crh*, v. 27, p. 417-429, 2014, p.418 e 419.

[21] DONADON, João Arthur. *Manifestações de junho de 2013*: análise da atuação dos movimentos sociais e antissistêmicos. 2016. 127 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

[22] AMARAL, Marina. Jabuti não nasce em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe*? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p.45.

ascensão da nova direita[23]" (2018) elucida que os movimentos constituintes, a saber: "Movimento Brasil Livre" (MBL), "Revoltados Online" e o "Movimento endireita Brasil" representam uma parte significativa da sociedade conservadora brasileira e foram de suma importância para que "as manifestações a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff se fortalecessem[24]".

Em uma outra pesquisa intitulada "*A nova roupa da direita*" realizada pela jornalista Marina Amaral (2018) revela que o MBL detinha vínculos com os irmãos Koch - megaempresários americanos:

> o MBL havia sido gerado por uma rede de fundações de direita sediada nos Estados Unidos, a Atlas Network, da qual fazem parte onze organizações ligadas aos irmãos Koch, como a Charles G. Koch Charitable Foundation, o Institute of Human Studies (IHS) e o Cato Institute. Em duas décadas, essas fundações haviam despejado 800 milhões de dólares na Atlas Network, conforme informações obtidas na série de Formulários 990 entregues ao IRS (Receita Federal americana). Isso sem contar as despesas com os *fellowships* e os cursos para formação de lideranças de estudantes, principalmente da América Latina e da Europa Oriental, nos Estados Unidos, realizados em parceria entre a Atlas e as fundações "liberais ou libertárias" que compõem a rede. Nos Estados Unidos, os *libertarians* têm posições mais avançadas em relação aos costumes do que a direita tradicional e são ainda mais radicais na defesa do livre mercado.[25]

Como se pôde perceber, as manifestações de junho de 2013 irrompem como uma demanda social pela tarifa zero em transportes públicos através do Movimento Passe Livre (MPL). Porém, os protestos são marcados por múltiplos atores e pautas que têm sido analisados por diferentes áreas do conhecimento das ciências humanas e sociais[26] a fim de que possamos ter uma compreensão maior do Brasil contemporâneo nos últimos anos.

---

[23] CHAIA, Vera. O conservadorismo e ascensão da nova direita. In: DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016*: razões, atores e consequências. São Paulo: Intermeios.

[24]CHAIA, Vera. O conservadorismo e ascensão da nova direita. In: DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016*: razões, atores e consequências. São Paulo: Intermeios, 2018, p.21

[25] AMARAL, Marina. Jabuti não nasce em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe*? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p.45.

[26] Alguns trabalhos desenvolvidos sobre a temática: SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno Crh*, v. 27, p. 417-429, 2014; ESPÍRITO SANTO, Maíra Ouríveis do; DINIZ, Eduardo Henrique; RIBEIRO, Manuella Maia. Movimento passe livre e as manifestações de 2013: a internet nas jornadas de junho. *Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil*: perspectivas para avanço da democracia. Salvador: EDUFBA, p. 141-167, 2016; ROMÃO, Wagner de Melo. As manifestações de junho e os desafios à participação institucional. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5900/1/BAPI_n04_p11-17_OP_Manifestacoes-junho_Diest_2013-out.pdf. Acesso em mês de 2013.

Agora, observemos uma fotografia (**Figura 1**) do site *Uol* que registra um dos atos ocorridos em junho de 2013 na cidade de Recife. A foto evidencia de forma contundente o que as pesquisas supracitadas têm nos revelado ao mostrar as múltiplas pautas apresentadas. Há cartazes que reivindicam a reforma tributária, menções à Revolução pernambucana de 1817 ("1817 vive!"); outros pediam "Fora Renan Calheiros" – que à época era presidente do Senado. Alguns faziam referência à Copa do Mundo que seria sediada no Brasil no ano seguinte.

Cartazes como "Da Copa eu abro mão. Eu quero educação" e "Queremos educação padrão FIFA" demonstram uma insatisfação "com os gastos públicos com estádios e outras obras ligadas à competição, sobretudo no período pré-copa das Confederações[27]".

Figura 1 - Pessoas em protesto no centro de Recife



Fonte: UOL[28]

Há ainda aqueles que fazem referência a corrupção – como fora citado anteriormente. E reclames que, em sua maioria, demonstram como as pessoas que ali estavam presentes se sentiam pertencentes e acreditavam fazer parte de um movimento que mudaria o país. Colocação essa que pode ser observada em frases como "Nossa revolução será televisionada", "O gigante brasileiro é desperto", "O gigante acordou", "Vocês não contavam com nossa astúcia", "Jogaram mentes na geração Coca-Cola", "Se o governo não vai ao povo, o povo vai ao governo", "Verás que um filho não foge a luta".

[27] SILVA, Priscila Kalinke da Silva. Manifestações de Junho de 2013, Mídia e Copa do Mundo 20141. XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Belo Horizonte, 2018.

[28] Manifestantes saem as ruas em protestos pelo Brasil. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/album/2013/06/20/confira-as-melhores-fotos-dos-protestos-pelo-brasil.htm?foto=10446351. Acesso em 11 de jul. de 2021.

É interessante pensar nesse sentimento de pertencimento porque, de certa forma, as redes sociais e até mesmo a televisão propiciam isso. A ideia de que "nossa revolução será televisionada" faz parecer que tudo acontece em tempo real e com ampla divulgação. Como de fato foi. Sobre esse ponto, Pierre Nora[29] ao refletir sobre a história contemporânea e as mídias, argumenta que é impossível não pensar no acontecimento rápido desse presente histórico, feito de sentimento de participação das massas no destino nacional.

Dessa forma, a amplitude das manifestações de junho de 2013, por um lado, se explica pela vasta mobilização por meio das redes sociais, bem como pela capacidade de engajamento que gerou a cada manifestação e, por outro, pela sensação de pertencimento. Isso porque, vale lembrar, a principal rede social de mobilização da época foi o *Facebook* – onde era possível criar grupos e eventos que eram compartilhados e alcançavam uma amplitude à nível nacional. Assim, diferente dos movimentos de outrora, a organização das manifestações de junho de 2013 acontecia de forma virtual e um vasto grupo de pessoas ficava sabendo previamente onde, quando e a que horas aconteceriam os atos.

Do ponto de vista político e econômico, quando as manifestações de junho de 2013 eclodiram no país, o Brasil vivia o terceiro mandato da presidenta Dilma Rousseff que chegara ao cargo em 2011. À época ela tinha apoio da ampla maioria dos parlamentares nas duas Casas Legislativas e as disputas políticas no cenário nacional, pode-se dizer, ainda viviam seus dias mais calmos. Contudo, há algumas pautas e discussões historiográficas que devemos considerar.

A primeira delas diz respeito as formas de se "fazer política"[30], nacional e internacional, da presidenta Dilma Rousseff e dos dois presidentes anteriores ao seu mandato: Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O historiador Estevão de Rezende Martins (2018) explica que, se tratando das relações internacionais, além da política de boa vizinhança e de cooperação entre os países; há outros temas que são de suma importância para as relações diplomáticas, como: segurança, solidariedade global e regional, clima e riscos ambientais, saúde e educação, fome e miséria, democracia e direitos humanos. Se tratando dessa agenda política internacional, segundo o autor, FHC e Lula mantiveram certa continuidade. Contudo, a

[29] NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques et al. *História*: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
[30] Expressão nossa.

presidenta Dilma Rousseff "não deu à política externa importância particular – manteve inercialmente as posições do Brasil e não se empenhou em novas frentes de ação[31]".

Soma-se a esse cenário, o "desarranjo econômico e financeiro mundial" que a partir de 2008 afetou o Brasil e que "foi mal avaliado pelo governo Lula, que o minimizou e com isso não antecipou o declínio da atividade econômica global a partir de 2009, cujos efeitos atingiram o Brasil a partir de 2011[32]". Além dessa crise do capitalismo internacional, Armando Boito Júnior, também pondera que algumas medidas políticas internas[33] adotadas pela presidenta Dilma Rousseff em seu primeiro mandato acentuaram o declínio do crescimento econômico brasileiro.

Diante disso, para análise da conjuntura econômica do governo da presidenta Dilma Rousseff há que se considerar que o cenário político/econômico internacional e nacional do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff foi diferente do que ocorrera nos mandatos de Lula. De acordo ainda com Estevão de Rezende, ao estar mais voltado para a política internacional, Lula teria, de certa forma, amenizado o impacto da recessão global que acometia muitos países desde 2008. Mas, Dilma, ao ter uma postura mais contida, não conseguiu tal efeito.

Voltemos às comparações entre os governos de FHC e Lula. Para Armando Boito Jr. (2018), existem algumas diferenças bem significativas entre esses dois governos. Para ele,

> a novidade do governo Lula é que ele promoveu uma operação política complexa que consistiu em possibilitar a ascensão política da grande burguesia interna e industrial e do agronegócio, principalmente dos setores voltados para o comércio de exportação, embora, é verdade, não tenha quebrado a hegemonia das finanças e tampouco alterado a posição subordinada do médio capital no bloco no poder[34].

---

[31] Martins, Estevão de Rezende. *Realismo, ambição e frustração*: O Brasil e sua política internacional (1985 – 2015). FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: O tempo da Nova República-vol. 5: Da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p.407.

[32] Martins, Estevão de Rezende. *Realismo, ambição e frustração*: O Brasil e sua política internacional (1985 – 2015). FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: O tempo da Nova República-vol. 5: Da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 404.

[33] De acordo com Armando Bolto Júnior, algumas dessas medidas teriam sido: a redução inusitada da taxa básica de juros, novas medidas protecionistas e depreciação cambial. Ver em: BOLTO JÚNIOR, Armando. *Os atores e os enredos da crise política*. SINGER, André et al. Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p.45.

[34] BOITO, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018, p. 36.

De acordo com a citação do autor e com a tese desenvolvida em seu livro "*Reforma e crise política no Brasil*" (2018) o cientista político argumenta que o governo de Lula – do ponto de vista econômico, social e político, teria adotado uma postura neodesenvolvimentista, qual seja, um projeto/programa de crescimento econômico e de transferência de renda que possibilitou a ascensão tanto da grande burguesia interna[35] como das classes populares. Contudo, é necessário que destaquemos que esse projeto não rompe por completo com o modelo neoliberal que ainda era vigente no país[36] e que havia sido a matriz do governo de FHC.

Assim, se por um lado o governo de Fernando Henrique Cardoso também priorizou o interesse da grande burguesia interna (e principalmente, da burguesia internacional[37]), ele se diferencia dos governos do PT por não ter ampliado tanto os interesses das camadas populares. Ao contrário, por vezes, até cerceou-os, como exemplo temos os movimentos camponeses – que foram perseguidos e criminalizados durante o seu governo[38]. Além disso, outra diferença significativa entre os governos Lula e FHC diz respeito às condições econômicas e sociais que favoreceram a luta e organização sindical. No governo Lula, houve um maior número de greves que permitiu novas conquistas salariais diferentemente do que ocorrera no governo de FHC[39].

Entendendo essas interseções e clivagens entre os dois governos que antecedem o de Dilma, podemos ter uma noção mais ampla do modelo político e econômico que vinha sendo desenvolvido no Brasil também durante o governo da presidenta: o neodesenvolvimentismo. Como já fora pontuado, é um projeto que visava tanto benefício da burguesia como do proletariado. Assim, entende-se que é um governo que busca

---

[35] Por burguesia interna, Aramado Boito Júnior (2018) refere-se a aqueles que possuem grandes empresas sob o controle do capital nacional. São empresas que atuam na construção naval, agronegócio, indústria de transformação e setores ligados ao capital bancário nacional. Podemos citar algumas associações como Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Sinaval (Sindicato Nacional da Indústria Naval, Abdip (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), Abimaq (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimneto Tecnológico da Indústria de Máquinas e Equipamentos) e Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química). Para esses grupos, seus interesses voltam-se principalmente a defesa dos seus produtos no mercado nacional, protecionismo alfandegário e limitação do capital financeiro em seus setores. Em contraposição, a burguesia internacional seriam empresários e banqueiros com interesses no capital financeiro internacional. Para esse último grupo, seus interesses voltam-se à maior abertura da entrada do capital financeiro e extensão de participação no mercado internacional.

[36] BOITO, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

[37] Ausência de nota

[38] BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 31-38, 2013, p 33.

[39] BOITO, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

promover uma coalização entre as classes, uma harmonia entre o trabalho e o capital[40]. Todavia, no sistema capitalista, a harmonia entre as classes pode ser entendida como uma "contenção da luta de classes[41]" porque busca assegurar os interesses da burguesia – que historicamente tem, não só os meios de produção como também o poder político – e por outro lado, beneficia as camadas populares com alguns de seus interesses, porém, sem a intenção de realizar reformas mais estruturais, como por exemplo, a reforma agrária que tem sido discutida historicamente no Brasil.

Dessa forma, entendemos que a crise política que se instaura no Brasil em 2013 é, em muitos aspectos, um conflito entre classes. Chega a um ponto em que modelo neodesenvolvimentista toca em nossas raízes trazendo à superfície nossos velhos problemas, como a desigualdade social e de gênero, o racismo, o patrimonialismo e intolerância. Por consequência, essas veias, uma vez abertas[42], trazem consigo o impedimento do funcionamento do nosso sistema político porque irrompem de tal modo que põem em xeque a vitalidade das instituições democráticas.

Destarte, para entender esse conflito entre as classes, não basta apenas que tenhamos noção dos interesses e benefícios da burguesia e proletariado na história do Brasil recente. É preciso refletir historicamente e entender a sua atuação em sua estreita relação com os partidos políticos. Metaforicamente podemos pensar o seguinte: os políticos (em seu sentido amplo que engloba todos aqueles que se dedicam à máquina pública) são os atores principais dessa trama. O Congresso Nacional e tudo que nele ocorre é como um grande palco, do qual, de longe, acompanhamos todas as suas atuações. Não obstante, por trás desses atores principais há forças atuantes que orquestram, em certa medida, os personagens centrais.

Por forças atuantes, estamos querendo remontar aqueles que, historicamente, possuem os meios de produção e que, portanto, regem as relações de poder no cenário político. De acordo com a pesquisa do cientista político Armando Bolto Júnior, há duas alas em disputa no Brasil desde o governo de FHC, seriam elas: uma parte da burguesia

[40] DE OLIVEIRA, Ednéia Alves. Classes sociais e reformismo social: estratégia de conciliação entre capital e trabalho. *Revista HEERA*, p. 150-173, 2013.
[41] DE OLIVEIRA, Ednéia Alves. Classes sociais e reformismo social: estratégia de conciliação entre capital e trabalho. *Revista HEER*A, p. 150-173, 2013, p.171.
[42] Sublinha-se que a metáfora foi utilizada como inspiração do livro "As veias abertas da América Latina" (1971) do jornalista uruguaio, Eduardo Galeano.

que está ligada ao grande capital financeiro (burguesia internacional) e a grande burguesia interna[43].

Tradicionalmente, o PSDB (Partido da Social-Democracia no Brasil) tem representado o interesse da burguesia internacional que tem como projeto político os ideais do neoliberalismo, qual seja, a diminuição do papel do Estado na economia e a diminuição de barreiras quanto ao comércio internacional. O PT (Partido dos Trabalhadores), ao contrário, apesar de nascer como um partido da social-democracia e de ter vínculos com o sindicalismo, no decorrer de sua trajetória, aproximou-se também da grande burguesia interna. O autor ainda explica que o DEM (Partido Democratas) – antigo PFL (Partido da Frente Liberal), também representa os interesses financeiros da burguesia internacional e o PMDB (Movimento Democrático Brasileiro) divide-se entre uma parte de proximidade com a burguesia interna, outra voltada para os interesses do capital financeiro e outra ligada à média burguesia[44].

Deve-se chamar atenção quanto a esses "conchavos" entre os partidos políticos e a burguesia brasileira, uma vez que, tradicionalmente as disputas políticas no país têm sido marcadas por oscilações entre um grupo e outro[45]. Soma-se a isso, ao fato de muito dessas disputas serem marcadas pela troca de favores entre esses grandes empresários e os partidos. Dessa forma, quando um governo deixa de ser interessante, a burguesia utiliza-se do grande poder econômico[46] que possui para desestabilizar o governo então vigente. Fato este que pôde ser observado, por exemplo, durante os governos do PT. Quando ocorre a crise política durante a época do "Mensalão", em 2005, a grande burguesia interna sai em defesa do presidente, inclusive, publicando artigos sobre a necessidade de parar de falar na crise na *Revista da Indústria*[47] da Federação das

---

[43] Há, dentro dessas alas, subdivisões. Contudo, não adentraremos dentro especificidades de cada uma. O que importa dizer, por hora, é que há duas que comportam interesses heterogêneos. Para saber mais, ver em: BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 31-38, 2013.; BOITO, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

[44] BOITO, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

[45] É importante esclarecer que ambos os grupos sempre estão no poder. Contudo, o que muda no jogo político é o grau de influência que cada um deles podem ter de acordo com o partido político a qual estão afiliados no momento histórico bem como as suas posições no Congresso Nacional. Para saber mais, ver em: BOITO Júnior, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

[46] De acordo com Armando Boito (2018), a grande burguesia interna e a burguesia internacional detêm um grande poder econômico e atuam com empresas monopolistas ou oligopolistas, ou seja, são organizações que detém o monopólio de suas atividades econômicas. Para saber mais, ver em: OITO, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

[47] Atualmente a revista chama-se *Revista Sindicatos em Ação*.

Indústrias de São Paulo (FIESP). Contudo, ao contrário do que ocorre em 2005, em 2013, o posicionamento da FIESP é outro:

> Importantes associações corporativas a grande burguesia interna, Fiesp, Sinaval, Abdib, Abimaq, Abiquim e outras – assumem uma posição ambígua: chegam a admitir a necessidade de algum ajuste fiscal, mas, ao mesmo tempo, protestam contra as medidas de ajuste; setores importantes do movimento sindical, como a central Força Sindical, ao mesmo tempo que protestam contra o ajuste, aproximam-se da oposição neoliberal; no Congresso, partidos que compunham a base de apoio do governo dividiram-se ou bandearam-se para a oposição[48].

Percebe-se, por esse comportamento, um dos grandes entraves de nossa história: o apadrinhamento de partidos que, por sua vez, faz parte das práticas patrimonialistas, ou seja, o uso da coisa pública para interesses pessoais. Sobre essa discussão, o historiador Luiz Carlos Villalta, explica que se tratando das práticas patrimonialistas no Brasil, há que levar em consideração que as relações entre os empresários, sindicalistas e partidos políticos estão profundamente imbricadas nesse sistema[49]. Para ele

> uma das principais fontes para esse sistema é o financiamento de privado das campanhas eleitorais. Ele enreda políticos e empresários em relações que comportam financiamento de campanhas eleitorais e pagamentos de propinas por empresários, em troca de benesses em negócios realizados pelo Estado e pelas empresas públicas e de economia mista, sob o controle de seus financiados[50].

Dessa forma, o que aconteceu em 2013 é que a burguesia interna ao desinteressar-se pelos governos do PT "abandou no barco" e procurou abrigo na oposição que estava representada pelo PSDB. Fazendo-se, assim, parte do grupo que enseja as manifestações de 2013[51].

Contudo, essas considerações ainda não explicam a participação das camadas médias e mais baixas nas jornadas de junho. Pois bem, mais uma vez o conflito de classes nos ajuda a entender essa outra "ponta do iceberg".

---

[48] BOITO, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018, p. 213 e 214.
[49] VILLALTA, Luiz Carlos. *Olhemos o que se oculta por trás do tapete do jogo midiático e político*. MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016.
[50] VILLALTA, Luiz Carlos. *Olhemos o que se oculta por trás do tapete do jogo midiático e político*. MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016, p. 30.
[51] BOITO, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

André Singer, Armando Boito Júnior e Marilena Chauí, apontam que a classe média presente nas manifestações de junho de 2013 representa o grupo de jovens que ascenderam socialmente durante os governos petistas, sobretudo, entre 2003 e 2013 – fruto das políticas de ampliação das escolas e universidades públicas e de acesso ao ensino superior com a criação do sistema de cotas[52]. Contudo, Armando Boito Júnior explica que essa parcela dos manifestantes estava insatisfeita com o governo porque decepcionaram-se com a baixa qualidade de emprego. Para ele, os governos do PT, ao passo que ampliaram a inserção em ensino superior não fez mudanças significativas nos direitos trabalhistas, haja vista que, essas reformas entrariam em choque os interesses da grande burguesia interna[53].

A compreensão de Armando Boito Júnior sobre o período é pertinente. Porém, ela precisa levar em consideração as proposições da filósofa Marilena Chauí, que esclarece que a classe média que ascende durante os governos do PT também é cooptada pelo discurso neoliberal, como a "valorização positiva da fragmentação e dispersão socioeconômica (...) o estímulo ao individualismo competitivo agressivo e ao sucesso a qualquer preço por meio da astúcia, para operar com os procedimentos do mercado[54]" e por isso, diante da crise política e econômica no Brasil, inclinou-se para as posições conservadoras e reacionárias. Além disso, o historiador Rodrigo Patto de Sá Motta explica que essa insatisfação da classe média vem "da sensação de serem esquecidos pelo Estado, com base na percepção de que os governos petistas atenderam apenas aos pobres e aos ricos[55]" – conforme vínhamos discutindo.

Consoante ao que fora exposto, compreendemos que o processo de configuração do golpe de 2016, sobretudo as manifestações que surgem em 2013, não pode ser analisado sem levar em consideração o conflito de classes. Só assim, é possível entender como a burguesia ora se mostra a favor, ora contra o Partido dos Trabalhadores e como a

---

[52] BRASIL, Senado Federal. Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/8/2012. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-publicacaooriginal-137498-pl.html. Acesso em 06 de junho de 2023.; BRASIL, Ministério da Educação. *Concurso abrirão 21 mil vagas em institutos e universidades federais*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/15182-concursos-abrirao-21-mil-vagas-em-institutos-e-universidades-federais. Acesso em 06 de junho de 2023.

[53] BOITO, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

[54] CHAUI, Marilena. *A nova classe trabalhadora e ascensão do conservadorismo*. SINGER, André et al. Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Boitempo Editorial, 2016.

[55] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Brasil à beira do abismo de novo. IN: BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. *Historiadores pela democracia*: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016, p. 93.

classe média – mesmo tendo ascendido socialmente por meio de políticas desse governo, volta-se contra ele. Ademais, a análise que leva em consideração o conflito de classes nos ajuda a compreender as contradições existem no seio da própria política neodesenvolvimentista proposto por Lula e Dilma, já que, como fora discutido, é marcada por progresso e regresso[56]. Dessa forma, o golpe de 2016, expressa também essas contradições que "são igualmente as contradições brasileiras[57]".

Na próxima seção, continuaremos a discutir esse contexto. Dessa vez, analisando como – apesar do cenário de crescente polarização – a presidenta Dilma Rousseff consegue se reeleger para o quadriênio (2014 – 2018). Além disso, é necessário que levemos em consideração, diante desse panorama, o papel da Operação Lava Jato e, mais uma vez, o comportamento da Fiesp para compreensão da dimensão política e econômica.

1.2 A reeleição da presidenta Dilma, o caso da FIESP e a Operação Lava Jato em 2014

Mesmo com as manifestações de 2013, o afastamento da burguesia interna da linha de frente política do PT, a crescente contestação da classe média e da onda neoliberal no país; a presidenta Dilma Rousseff (PT) se reelege em 2014 com 51,64 % dos votos válidos contra Aécio Neves (PSDB) demostrando, assim, que a sua principal base de apoio, a classe trabalhadora, reconhecia no Partido dos Trabalhadores a sua principal representação política.

Diferentemente do que alguns intelectuais acreditam, a relação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) para com a classe trabalhadora é a mesma dos setores da burguesia. No sentido de que essa classe da base da pirâmide não é uma massa de manobra que se bestializa em troca de benesses. Muito menos, uma relação de clientelismo. Na verdade, ela reconhece no partido a oportunidade de atenderem seus interesses e necessidades reais, como o acesso à moradia própria, educação e serviços essenciais; como os dos programas "Bolsa Família", "Minha Casa, Minha Vida", "Auxílio de Prestação Continuada", "Programa Cisternas". "Luz para todos", "Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Superior" (Pronatec)[58].

---

[56] SINGER, André. *O lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018, p.18.
[57] SINGER, André. *O lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018, p.21.
[58] BOITO JÚNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

Dessa forma, pode-se dizer que, quando todas as outras camadas saíram da linha de frente do governo Dilma, somente a classe mais pobre da sociedade – sobretudo da região nordeste[59] – permaneceu, e foi ela que sustentou a reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Contudo, o segundo mandato da presidenta Dilma, como se pode perceber, já nascia fragilizado e com muitos desafios a serem superados.

O primeiro ponto a ser considerado, nesse contexto, é o caso a FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) já que ela nos ajuda a compreender, em certa medida, o quadro econômico e o posicionamento dos empresários durante o período. Dessa forma, como fora pontuado, a FIESP como um dos setores que compõem a grande burguesia interna, já não via mais no governo do PT os seus interesses representados. Principalmente, depois da baixa do crescimento econômico e do ajuste fiscal[60] durante o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Uma fonte interessante para essa análise é a *Revista Sindicatos em Ação* da FIESP. Ela nos oferece alguns indícios sobre o posicionamento dos sindicatos[61] ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Em dezembro de 2013, o artigo de opinião da revista – assinado pelo presidente da Fiesp, Paulo Skaf, trazia como como título "*2013, o ano que não terminou*". Para Paulo Skaf:

> Em 2013, **o humor político influenciou a economia**. Tivemos um ano de desempenho que não foi esplendoroso, **mas que de forma nenhuma representou um ano de caos**. A realidade aquém do que o Brasil deseja e merece. **A nossa chance de mudar todo esse cenário é ter os pés bem firmes** no chão e continuar lutando pelas grandes causas da indústria. **Como fizemos nas campanhas pelo fim do CPMF, pela Energia a Preço justo, pela redução dos impostos federais e pela modernização dos portos[62].** (grifos nossos)

O trecho apresentado nos suscita algumas discussões. De uma forma geral, o presidente da Fiesp parece avaliar o cenário econômico com um tom brando. Contudo,

---

[59] BALZA, Guilherme; CHAMMAS, Guilherme. *Pela primeira ver Nordeste ultrapassa o Sudeste em número de votos no PT*. *UOL*, 27 de out. de 2014. Disponível em: https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/mobile/2014/10/27/pela-primeira-vez-maior-parte-dos-votos-do-pt-vem-do-nordeste.htm. Acessado e 08 de jun. de 2023.

[60] Nome dado as medidas econômicas utilizadas para equilibrar gastos públicos. Ver em: BRASIL, Senado Federal. *Governo a primeira MP do ajuste fiscal*. Senado Federal, 26 de maio de 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/26/senado-aprova-primeira-mp-do-ajuste-fiscal. Acesso em 08 de jun. de 2022.

[61] Ver a lista de associados à FIESP. Disponível em: https://www.fiesp.com.br/sifesp/sobre-o-sifesp/associados/. Acesso em 11 de junho de 2023.

[62] SKAF, Paulo. 2013, o ano que não terminou. *Revista Sindicatos em Ação*, Edição 6, dezembro de 2013, p.3. Disponível em: http://www.sindicatosemacao.com.br/edicao/6/files/assets/basic-html/index.html#3. Acesso em 11 de jun. de 2013.

uma leitura minuciosa e à luz do contexto histórico, nos revela algumas contradições. Por exemplo, uma hora o presidente cria expectativas não tão positivas sobre o ano, ao afirmar que 2013 continuará – como podemos perceber na frase do título "o ano que não terminou" e mais, continuará com um "desempenho que não foi esplendoroso". Nota-se que, ao passo que pondera o desapontamento com o cenário econômico, procura utilizar palavras/expressões positivas "não tão esplendoroso". Em outras palavras, o que Paulo Skaf disse poderia ser dito de outra forma, em paráfrase: foi bom, mas não foi tão bom, poderia ser melhor.

Se observarmos bem, essa ambiguidade está presente em todo o trecho. Ao reiterar sobre o cenário econômico, dizendo: "mas que de forma nenhuma representou um ano de caos" o empresário dá a entender que apesar do baixo crescimento econômico, o cenário ainda não foi um caos. Porém, ao dizer isso, Paulo Skaf deixa claro que isso pode vir a acontecer. Fato este que pode ser verificado pela solução apresentada pelo presidente da Fiesp, ao pontuar que "nossa chance de mudar todo esse cenário é ter os pés bem firmes no chão e continuar lutando" e ao relembrar alguns momentos em que o sindicato fez campanhas contra o governo, como por exemplo, em 2007 e 2011, quando o sindicato se posicionou contra a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), que consistia em uma contribuição destinada ao custeio de gastos públicos com a saúde pública[63].

Dessa forma, podemos destacar que o presidente ao passo que faz críticas ao governo porque este teria dado o "tom" político que influenciou na economia; ele deixa claro que isso pode ser revertido, como fora outras vezes com mobilizações do sindicato. Assim, o título "2013, o ano que não terminou" já evidenciava que a FIESP faria o que fosse necessário para que os seus interesses fossem mantidos, contudo, era cedo demais para se posicionar de forma mais contundente já que, vale lembrar, a burguesia interna (grupo do qual fazia parte) ainda era um setor privilegiado pelo governo do PT.

Todavia, pesquisando as edições subsequentes da revista, encontramos alguns tratamentos dados a essa temática que merecem nossas discussões. Notamos que na edição seguinte, de março de 2014[64], além de não possuir um artigo de opinião, também não houve críticas ou elogios, de forma mais direta, ao governo vigente nem ao clima

[63] BRASIL, Senado Federal. *CPMF deixa de ser cobrada. Senado Federal, 1 de ago*. de 2008. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/01/02/cpmf-deixa-de-ser-cobrada. Acesso em 08 de jun. de 2023.
[64] Ressaltamos que foi verificado que revista possui um fluxo bimestral.

político-econômico do Brasil. Porém, a partir de maio de 2014 é possível notar algumas críticas da Federação ao governo e o tema da crise volta novamente às páginas da revista.

No artigo de opinião da revista (edição de maio de 2014), a publicação assinada pelo editor expressa:

> **Sabemos que o ano de 2014 não começou como o esperado**. As expectativas não são as melhores e **os setores industriais estão muito preocupados com o futuro**, principalmente em função da desaceleração que vem tomando conta do mercado.
>
> **Desde o começo do ano levantam a questão da Copa do Mundo e as Eleições. Desse primeiro obstáculo não dá mais para fugir**, ele está aí, na nossa frente. Cabe a cada um encontrar alternativas para, com criatividade e inovação, superar esse período de lentidão nos negócios.
>
> **Até as Eleições ainda faltam alguns esses, não menos angustiantes. Logo, é hora de repensar. De buscar alternativas para seus associados**, de mostrar que os setores precisam se unir em torno da Entidade de Classe para pleitear melhorias junto ao governo, para desenvolver ações contra a falta de competitividade, enfim, para encontrar caminhos que possam contribuir para a retomada do crescimento.
>
> **Aprendemos uns com os outros**. Replicamos as práticas de sucesso e melhoramos o ambiente para todos (...)[65]. (grifos nossos)

A partir do trecho, e principalmente dos grifos que fizemos, parece-nos válido afirmar que mais uma vez a FIESP ressalta que a economia não ia bem para os industriais e que estes estavam cada vez mais "preocupados com o futuro". Verifica-se que, o artigo do editor da revista parece ao mesmo tempo falar dos setores industriais associados à Federação das Indústrias de São Paulo, bem como, para essas mesmas empresas. Uma hora o discurso revela a opinião dos sindicatos aliados e outra, parece falar com eles: "logo, é hora de repensar. De buscar alternativas para seus associados, de mostrar que os setores precisam se unir em torno da Entidade de Classe para pleitear melhorias junto ao governo". Ou seja, a revista – em nome dos seus associados – demonstra a preocupação com o cenário econômico e com o futuro, ao passo propôs atitudes frente a eles. Assim, esse trecho é denotativo do posicionamento da FIESP no início de 2014 e revelador pois alguns temas das manifestações de junho de 2013 voltam reverberar, tais como a Copa do Mundo e as Eleições daquele ano.

---

[65] *Revista Sindicatos em Ação*, Edição 8, maio de 2014, p.3. Disponível em: http://www.sindicatosemacao.com.br/edicao/8/files/assets/basic-html/index.html#3. Acesso em 11 de jun. de 2013.

A respeito disso, é interessante destacar que, quanto a Copa Do Mundo – pelo tom com que fora mencionada, apesar de ser um dos "obstáculos" para o crescimento econômico, já não há como "fugir" e era preciso lidar com ela com alternativas de "criatividade" e "inovação". Já as eleições para presidente da República que aconteceriam em outubro daquele ano, a FIESP apresenta que era preciso "repensar" e "buscar alternativas para seus associados". Como vemos, se para o "obstáculo" da Copa do Mundo já não havia mais solução de superá-la, para as eleições haviam. Dessa forma, parece-nos válido afirmar que eram as eleições o futuro que preocupava os setores industriais. Não no sentido de que as coisas poderiam mudar, ao contrário, se não estava bom para a indústria, a colocação "repensar" e "buscar alternativas" denotam muito mais o desejo de mudança do que a preservação do governo.

Esse posicionamento cada vez mais contundente da Fiesp pode ser percebido ainda nas edições seguintes, como na de julho de 2014 que trazia o artigo de opinião da revista com o título "*Chega de experiências*" (**Figura 03**).

Figura 2 - Imagem que compõem o artigo de opinião da Revista Sindicatos em Ação da FIESP – edição de julho de 2014



Fonte: Fiesp – Edição de julho de 2014.

A partir da leitura da imagem, podemos deduzir que o título do artigo faz referência às eleições que ocorreriam naquele ano. Fato este que pôde ser verificado a partir da análise do texto, no qual, o então presidente da Federação e do Centro das Indústrias de São Paulo (Fiesp – Ciesp[66]); Benjamin Streinbruch manifesta que

> Para governar o país, é preciso ter competência, sonhos, ousadias, utopias, planos, ideologia, equipes e, principalmente, uma enorme

[66] Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

> disposição de trabalho para impulsionar as mudanças que precisam ser feitas. Não dá para estar na cadeira e depois pensar no que fazer, como fazer e viabilizar politicamente o que pretende fazer.
> **Todos sabemos que o país pagou demais no passado por experiências políticas**[67]. (grifos nossos)

Nota-se que, a partir da leitura do artigo, nos é permitido inferir que ao dizer "chega de experiências" a revista faz uma possível referência à presidenta Dilma Rousseff, uma vez que, ela, apesar de ter sido ex-ministra da Casa Civil e Minas e Energia, nunca havia disputado uma eleição[68]. Isso porque, por "experiências" entende-se ensaio, tentativa, ou ainda um conhecimento adquirido com prática[69]. Assim, nos parece possível diante do comportamento da FIESP com relação ao governo e pelas fontes consultadas, depreendermos que por "chega de tentativas" a revista está a dizer: chega do governo Dilma/PT.

As críticas continuam nos meses seguintes, conforme é possível observarmos através das imagens que compunham os editoriais dos meses de setembro e novembro de 2014. (**Figura 03 e 04**).

Figura 04: Imagem que compõe o artigo de opinião da Revista Sindicatos em Ação da FIESP – edição de setembro de 2014.	**Figura 05**: Imagem que compõe o artigo de opinião da Revista Sindicatos em Ação da FIESP – edição de novembro de 2014.
	
Fonte: FIESP – Edição de setembro de 2014.	**Fonte:** FIESP – Edição de novembro de 2014.

[67] *Revista Sindicatos em Ação*, Edição 9, julho de 2014, p.3. Disponível em: http://www.sindicatosemacao.com.br/edicao/9/files/assets/basic-html/index.html#3. Acesso em 11 de junho de 2013.
[68] SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018.
[69] Experiência. Priberom Dicionário. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/experi%C3%AAncia. Acesso em 11 de junho de 2023.

Ao final de 2014, a FIESP deixava claro a sua insatisfação com o plano político-econômico do governo da presidenta Dilma Rousseff. No artigo de opinião da edição de novembro de 2014, cujo título é "*A esperança de um novo ano*" que traz consigo a imagem de um 2015 em construção, o diretor da federação, Paulo Skaf, declarava que em 2015 os empresários que compunham a FIESP e CIESP iriam cobrar dos governantes em exercício "a aplicação rigorosa das leis contra corruptores e corruptos" e exigiriam "o uso correto do uso dos impostos arrecadados pelo governo[70]".

Ou seja, a Federação dos Sindicatos das Indústrias de São Paulo (FIESP) posicionava-se, ao final de 2014, mesmo com a reeleição de Dilma, de forma mais vez mais contundente ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, deve se ressaltar que a declaração de Paulo Skaf também evidenciava a postura da FIESP frente a corrupção: aplicação rigorosa das leis. Somando-se, assim, ao grupo dos que ensejam não só a saída do governo como também, à "caça" a "corruptores e corruptos" como se a prática tivesse nascido no governo em vigor.

Ademais, para que tenhamos uma noção mais ampla da conduta da FIESP no cenário político e econômico do Brasil contemporâneo, é interessante destacar que, como fora pontuado na primeira parte desse capítulo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) historicamente, tem oscilado no tom das críticas e elogios ao governo no poder dependendo de como este se vincula aos seus interesses. Assim, se por um lado, durante o final de 2013 e em 2014 verificamos discursos cada vez mais incisivos ao plano econômico do governo da presidenta Dilma Rousseff, o mesmo não pode ser dito dos idos de 2011, quando a presidenta, decide adotar uma série de medidas *neodesenvolvimentistas*, como o Plano Brasil Maior cujo objetivo era "assegurar o mercado interno às empresas nacionais[71]". Ou seja, uma política econômica voltada aos interesses da grande burguesia interna por meio da intervenção do estado e do protecionismo nacional[72].

---

[70] SKAF, Paulo. A esperança de um novo ano. *Revista Sindicatos em Ação,* Edição 9, julho de 2014, p.4. Disponível em: http://www.sindicatosemacao.com.br/edicao/11/files/assets/basic-html/index.html#4. Acesso em 13 de jun. de 2013.

[71] VACCARI, Gabriel da Silva et al. *Empresariado e política no Brasil contemporâneo*: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, p. 90.

[72] É importante destacar que essas medidas iam de encontro com os interesses dos grandes empresários e banqueiros que estavam mais voltados para o capital financeiro internacional (burguesia internacional). Assim, as medidas adotas no Plano Brasil Maior foram criticadas por esse setor. Para saber mais, ver em: VACCARI, Gabriel da Silva et al. *Empresariado e política no Brasil contemporâneo*: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Assim, verificou-se que, àquela época a FIESP manteve um discurso elogioso às ações do governo Dilma, sobretudo, ao ministro da Fazenda, Guido Mantega. Nas palavras de Paulo Skaf – então presidente da FIESP:

> É um bom início [...] por ser um pacote inicial, conforme foi dito claramente pela presidente Dilma conosco (empresários) hoje, são medidas positivas, a desoneração da folha de pagamento atendeu setores importantes, foi um início correto. A desoneração para alguns setores é positiva, mas tem que estender para mais setores, além de ver a questão do custo da energia, que não foi tocada neste pacote[73].

Diante do pronunciamento de Paulo Skaf, é possível perceber que a presidenta Dilma esteve com os empresários da FIESP e assegurou que se tratava apenas de um pacote inicial, atendendo, assim, aos interesses dos sindicatos afiliados à Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Ainda que Paulo Skaf pondere sobre a necessidade de fazer mais e "estender as medidas a outros setores", nota-se que há uma segurança nas medidas que foram adotas pelo governo. Dessa forma, o caso da FIESP nos ajuda a entender como um conjunto de práticas e comportamentos vão sendo reapropriados e utilizados na disputa de interesses no cenário político[74].

Naquele contexto, os empresários da Fiesp não só teceram narrativas elogiosas ao governo de Dilma como também rebateram às críticas[75] feitas pelo Banco Central sobre as medidas do Plano Brasil Maior e organizaram uma caminhada até a sede do Banco Central na Avenida Paulista:

> Com o nome de 'Movimento por Brasil com Juros Baixo: mais empregos e mais produção', as lideranças da FIESP, da CUT, da Força Sindical, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e do Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo, acompanhados por economistas, desenvolvimentistas como Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Gonzaga Beluzzo, Yoshiani Nakano e Carlos Lessa, marcharam juntos até a sede

---

[73] VIZIA, Bruno de. Para FIESP, Plano Brasil Maior é 'início correto´. *Valor Econômico*, São Paulo, 02 de ago. 2011. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2011/08/02/para-fiesp-plano-brasil-maior-e-inicio-correto.ghtml. Acessado em 12 de jun. 2023.

[74] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Brasil à beira do abismo de novo. IN: BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. *Historiadores pela democracia*: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016.

[75] Os banqueiros da Banco Central, movidos pelos interesses do capital financeiro, criticam as medidas do Plano Brasil Maior alegando perda de autonomia e que a ação era uma "pressão política do governo sobre o Banco Central". Ver mais discussões em VACCARI, Gabriel da Silva et al. *Empresariado e política no Brasil contemporâneo*: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

> do Banco Central na Avenida Paulista, na manhã de 18 de outubro, dia em que começava a reunião do Copom[76].

Contudo, alguns anos mais tarde, no segundo semestre de 2013, após Dilma mudar as estratégias político-econômicas "no sentido de diminuir os tentáculos estatais e aumentar o espaço para o setor privado[77]", a FIESP realizou manifestações públicas com críticas quanto as novas medidas adotadas e colocando que o aumento das taxas Selic acarretaria no baixo crescimento econômico e "colocando o país à beira da recessão e do retorno de elevadas taxas de desemprego[78]". Ainda, segundo a pesquisa realiza por Gabriel da Silva Vaccari durante os anos de 2011, 2012 e até os primeiros seis meses de 2013, os empresários ligados à FIESP e de outros setores, quando ponderavam as críticas sobre o cenário econômico, as faziam direcionadas às medidas exigidas pelo Banco Central. Porém, a partir do segundo semestre de 2013, o tom e alvo dos pronunciamentos havia mudado de foco. Como elucida a pesquisa realizadas por Gabriel Vaccari, "a culpa era do governo, que não fazia a lição de casa nem cortava os próprios gastos para permitir ao país ter juros menores[79]".

Portanto, o comportamento da FIESP durante o ano de 2014 – conforme vínhamos analisando, nada tem de um posicionamento novo, ao contrário é um movimento inspirado nas ações que deram certo no passado. Dessa forma, conseguimos compreender o tom cada mais latente no segundo semestre de 2013, em 2014 e em 2015 – quando o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff é aceito.

Por tanto, entendemos que a inflexão política da FIESP diante do governo da presidenta Dilma Rousseff durante seus últimos anos de mandato, nos permite inferir a existência de fatores estruturais – patrimonialismo e apadrinhamento de partidos –

---

[76] VACCARI, Gabriel da Silva et al. *Empresariado e política no Brasil contemporâneo*: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, p.96.

[77] Ver mais discussões em VACCARI, Gabriel da Silva et al. *Empresariado e política no Brasil contemporâneo*: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, p.129.

[78] VACCARI, Gabriel da Silva et al. *Empresariado e política no Brasil contemporâneo*: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, p. 130.

[79] VACCARI, Gabriel da Silva et al. *Empresariado e política no Brasil contemporâneo*: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, p. 131.

práticas estas que nos dão indícios da existência de culturas políticas[80] que por sua vez, estão a influenciar as disputas por poder e não a defender o bem comum e a manutenção dos processos democráticos.

Soma-se a esse cenário, a operação Lava Jato. Essa operação, realizada pela Polícia Federal, iniciou-se no dia 17 de março de 2014 e tinha como objetivo investigar um esquema de lavagem de dinheiro denominado "Petrolão".

De acordo com o cientista político Leonardo Avritzer, a Operação Lava Jato, em um primeiro momento, teria tido um caráter de investigação de combate à corrupção de forma sistêmica na Petrobras. Para ele, essa primeira fase teria alcançado bons resultados tanto com relação "à revelação da operação de corrupção dentro da Petrobras[81]" como também "à recuperação inédita de ativos da empresa"[82]. Porém, em um segundo momento, a operação teve um caráter de cunho político – sobretudo, no segundo semestre de 2014, o qual, confluiu com as eleições presidenciais de 2014[83].

O autor supracitado aponta que um dos primeiros sintomas da politização da Operação Lava Jato pôde ser percebido quando, durante o período eleitoral "foram realizados vazamentos seletivos sobre a eventual participação da presidenta Dilma e do ex-presidente Lula no esquema de corrupção[84]". Contudo, o envolvimento de Lula e Dilma nunca veio a ser comprovado - apesar de ter sido amplamente divulgado pela mídia – como podemos observar pelas matérias da revista *Veja*.

Figura 3 - Capa da revista Veja – edição 2397
de outubro de 2014

[80] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Brasil à beira do abismo de novo. IN: BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. *Historiadores pela democracia*: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016.
[81] Avritzer, Leonardo. Operação Lava Jato, judiciário e degradação institucional. In: KERCHE, Fábio & FERES JUNIOR, João. Operação Lava Jato e a democracia brasileira. São Paulo: Contracorrente, 2018, p. 39.
[82] Avritzer, Leonardo. Operação Lava Jato, judiciário e degradação institucional. In: KERCHE, Fábio & FERES JUNIOR, João. Operação Lava Jato e a democracia brasileira. São Paulo: Contracorrente, 2018, p. 39.
[83] Avritzer, Leonardo. Operação Lava Jato, judiciário e degradação institucional. In: KERCHE, Fábio & FERES JUNIOR, João. *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018, p. 37-53.
[84] Avritzer, Leonardo. Operação Lava Jato, judiciário e degradação institucional. In: KERCHE, Fábio & FERES JUNIOR, João. *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018, p. 39 e 40.



Fonte: Revista *Veja* (2014)

É interessante destacar que, a edição da revista foi posta em circulação três dias antes da votação para presidente da República, no dia 23 de outubro de 2014. Sublinha-se que, o suposto envolvimento de Dilma e Lula no esquema de corrupção foi o destaque principal da revista. Não houve espaço, na capa, para nenhuma outra matéria. O rosto de Dilma e Lula ocupam todo o perímetro da primeira folha. No meio, separando os dois petistas, há uma frase afirmativa de que o doleiro Alberto Yousseff havia revelado à Polícia Federal e ao Ministério Público que Dilma e Lula sabiam de todo o esquema de corrupção. Aliás, para combinar com o tom preto que foi dado à capa, a revista opta por dizer da seguinte forma: "Lula e Dilma tinham conhecimento das tenebrosas transações na estatal[85]".

Dois dias depois e um dia antes das eleições, a *Folha de São Paulo* também publicou uma matéria sobre a temática. O grupo trazia como título: "Lula sabia de esquema na Petrobras desde 2005, diz doleiro"[86]. Dessa vez, nota-se que a ênfase maior está centrada na figura de Lula – apesar de trata-se do mesmo depoimento, do doleiro Alberto Yousseff e de mencionar a edição 2397 da revista *Veja*.

O que nos chama atenção durante a análise das duas matérias é que, diferentemente do que o título tendencioso propõe, no corpo dos artigos, tanto a revista

[85] BONIN, Robson. Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Yousseff à PF. *Revista Veja*, 23 de outubro de 2014. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf. Acesso em 17 de jun. 2023.

[86] CARVALHO, Marcelo Cesar. Lula sabia de esquema na Petrobras desde 2005, diz doleiro. *Folha de São Paulo*, 25 de out. de 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538000-lula-sabia-de-esquema-desde-2005-diz-doleiro.shtml. Acesso em 17 de jun. de 2023.

como o jornal expõem que não há provas das declarações do doleiro. De acordo com a matéria da revista *Veja*, "o doleiro não apresentou – e nem lhe foram pedidas – provas do que disse[87]" e ainda, explica que nessa fase do processo "o que mais interessa aos delegados é ter certeza de que o depoente atuou diretamente ou pelo menos presenciou ilegalidades[88]". Já a Folha de São Paulo pontuou que o doleiro "soube" que Lula tinha conhecimento da propina na Petrobras durante a crise do Mensalão. Portanto, na matéria da Folha, depreendemos algo que a revista *Veja* omitiu: o doleiro não mencionou envolvimento direto no esquema de corrupção com Lula e Dilma, mas que este "soube", por um terceiro(a), sobre a participação dos petistas.

Diante disso, parece-nos fundamental questionar o porquê da veiculação das matérias, apesar de não haver provas. Algo que fica evidente é que o que mais interessava com a delação premiada era a certeza do envolvimento do depoente. Mas, por que os meios de comunicação optaram por dar maior ênfase à figura de Lula e Dilma do que à própria participação do doleiro? E por que, a *Folha de São Paulo* fez uma seletividade ainda maior pela discussão em torno da figura de Lula? Perante o exposto, parece-nos válido concordar com a colocação de Avritzer: a Operação Lava Jato, pelo menos em sua segunda fase, teve uma conotação estritamente política e entrou em cena para influenciar as eleições daquele ano[89].

Leonardo Avritzer, explica ainda que o sistema de delação premiada foi mal utilizado no Brasil. Para ele, um réu não poderia ser submetido ao mesmo juiz em todas as fases do processo – como aconteceu com os depoentes investigados por envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras. Isso por si só já demonstra a fragilidade da operação – já que, essa conduta só ocorreu no Brasil sendo considerada ilegal em todos os outros países do mundo[90].

Essa afirmação é muito valiosa para a nossa pesquisa. Quando conseguimos compreender o funcionamento das instituições jurídicas para além do que estava

---

[87] BONIN, Robson. Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Yousseff à PF. *Revista Veja*, 23 de outubro de 2014. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf. Acesso em 17 de jun. 2023.

[88] BONIN, Robson. Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Yousseff à PF. *Revista Veja*, 23 de outubro de 2014. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf. Acesso em 17 de jun. 2023.

[89] Avritzer, Leonardo. Operação Lava Jato, judiciário e degradação institucional. In: KERCHE, Fábio & FERES JUNIOR, João. *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018, p. 37-53.

[90] Avritzer, Leonardo. Operação Lava Jato, judiciário e degradação institucional. In: KERCHE, Fábio & FERES JUNIOR, João. *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018, p. 37-53.

ocorrendo no país, para além do que nos foi imposto como "normal" é que conseguimos ter uma dimensão maior da fragilidade do nosso sistema democrático. Não houve questionamentos da mídia em relação ao processo da Operação Lava Jato muito menos manifestações nas ruas. Ao contrário, a Operação Lava Jato e o juiz Sergio Moro permanecerem "bem-vistos" pela sociedade brasileira mesmo após algumas contradições da operação e revelações do envolvimento entre o juiz Sergio Moro e o procurador da Lava Jato, Deltan Dallagnol, que colocaram em xeque a imparcialidade da investigação[91].

Afirmação essa que pode ser verificada na pesquisa[92] realizada pelo Instituto IDEIA. De acordo com os resultados divulgados em 2021 pelo IDEIA, 80% da população brasileira declarou-se a favor da Operação Lava Jato e 20%, contra. Ainda em consonância com a apuração, 59% das pessoas entrevistadas afirmaram não ter conhecimento sobre o fim da Lava Jato e 41% declararam ciência do término.

Quando questionados sobre a razão da interrupção da Operação Lava Jato, os entrevistados, em sua maioria (69%) acreditam que foi uma ação dos políticos para barrar a operação; 15% entendem que se deu pelo fim da corrupção no país; 13% julgam que a causa foi o fim das investigações e que, portanto, não havia mais nada para investigar. Dessa amostra, 3% creem em outros motivos.

Para Maurício Moura, fundador do instituto de opinião pública (IDEIA), mesmo após o fim da Lava Jato, as pesquisas demonstram que ela continua sendo bem avaliada pela população. Deve-se ressaltar ainda que, quase 60% dos entrevistados não tinham conhecimento sobre o fim da operação; o que nos dá indícios de que, se comparada ao andamento das investigações, o fim da operação foi pouco divulgado pelos meios de comunicação[93].

É revelador, ainda, que os entrevistados em sua maioria (70%) acreditam que ela chegou ao fim por ação de políticos. Esse dado nos permite inferir que a Lava Jato é considerada por muitos um movimento de combate à corrupção e que está totalmente

---

[91] Ver série de matérias produzidas pelo The Interpect Brasil em: GREENWALD, Glenn; MARTINS, Rafael Moro e SANTI, Alexandre de. 'NÃO É MUITO TEMPO SEM OPERAÇÃO?' Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato. *The Interpect Brasil*, 9 de jun. 2019. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/. Acesso em 17 de jun. 2023

[92] Avaliação e aprovação do Governo Federal + política nacional + pandemia. *EXAME/IDEIA*. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2021/02/EXAMEIDEIA12FEV20213.pdf. Acesso em 18 de jun. de 2023.

[93] Avaliação e aprovação do Governo Federal + política nacional + pandemia. *EXAME/IDEIA*. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2021/02/EXAMEIDEIA12FEV20213.pdf. Acesso em 18 de jun. de 2023.

desassociada de ideologia política. Já que, os responsáveis pelo fim dela são os "outros", os políticos.

1.3 Uma tragédia anunciada? O pedido de *impeachment*

O historiador Luiz Felipe de Alencastro, em 2009, já demonstrava certa preocupação com uma possível aliança entre os partidos do PT (Partido dos Trabalhadores) e PMDB (Movimento Democrático Brasileiro) tendo como expoentes as figuras de Dilma Rousseff e Michel Temer, para ele

> Uma presidenciável desprovida de voo próprio na esfera nacional, sem nunca ter tido um voto na vida, estará coligada a um vice que maneja todas as alavancas do Congresso e da máquina partidária peemedebista. Deputado federal há 22 anos seguidos, constituinte, presidente da Câmara por duas vezes (1997-2000 e 2009-2010), presidente do PMDB há oito anos, Michel Temer vivenciou os episódios que marcaram as grandezas e as misérias da política brasileira.[94]

Sete anos depois, em 2016, o desenrolar da história veio a nos mostrar o que resultaria dessa coligação. Contudo, se por um lado a colocação do historiador mostrou-se assertiva, a que se considerar que essa explicação por si só não dá conta de esclarecer como o golpe à democracia no Brasil veio a se concretizar por meio do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Para compreender a história política do Brasil no tempo presente – assim como em outros campos de análise histórica – há que se levar em consideração que a "história traz consigo a ambiguidade como uma de suas principais marcas, sobretudo quando se observa que ela é multifacetada e composta de muitas especificidades[95]". Ou seja, por mais que a chapa Dilma/Temer já nascera como uma tragédia anunciada, há outros atores, velhas temáticas e problemas de nossa política que foram surgindo e ressurgindo à medida que decisões políticas foram sendo tomadas. Dessa forma, para se ter uma dimensão de como a presidenta Dilma – apesar de ter sido reeleita democraticamente e acusada por um crime sem sustentação sólida – ter sido deposta, exige-nos que entendamos a história em seu fluxo contínuo e contraditório levando em consideração as suas múltiplas facetas.

---

[94]ALENCASTRO, Luiz Felipe. Os riscos do vice-presidencialismo. In: BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G; MATTOS, Hebe. *Historiadores pela Democracia*. O golpe de 2016: a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016, p. 20-21.

[95] Referência: DA SILVA FONTINELES, Claudia Cristina. A autoestima piauiense, os usos políticos e as repercussões na memória. *Revista Tempo e Argumento*, v. 13, n. 33, p. e210-e0210, 2021, p.5.

Para tanto, comecemos pelo ato crucial do golpe: o pedido de *impeachment*. Esse acontecimento histórico que irrompeu, em certa medida, o fluxo da dinâmica política em nosso país. O acontecimento que fez com que os nossos olhos se voltassem para o Congresso Nacional.

O pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi oferecido pelos juristas Hélio Pereira Bicuda e Miguel Reale Júnior; e a então deputada estadual de São Paulo, Janaína Paschoal. Segundo o documento da Câmara dos Deputados[96], os denunciantes apresentaram a escritura tendo em vista "a prática de crime de responsabilidade, conforme as razões de fato e direito a seguir descritas, requerendo seja decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer a função política por oito anos"[97]. Os crimes mencionados seriam as "pedaladas fiscais"[98] e créditos suplementares[99] sem aprovação do Congresso. Todavia, como ressalta o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2016) essas ações não se caracterizam como crimes e se assim o fossem, a pena de deposição deveria ter sido aplicada a presidentes anteriores e a outros governantes em exercício[100].

Antes do referido pedido ser aceito, outros 36 requerimentos de *impeachment* haviam sido apresentados na Câmara dos Deputados. É interessante analisar que, em comparação a outros presidentes, as denúncias à presidenta Dilma Rousseff em seu quinto ano de mandato (2015) tiveram o maior índice de solicitação de afastamento do cargo;

---

[96]Registro das sessões. *Câmara dos Deputados*. Documentação disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020160318S00350000.PDF#page=. Acesso em 12 de nov. de 2022.

[97] Registro das sessões. *Câmara dos Deputados*. Documentação disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020160318S00350000.PDF#page=. Acesso em 12 de nov. de 2022.

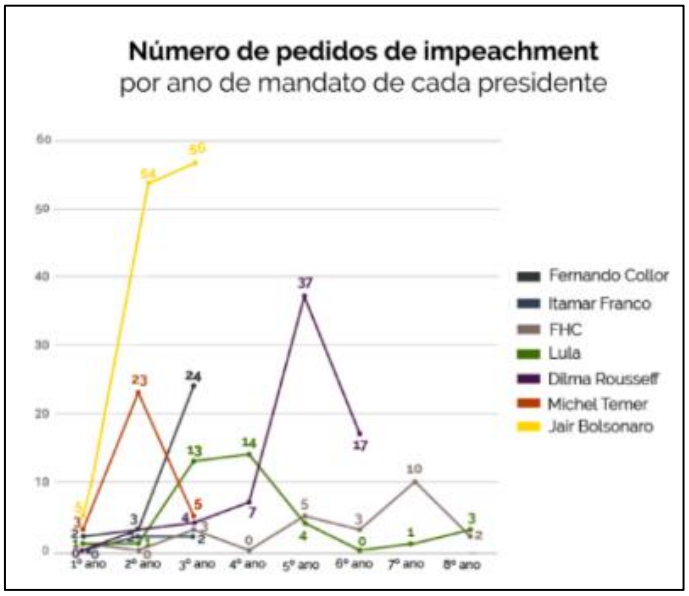
[98] Segundo o site do Senado, "pedaladas fiscais" foi um apelido dado a um tipo de manobra na qual, no governo de Dilma Rousseff, o Tesouro Nacional atrasou, voluntariamente, o repasse de recursos para a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para que fosse feito o pagamento de de programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal. Acesso em 09 de dez. de 2022.

[99] De acordo com o site El País, a presidenta Dilma Rousseff assinou três decretos de abertura de créditos suplementares para projetos na área da educação, previdência, trabalho, cultura, para diversos órgãos do Executivo e para as despesas do Judiciário. Dessa forma, para os advogados da acusação, esses gastos trouxeram um impacto na meta fiscal primária de 205 – ou seja, o Governo teve um valor em caixa menor do que a meta ao final daquele ano. Por isso, a presidenta teria praticado um crime, uma vez que essas ações contrariam o artigo 4 da Lei Orçamentaria Anual (LOA) de 2015. Alegou ainda a defesa que, a presidenta Dilma Rousseff teria assinado esses decretos sem a autorização do Congresso – conforme é exigido por lei. Para mais informações ler em: A guerra jurídica do impeachment: do que Dilma é acusada? Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248_958761.html. Acesso em 09 de dez. de 2022.

[100] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*: O tempo da Nova República-vol. 5: Da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 443.

perdendo apenas para o presidente Jair Bolsonaro que alcançou 56 pedidos em seu terceiro ano de exercício, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Figura 4 - Gráfico 01: Gráfico com o número de pedidos de impeachment por mandato de cada presidente



Fonte: Pública – Agência de Jornalismo Investigativo[101]

De acordo com o gráfico da Pública (Agência de Jornalismo Investigativo), podemos notar que houve pedido de afastamento do cargo em todos os seis últimos mandatos de presidentes do Brasil. Esse fato nos leva a seguinte indagação: por que somente a solicitação de afastamento da presidenta Dilma Rousseff teria sido levada ao seu ato derradeiro? Pode parecer uma pergunta simples de ser respondida, mas não é. Sobretudo, quando rememoramos as justificativas apresentadas pelos deputados federais na noite do dia 17 de abril de 2016. Naquele espetáculo, Dilma foi julgada por tudo: pelo comunismo, pela família, pela Operação Lava Jato, por Deus, pela Igreja; exceto pelos crimes de responsabilidade que haviam lhe atribuído[102].

Os juristas autores do pedido de *impeachment* e a deputada estadual, argumentam ainda em seu pedido de deposição da presidenta que "em 2015, em diversas oportunidades, a população foi maciçamente às ruas, em números muito superiores ao

[101] Os pedidos de impeachment de Bolsonaro. *Agência de Jornalismo Investigativo*. Disponível em: https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/quantos-pedidos-de-impeachment-os-ultimos-presidentes-receberam/. Acesso em 12 de nov. de 2022.

[102] Para saber mais, ver dados estatísticos sobre as menções dos votos dos parlamentares na Câmara Federal realizado pelos sociólogos Reginaldo Prandi e João Luiz Carneiro (2019). Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zz6PRYyg6VWKKpVN3Psfx6N/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 13 de nov. de 2022.

contingente de pessoas que se mobilizou em 1992. Pouco antes da manifestação, do dia 16 de agosto, ao lado de outros tantos brasileiros, os três denunciantes gravaram um vídeo para o **Movimento Vem pra Rua[103],** convidando a população a se mobilizar"[104]. O movimento citado no pedido de *impeachment* já foi objeto de análise de diferentes pesquisadores, por diversas perspectivas e áreas das ciências sociais e humanas, uma vez que, ao lado de outros dois; "Movimento Brasil Livre" (MBL) e "Movimento Endireita Brasil", representaram uma parte significativa da sociedade conservadora brasileira e foram fundamentais para que "as manifestações a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff se fortalecessem".[105]

Pesquisando sobre o Movimento Vem pra Rua, verificamos que o mesmo surgiu em 2014 – ano em que Dilma Rousseff vence Aécio Neves com mais de 54 milhões de votos válidos. Esse fato, nos leva a relacionar que o movimento ligado ao pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff faz parte daquela parcela que nunca chegou a aceitar a vitória da presidenta. Todavia, longe do que o movimento apresenta em seu site, qual seja, "é um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil em 2014"; alguns trabalhos vêm mostrando que o movimento não foi originariamente uma mobilização por parte da sociedade. Segundo os cientistas sociais Diego Batista Rodrigues de Oliveira (2019) e Eliel Ribeiro Machado (2019) o movimento supracitado surgiu da iniciativa de dois empresários, são eles: Rogério Chequer e Colin Butterfield. Os autores explicam que eles foram

> motivados pelos efeitos negativos que as "Jornadas de Junho" exerceram sobre o índice de aprovação do governo federal e pela deflagração da Operação Lava Jato, iniciada em março daquele ano para investigar crimes de corrupção envolvendo políticos e a empresa estatal Petrobrás, os idealizadores do movimento tinham o propósito de convocar a população às ruas a fim de influenciar a opinião pública durante a corrida presidencial[106].

---

[103] Grifos nossos.

[104] Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXXI – Supl. ao nº 35, sexta feira, 18 de março de 2016, Tomo I/VI. Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff. Acesso em 13 de nov. de 2022.

[105]CHAIA, Vera. O conservadorismo e ascensão da nova direita. In: DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016*: razões, atores e consequências. São Paulo: Intermeios, 2018, p.21

[106] OLIVEIRA, Diego Batista Rodrigues de; MACHADO, Eliel. Vem pra Rua e MBL no contexto do golpe parlamentar no Brasil. *Lutas Sociais*, v. 23, n. 42, p. 98-108, 2019.

E de fato, a onda de movimentos após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff influenciou a opinião pública e reverberou na opinião publicada pelo Instituto de Pesquisa Datafolha. Segundo o instituto, em 23 de outubro de 2014, o governo da presidenta contava com 44% de aprovação (boa ou ótima), 36% consideravam a gestão regular, 19% ruim ou péssima e 1 % não souberam responder[107]; em um intervalo de aproximadamente um ano e meio, esses índices mudaram para 64% achavam o governo ruim ou péssimo, 12% bom ou ótimo, 25 % regular e 1% que não opinaram sobre o assunto[108].

Voltando ao documento de pedido de *impeachment,* os denunciantes afirmam ainda que a crise do Brasil não é apenas econômica, "na verdade é política, e sobretudo, MORAL[109]". Assim, em caixa alta, para dar mais destaque ao que é mais latente no governo da presidenta Dilma Rousseff: a crise moral. Mas, o que seria essa crise moral? O que os autores do pedido entendem por crise moral?

O primeiro ponto a ser colocado em questão é sem dúvida o tema da corrupção. Em 2014, ano da reeleição da presidenta Dilma Rousseff, o tema da corrupção foi reiterado tantas vezes pelos meios de comunicação que a ideia que se tem é que o PT (Partido dos Trabalhadores) implantou, aqui, tal mostrengo[110].

Uma pesquisa realizada pelos intelectuais João Feres Júnior e Luna de Oliveira Sassara (2016) a respeito do tema da corrupção no jornalismo brasileiro impresso, aponta que os pleitos presidenciais de 2010 e 2014 tiveram uma cobertura de escândalos com 95% de matérias sobre corrupção da administração petista (PT) contra 5% de matérias sobre o mesmo tema a respeito dos tucanos (PSDB) conforme podemos analisar a partir da figura abaixo. Segundo os cientistas, a edição do Latinobarómetro em 2015, mostrou que o Brasil foi o único país em que a corrupção é vista como o maior problema da federação segundo os entrevistados[111]. Dessa forma, considerando que os maiores grupos

---

[107] Ver em Aprovação do governo Dilma é 44%, indica pesquisa Datafolha. *G1*, 23 de outubro de 2014, Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/aprovacao-do-governo-dilma-e-de-44-indica-pesquisa-datafolha.html. Acesso em 15 de nov. de 2022.

[108] 64% reprovam o governo Dilma. *Datafolha*, 29 de fev. de 2016. Disponível em: https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/02/64-reprovam-governo-dilma.shtml.. Acesso em 15 de nov. de 2016.

[109] Registro das sessões. *Câmara dos Deputados*. Documentação disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020160318S00350000.PDF#page=. Acesso em 12 de nov. de 2022.

[110]CHALHOUB, Sidney. A "velha corrupção": carta aberta aos jovens sobre as eleições. In: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G (org.). *Historiadores pela democracia*: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016.

[111] Para mais informações ver em: FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. *Novos estudos CEBRAP*, v. 35, p. 205-225, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/LWwxZ7CdTtzyH59HVFYJQhx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 09 de dez. de 2022.

de comunicação[112] influenciam na construção e percepção dos acontecimentos políticos, faz-se necessário investigar como a imprensa, sobretudo a piauiense, tratou pedido de deposição da presidenta Dilma Rousseff.

1.4 "Letras falantes, gritos visuais"**:** o pedido de *impeachment* na imprensa piauiense em 2015

Carlos Drummond de Andrade em seu poema "*eu, etiqueta*" – ao referir-se ao homem consumista, o expõe como um produto ambulante, uma coisa coisificada. Os versos sublinham que o homem moderno deixa de ser homem para tornar-se uma coisa, um produto, uma propaganda. O homem é uma vitrine onde da "cabeça ao bico dos sapatos" expressa mensagens, letras falantes, gritos visuais.

Do mesmo modo, os periódicos se apresentam. As letras, propositalmente em caixa alta, em itálico ou negritadas, gritam "ordens de uso, abuso, reincidências, costume, hábito, premência, indispensabilidade". Eles também querem comunicar, vender, anunciar, convencer aqueles que os leem. Daí, a necessidade constante da pesquisa histórica de problematizar a forma como um acontecimento foi noticiado nas páginas de um jornal.

Isso posto, consideremos em primeira instância uma pesquisa realizada por Mayra Coimbra, Mariane Motta e Luiz Ademir de Oliveira (2019) sobre o processo de abertura do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no jornal *Folha de São Paulo,* os autores expressam que é importante compreender o papel das mídias na sociedade moderna porque estes meios de comunicação "pautam, enquadram, recortam, selecionam e organizam a realidade, conforme seus valores, princípios ideológicos e normas jornalísticas[113]". Isto é, os meios de comunicação, através do discurso jornalístico, organizam o que acontece em uma cidade, em um país, com base em orientações que lhe são próprias do ofício e dos grupos ao quais estão vinculados. Dessa forma, o discurso

---

[112] Sobre essa informação ver em DE ALMEIDA, João Paulo Martins; AMARAL, Maria Virgínia Borges. O discurso da imprensa sobre o impeachment e os efeitos de sentido mobilizados pela memória discursiva. *Leitura*, n. 66, p. 216-228, 202. Nessa pesquisa, os autores apontam que o Grupo Globo, o Grupo Folha e a revista Veja, do Grupo Abril, são detentores de 50% de todo o controle da mídia do Brasil, e que, por isso "exercem poder e dominância econômica (e política) no país. Esses sujeitos dispõem de meios massivos para informar a opinião pública e gerar produtos que lhes garantam lucros pelo tratamento da informação". P. 218. TÍTULO DA MATÉRIA .Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/11011. Acesso em 09 de dez. de 2022.

[113]CAMPOS, Mariane Motta; COIMBRA, Mayra Regina; OLIVEIRA, Luiz Ademir. O processo de abertura de Impeachment da presidente Dilma Rousseff: uma análise do enquadramento midiático da Folha de São Paulo. *Cadernos de Comunicação*, v. 23, n. 3, 2019, p.03.

veiculado pela imprensa é um substrato da realidade, uma das representações sobre o fato ocorrido.

Por conseguinte, entendemos que o discurso jornalístico também faz parte do que Roger Chartier[114] (2002) cunhou como representações:

> As representações são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas.[115]

Neste seguimento cabe, portanto, a nós historiadores, a problematização dessa forma de dizer a realidade e colocá-la em conflito com outras linguagens que traduzem os acontecimentos.

Roger Chartier (2001), também nos adverte que é essa constante problematização das tensões existentes que nos possibilita um espaço de intervenção, porque não há uma única maneira de "ler" um dado acontecimento na sociedade sem que se leve em consideração as contradições. Um exemplo disso são as construções de conteúdos que foram feitas pelo jornal *Folha de São Paulo* logo após o então presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, ter aceitado o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no dia 02 de dezembro de 2015.

De acordo com a pesquisa realizada, as matérias da *Folha de São Paulo,* dos dias 02 e 03 de dezembro de 2015, trouxeram narrativas em que a presidenta Dilma é

> marcada pela ausência de protagonismo e descontrole. Os poucos momentos em que o jornal deu espaço para exposição de sua imagem ele o fez o na perspectiva de uma governante sem apoios, sem voz, sem ação, sem estratégia. A imagem de uma presidenta agressiva também é apontada pelo jornal, principalmente quando ela se defende das acusações feitas por Eduardo Cunha. Sua defesa é colocada como um ataque ao seu adversário. **O jornal também explora o protagonismo de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, que aparece de forma**

[114] CHARTIER, ROGER. O mundo como representação. In: _____. *À beira da falésia*: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

[115] DE CARVALHO, Francismar Alex Lopes. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005, p. 149.

> **mais contundente do que a mesma**[116]. No entanto, ele aprece sempre sobre um enquadramento negativo[117].

Pontua-se que, ao veicular a imagem de uma presidenta sem protagonismo, sem apoios, sem estratégias e com tons de agressividade, o jornal está ressaltando uma imagem negativa de Dilma Rousseff em detrimento de outros aspectos que poderiam ter sido reiterados. Dito de outro modo, o jornal cria representações e visa "construir o mundo social, sendo elas matrizes dos discursos e das práticas dos grupos[118]". Assim, consoante à pesquisa supracitada, os pesquisadores pontuam que

> das 34 matérias analisadas, a maior parte delas, 19, apresentam enquadramento negativo. O número equivale a 56% do total. As matérias de enquadramento positivo somam um total de 8 matérias, equivale a 23%. O enquadramento de matérias consideradas neutras foi de 7, 20%[119].

Percebe-se que, da amostra dos pesquisadores, a maior parte das matérias possuíam um tom negativo com relação a presidenta Dilma Rousseff e o seu governo, totalizando 56% do conteúdo. Esse tipo de discurso é sintomático no que diz respeito à forma como as pessoas recebiam as notícias sobre a política brasileira durante o período, uma vez que, como pontuam Mayra Coimbra, Mariane Motta e Luiz Ademir de Oliveira (2019); a política se faz ser entendida a partir da mídia: "a política não se faz ser entendida por todos se estiver no seu espaço. A partir do momento que ela recorre à mídia ela passa a fazer sentido e existe para as outras pessoas que não têm total domínio sobre o assunto"[120].

Dessa forma, apesar de a presente pesquisa não se propor a entender as formas de recepção dessas notícias, o tipo de conteúdo que fora produzido nos dá uma dimensão de como o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff fora abordado e quais temáticas, pontos e argumentos, os consumidores desses periódicos tiveram acesso. Sobre essa discussão, Vera França (2012) – pesquisadora da área da comunicação, explica que

---

[116] Grifo nosso.
[117] CAMPOS, Mariane Motta; COIMBRA, Mayra Regina; OLIVEIRA, Luiz Ademir. O processo de abertura de Impeachment da presidente Dilma Rousseff: uma análise do enquadramento midiático da Folha de São Paulo. *Cadernos de Comunicação*, v. 23, n. 3, 2019, p. 12.
[118] COELHO, Fabiano. Conceitos "cultura" e "representação": contribuições para os estudos históricos. *Fronteiras*, v. 16, n. 28, p. 87-99, 2014, p. 95.
[119] CAMPOS, Mariane Motta; COIMBRA, Mayra Regina; OLIVEIRA, Luiz Ademir. O processo de abertura de Impeachment da presidente Dilma Rousseff: uma análise do enquadramento midiático da Folha de São Paulo. *Cadernos de Comunicação*, v. 23, n. 3, 2019, p. 10.
[120] CAMPOS, Mariane Motta; COIMBRA, Mayra Regina; OLIVEIRA, Luiz Ademir. O processo de abertura de Impeachment da presidente Dilma Rousseff: uma análise do enquadramento midiático da Folha de São Paulo. *Cadernos de Comunicação*, v. 23, n. 3, 2019, p. 03.

> a mídia constitui talvez a instituição que melhor caracteriza o cenário contemporâneo; a face da nossa sociedade, nosso comportamento, nossas ações são hoje o que são porque dispomos de tais meios, espaços, instrumentos para nos informarmos, nos exprimirmos, formatamos nossas ações e nosso cotidiano. A mídia é espaço privilegiado no qual a sociedade fala consigo mesma, a propósito de si mesma[121].

Portanto e, em consonância com a colocação da autora, entendemos que a mídia tem um papel central na forma como percebemos os acontecimentos cotidianos e como os significamos. Dessa forma, quando a *Folha de São Paulo* evidencia uma postura negativa com relação ao governo da presidenta Dilma Rousseff em detrimento de outros pontos de sua governança, ela acaba por enfatizar apenas um aspecto e por influenciar a opinião pública frente aos fatos noticiados. É nesse mesmo seguimento que os pesquisadores Mayra Coimbra, Mariane Motta e Luiz Ademir de Oliveira reiteram que as pessoas tomam como verdade aquilo que mídia constrói[122].

Como historiadores, realizamos um constante movimento de colocar em conflito aquilo que os meio de comunicação noticiam com o que outras fontes nos elucidam sobre um fato ocorrido. Contudo, é necessário esclarecer que é o nosso objetivo, muito mais do que chegar a uma conclusão se um acontecimento é real ou se existiu de fato; é analisar a forma como a imprensa construiu um dado episódio. Assim

> quando a mídia elucida fatos negativos sobre a ex presidente, seu governo, suas políticas, seu partido e seus aliados ela constrói uma realidade, considerada a única possível. Ela cria um fator de verdade sobre aquilo que ela noticia. Se ela noticia os fatos, em sua maioria, de forma negativa, ela cria verdades que servem para corroborar com o ideal negativo que se tem do país, do governo ou da ex presidente[123].

Dessa forma, analisemos como os jornais *O Dia* e *Meio Norte* trataram o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A primeira menção do jornal *O Dia* em relação ao pedido de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, ocorreu no dia 03 de dezembro de 2015 – um dia após a aceitação do documento pelo então presidente da

---

[121] FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. *Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*, n. 24, 2012, p.12.

[122] CAMPOS, Mariane Motta; COIMBRA, Mayra Regina; OLIVEIRA, Luiz Ademir. *O processo de abertura de Impeachment da presidente Dilma Rousseff*: uma análise do enquadramento midiático da Folha de São Paulo. *Cadernos de Comunicação*, v. 23, n. 3, 2019.

[123] CAMPOS, Mariane Motta; COIMBRA, Mayra Regina; OLIVEIRA, Luiz Ademir. *O processo de abertura de Impeachment da presidente Dilma Rousseff*: uma análise do enquadramento midiático da Folha de São Paulo. *Cadernos de Comunicação*, v. 23, n. 3, 2019, p. 10.

Câmara Federal, Eduardo Cunha. Nesse dia, o periódico trouxe o assunto já destacado em sua manchete, conforme é possível observar na imagem abaixo (Figura 7).

Figura 5 - Capa do jornal O Dia (03 de dezembro de 2015)



Fonte: jornal *O Dia* (3 de dezembro de 2015)

Com a manchete "Lançada a primeira bomba", o jornal *O Dia* noticiou que o pedido de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff havia sido aceito após o Partido dos Trabalhadores (PT) votarem pela "continuidade do processo de cassação do presidente da Câmara Federal[124]" e que agora "a guerra está efetivamente declarada". Deve-se ressaltar que, a abordagem feita pelo jornal piauiense foi a mesma observada no jornal *Folha de São Paulo*. De acordo com a pesquisa realizada por Mayra Coimbra, Mariane Motta e Luiz Ademir de Oliveira (2019), ao realizarem uma análise qualitativa e quantitativa do jornal *Folha de São Paulo* nos dias 2 e 3 de dezembro de 2015 chegaram à conclusão de que o personagem mais citado pelo periódico nas matérias analisadas foi Eduardo Cunha, ele aparece em 132 menções. Segundo os autores, no jornal

> na maior parte, esteve presente de forma negativa. O jornal o coloca como chantagista, que agiu movido pelo risco de perder seu mandato. O Jornal não poupa o peemedebista das acusações graves a que ele está sendo indiciado. O nome de Cunha aparece atrelado a imagem do Partido dos trabalhadores e de deputados petistas. O jornal esboça a existência de uma ruptura no partido dos trabalhadores decorrente que existe entre seus representantes de absolver o presidente da Câmara no Conselho de Ética[125].

[124] Lançada a primeira bomba. *O Dia*: Teresina, 3 de dezembro de 2015.
[125] CAMPOS, Mariane Motta; COIMBRA, Mayra Regina; OLIVEIRA, Luiz Ademir. *O processo de abertura de Impeachment da presidente Dilma Rousseff*: uma análise do enquadramento midiático da Folha de São Paulo. *Cadernos de Comunicação*, v. 23, n. 3, 2019, p. 14.

É interessante observar que, na manchete, duas palavras foram destacadas na frase: lançada e bomba. Elas, além de estarem em caixa alta, aparecem em negrito para darem mais ênfase àquilo que se quer dizer ao leitor. Pelo título, inferimos pelo menos duas coisas: a ideia de que haveriam mais "bombas", já que essa foi mencionada como a primeira e, segundo – levando em consideração o significado da palavra – de que haveria uma explosão. Vale ressaltar a ideia de que, no campo jornalístico, a palavra "bomba" também se refere a um fato ou notícia que causa espanto, grande impacto. Com isso, o jornal já garantia o acompanhamento do leitor para os próximos dias, uma vez que, esse só teria sido o primeiro explosivo do grande acontecimento.

Sobre a relação entre um acontecimento e a mídia, Vera França (2012) explica que "um acontecimento é portador de uma diferença e de uma ruptura. Ele rompe o esperado, a normalidade; ele quebra uma sequência e, num primeiro momento, desorganiza nosso presente[126]". É a partir desse acontecimento então que a mídia transforma essa ruptura da normalidade em discurso e lhe confere uma existência simbólica.

A partir do momento em que os jornais transformam a ruptura em um discurso simbólico, devemos nos questionar em quais configurações históricas eles foram produzidos, pois, como nos salienta a historiadora Claudia Cristina da Silva Fontineles, os periódicos não podem ser entendidos sem serem historicizados, uma vez que, como nos mostram as pesquisas sobre a história da imprensa, os jornais traduzem os "interesses dos seus proprietários e de seus aliados políticos e econômicos"[127].

Assim, em consonância com o que as fontes nos revelam, o movimento de associar a aceitação do *impeachment* de Dilma Rousseff à posição que o Partido dos Trabalhadores teve com relação a Eduardo Cunha, foi uma constante dos jornais naquele período. Fato este que também pôde ser observado na abordagem do jornal *Meio Norte* no dia 3 de dezembro de 2015.

Apesar de trazer uma abordagem parecida com a dos jornais analisados acima, no que se refere ao motivo de Eduardo Cunha ter acatado com o pedido de *impeachment*. O jornal *Meio Norte* noticiou a aceitação do pedido de deposição da presidenta Dilma Rousseff de uma forma diferente do jornal *O Dia*. Ao contrário deste, a capa do *Meio*

---

[126] FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. *Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*, n. 24, 2012, p.13.

[127] FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. *Nasce um bairro, renasce a esperança:* história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde. Teresina: EDUFPI, 2017.

Norte um dia após o ocorrido não deu ao acontecimento o maior destaque em sua manchete como é possível perceber na figura 8.

Figura 6 - Capa do jornal Meio Norte (3 de dezembro de 2015)



Fonte: Jornal *Meio Norte* (3 de dezembro de 2015)

A partir da análise da capa dos dois periódicos teresinenses, podemos depreender que, enquanto o jornal *O Dia* optou por dar maior ênfase a aceitação do *impeachment*, o jornal *Meio Norte* preferiu um tratamento – na capa – mais contido. Nota-se que, apesar de ocupar um lugar privilegiado (logo após o nome do jornal) a frase "Cunha aceita pedido de *impeachment* de Dilma[128]" não foi colocada em letras caixa alta – como ocorreu no jornal *O Dia*. Além disso, enquanto *O Dia* trouxe a figura de Dilma Rousseff e Eduardo Cunha na capa como se estivessem em campos opostos, em consonância com a ideia de "guerra declarada"; o *Meio Norte* deu destaque somente a figura do então presidente da Câmara. E mesmo assim, ainda o fez de uma forma mais branda, relegando sua imagem ao canto superior direito, com o título "repercussão", o periódico coloca que a senadora Regina Dias considera que "Cunha está agindo com vingança[129]".

Tânia Regina De Luca (2019) em seu famoso texto "*História dos, nos e por meios dos periódicos*" elucida que o trabalho com os jornais exige que o pesquisador atente-se para o destaque conferido ao acontecimento. Para ela, a pesquisa com "o que se tornou notícia por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa" [130]. Levando em

[128] Meta fiscal é ampliada. *Meio Norte*: Teresina, 3 de dezembro de 2015.
[129] Meta fiscal é ampliada. *Meio Norte*: Teresina, 3 de dezembro de 2015.
[130] De Luca, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSK, Carla Bassanezi et al In: *Fontes históricas*. Contexto, 2019, p. 140.

consideração essas proposições da autora, questionamo-nos ainda o que, então, virou destaque no dia 3 de dezembro de 2015 no jornal *Meio Norte*? Haja vista que ele não conferiu ao pedido de *impeachment* o "senhor" da sua manchete.

É revelador observar que, nesse dia, o jornal *Meio Norte* destacou em sua manchete a seguinte notícia: "Congresso aprovou – Meta fiscal é ampliada", continua no subtítulo: "Congresso aprovou autorização para que o governo registre um déficit de até R$ 119,9 bilhões no ano que vem. A votação foi uma vitória para o governo federal[131]." A partir do referido título e subtítulo, observa-se que o jornal optou por dar maior destaque a votação na mudança da meta fiscal para o orçamento da União em 2015. Votação essa que também havia ocorrido no dia anterior.

Destarte, é possível constatarmos dois pontos: o jornal deslocou o foco do pedido de *impeachment* para a "vitória do governo" que conseguira aprovação com ampla maioria dos votos dos parlamentares e consequentemente, muda o tom de percepção e divulgação dos trâmites políticos ocorridos no cenário nacional. Dito de outra forma: no jornal *Meio Norte*, a ideia que se quer passar não é de uma "guerra" – como fizera o jornal *O Dia*; mas a de que, apesar do pedido de *impeachment* ter sido aceito, o governo federal ainda contava com votos da maioria dos parlamentares, passando assim, não a ideia de algo a ser explodido, mas de tom positivo em relação ao governo da presidenta Dilma Rousseff.

É importante destacar que, os dois jornais piauienses replicaram as matérias dos periódicos de grande circulação nacional a respeito do deferimento do pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Dessa forma, ao mesmo tempo que podemos analisar o tratamento dos jornais locais por meio escolha dos artigos que foram replicados em suas páginas, também nos é permitido compreender a forma como os jornais de ampla circulação abordaram esse assunto.

Durante o mês de dezembro, o jornal *O Dia* optou por veicular as matérias da *Folha de São de Paulo* (folha express.), *G1*e *Uol* enquanto o *Meio Norte* seguiu na mesma linha de abordagem da *Agência Brasil*, replicando assim, os seus artigos e do *Uol*.

No artigo "Dilma Rousseff se diz '**indignada[132]**' (artigo do *UOL*) com o processo de i*mpeachment*"[133] publicado no jornal *O Dia*, no dia 3 de dezembro de 2015, é reiterado

[131] Meta fiscal é ampliada. *Meio Norte*: Teresina, 3 de dezembro de 2015.
[132] Grifo nosso.
[133] O artigo fora publicado no *Uol* e replicado pelo referido jornal piauiense na sessão "repercussão". Ver em: Lançada a primeira bomba. *O Dia*: Teresina, 3 de dezembro de 201, p.5.

novamente a relação entre a aceitação do pedido de *impeachment* e a votação no Conselho de Ética da Câmara, na qual Eduardo Cunha era investigado por envolvimento em esquemas de corrupção pela Operação Lava Jato. No referido texto, há ainda menção ao pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff após o deferimento do pedido:

> Ainda hoje recebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara de processar pedido de *impeachment* contra o mandato democraticamente concedido a mim pelo povo brasileiro[134].

E continua o artigo, dizendo:

> a presidenta aproveitou o pronunciamento para criticar Cunha – 'não possuo contas no exterior e nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público', disse em referência às investigações da Operação Lava Jato sobre Cunha, suspeito de ter ocultado contas na Suíça[135].

A partir dos trechos dos artigos, é possível perceber que o jornal mantém ao longo do corpo das matérias e dos dias, a ideia defendida em sua manchete: a de que o ato de Cunha é uma resposta às relações desarmônicas que o deputado vinha tendo com a presidenta e o seu partido. Argumento este que também pôde ser observado em outras colunas do jornal, como na seção "Roda Viva" (publicada no dia 4 de dezembro) em que apresenta um pequeno parágrafo da própria equipe do jornal *O Dia* com o título "Dilma pode se fortalecer":

> Ao acolher o pedido de abertura de impeachment contra a presidenta Dilma, a presidenta da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), pode, na verdade, fortalece-la. Isso **porque as últimas denúncias contra Cunha são muito graves e o colocam como "sem moral" para pedir investigação contra qualquer pessoa, mesmo tendo ele obrigação de cumprir a Constituição**. Sem aliados na Casa, as chances de Cunha ter vitória (ou seja, Dilma sofrer impeachment) são pequenas. Nesse caso, Dilma pode até se fortalecer já que, se sobrevier ao processo de impeachment, nada mais a derrubará[136].

É interessante observar que, mesmo quando o jornal *O Dia* se coloca frente a aceitação de pedido de *impeachment,* ele também se enquadra dentro da abordagem em

[134] Dilma Rousseff se diz "indignada" com processo de impeachment. *O Dia*: Teresina, 3 de dezembro de 2015, p.5.
[135] Dilma Rousseff se diz "indignada" com processo de impeachment. *O Dia*: Teresina, 3 de dezembro de 2015, p.5.
[136] Dilma pode se fortalecer. *O Dia*: Teresina, 4 de dezembro de 2015, p. 2.

que apresenta Eduardo Cunha como um personagem investigado por corrupção e que, portanto, não tem moral para "pedir investigação contra qualquer pessoa".

Sobre essa forma de enquadramento, uma pesquisa[137] sobre o período, realizada por Carla Rizotto, Kelly Prudencio e Rafael Sampaio (2017), revela que os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* apresentam uma característica em que quase metade (47,4%) de suas matérias sobre o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff apresentam personalização, o que significa dizer que as matérias expressam um jornalismo mais centralizado em personagens do que em fatos. Segundo os autores supracitados, os papeis identificados pelos personagens políticos ora são de vítima, ora vilão e ora herói:

> Em 38% das notícias analisadas foram atribuídos papéis aos personagens. A vítima apareceu 13,8% das vezes; o vilão 22,6% e o herói 10,6%. **O Globo coloca Dilma Rousseff como vítima e Eduardo Cunha como vilão** na notícia em que trata da participação de Rousseff em solenidade onde fez discurso em defesa de seu mandato (...) O mesmo jornal, na mesma data, inverteu os papeis e **apresentou Dilma como vilã e integrantes dos partidos PSDB e PMDB como heróis**, ao tratar da possível participação dos partidos em um governo de transição (...) O que mais surpreende nos dados coletados é justamente o fato de que **Dilma Rousseff é apresentada tanto como vítima quanto como vilã**.[138]

Da mesma forma, como fora observado pelos pesquisadores no jornal *O Globo*, a presidenta Dilma Rousseff também é apresentada ora como vilã, ora como vítima no jornal *O Dia*. Se no dia 4 de dezembro de 2015, na sessão "Roda viva" o jornal noticiou que a presidenta poderia até se fortalecer com o pedido de *impeachment*, haja vista que ele não iria para frente considerando que Eduardo Cunha estava "sem moral" para conduzir investigações; dois dias depois, no dia 6 de dezembro, o jornal já considerava que "nem Cunha e nem Dilma têm moral para falar um do outro". Com o título "Dilma e Cunha sem moral" o jornal defende:

> **A situação dos brasileiros não está nada bem**. Dois dos maiores representantes do povo (a presidente Dilma e o deputado Eduardo Cunha) ficam se acusando mutuamente, enquanto o país enfrenta **uma grave crise político-econômica**. Ao atacarem um ao outro, em nada

[137] Eis a referência completa da pesquisa: RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael Cardoso. *Tudo normal*: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. Comunicação & Sociedade, v. 39, n. 3, p. 111-130, 2017.

[138] RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael Cardoso. *Tudo normal*: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. Comunicação & Sociedade, v. 39, n. 3, 2017, p.121. (Grifos nosso)

> ambos contribuem para o fortalecimento das instituições democráticas do Brasil e ainda demonstram a falta de respeito com o povo brasileiro. **Em termos de ética, nem Cunha nem Dilma têm moral para falar um do outro**[139].

Vale destacar que o jornal deixa claro que "em termos de ética", os dois personagens não têm moral. Contudo, em momento algum o jornal faz comentários no sentido de explicar ao leitor porque considera isso se tratando da presidenta Dilma Rousseff – como fizera em seu parágrafo anterior com Eduardo Cunha. Seria apenas porque ela defendeu-se após o pedido de *impeachment* ter sido aceito? Ou seria pela narrativa difundida de que o país enfrentava uma "grave crise político-econômica"? De todo modo, perceber essas contradições nos ajudam a entender o comportamento dos referidos jornais frente ao pedido de deposição de Dilma.

O jornal *Meio Norte*, por sua vez, no dia 3 de dezembro de 2016, no caderno "*Política&Justiça*", trouxe uma matéria sobre a avaliação da senadora piauiense, Regina Sousa (PT), a respeito da aceitação do pedido de *impeachment* ocorrido no dia anterior. Mais uma vez, o argumento é de que *impeachment* é um ato de vingança de Eduardo Cunha contra a presidenta Dilma Rousseff. Segundo a matéria do referido jornal, para a senadora:

> Dar início ao processo de impeachment da presidenta Dilma é um ato de vingança de Eduardo Cunha pelo fato de o PT não ter aceitado a chantagem de livrá-lo de cassação. O objetivo de presidente da Câmara é retirar os holofotes de cima da sua cassação – dada como certa diante das provas incontestáveis que existem contra ele[140].

No mesmo dia, ainda no caderno (*Política&Justiça*), o jornal replicou artigos dos sites *UOL* e *Agência Brasil* a respeito da temática (Figuras 9, 10 e 11). Nota-se que, nos referidos jornais piauienses e nos conteúdos replicados de outros jornais de amplitude nacional, parece haver um consenso quanto as razões para aceitação de Eduardo Cunha do pedido de *impeachment* oferecido por Miguel Reale Júnior, Hélio Bicuda e Janaína Pascoal.

---

[139] Dilma e Cunha sem moral. *O Dia*: Teresina, 6 de dezembro de 2015, p.5.
[140] RIBEIRO, Ananias. *Regina diz que impeachment é "ato de vingança" de Cunha*. Meio Norte: Teresina, 3 de dezembro de 2015, p. 4.

Figura 8 - Cunha ceita abertura de *impeachment*



Decisão

Cunha aceita abertura de impeachmen

DA AGÊNCIA BRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), informou na noite da quarta-feira, dia 02, que aceitou pedido de abertura de processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O anúncio foi feito em entrevista coletiva na própria Câmara. Cunha aceitou o pedido protocolado pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaína Paschoal.

Ao apresentar o pedido, em outubro, Miguel Reale Junior informou que os juristas usaram como argumento a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que rejeitou as contas do governo de Dilma Rousseff de

CUNHA informa que aceitou pedido de abertura de impeachment de Dilma

2014. Na ocasião, o tribunal analisou o atraso no repasse de recursos para a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, referentes a despesas com programas sociais do governo, o que configuraria operação de crédito, além de cinco decretos

envolvendo créditos suple-
tares assinados pela presi-
Dilma Rousseff, sem auto-
ção do Congresso Nacio-
São necessários os voto-
dois terços dos total de de-
dos (513), em plenário,
autorizar o processo de im-
chment, que, se aprov-
seguirá para o Senado.

O vice-presidente da R-
blica, Michel Temer, ficou
bendo pelo próprio Cunha
re a abertura do pedido. T-
estava no gabinete, na
Presidência, quando rec-
uma ligação do presidente
Câmara e assistiu à entre-
pela televisão. Depois, M-
Temer foi para o Palácio d-
buru, sua residência oficia-

Figura 7 - Dilma recebe com indignação decisão



Dilma recebe com indignação decisã

DA AGÊNCIA BRASIL

Ao se manifestar sobre a aceitação do pedido de impeachment anunciado na quarta-feira, dia 02, pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a presidente Dilma Rousseff disse, em pronunciamento no Planalto, que recebeu a notícia com indignação, lembrando que seu mandato é exercido com base em escolha democrática pelo povo. Segundo a presidente, são "inconsequentes e inconsistentes" as ações contra ela. "Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público. Não possuo conta no exterior. Nunca coagi e nem tentei coagir instituições em busca de satisfazer os meus interesses", afirmou.

DILMA faz pronunciamento após anúncio de Cunha na Câmara

Ela rechaçou a possibilidade levantada pela imprensa de que poderia haver uma negociação por votos de membros da base governista no Conselho de Ética da Câmara em favor da abertura de processo de cassação de Cunha em troca do arquivamento dos pedidos de impeachment. "Eu jamais acei-

taria ou concordaria com qu-
quer tipos de barganha, mu-
menos aquelas que atent-
contra o livre funcionamen-
das instituições democrátic-
do meu país, bloqueiam a Jus-
ça ou ofendam os princíp-
morais e éticos que devem g-
vernar a vida pública". Em s-
discurso breve no Palácio
Planalto, na presença de se-
ministros que cuidam da arti-
lação política, Dilma pediu tr-
quilidade e confiança nas in-
tuições públicas. "Não podem-
deixar as conveniências e os
tereses indefensáveis aba-
rem a democracia e a estab-
dade de nosso país. Deve-
ter tranquilidade e confiar n-
nossas instituições e no Estad-
Democrático de Direito.

Fonte: Jornal *Meio Norte* (3 de dezembro de 2015**).**

Fonte: Jornal *Meio Norte* (3 de dezembro de 2015).

Figura 9 - "Cunha não tem poder para dar andamento"



"Cunha não tem poder para dar andamento"

DO UOL

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou quarta-feira, dia 02, que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, não tem o poder de dar andamento ao processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. De acordo com o ministro, o papel de Cunha é dar um parecer técnico sobre o pedido, que deverá ser posteriormente analisado e aceito, ou não, por uma comissão.

Cunha aceitou o pedido de impeachment contra Dilma feito pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal. O presidente da Câmara afirmou que a decisão tem "natureza técnica".

"Ele não toca o processo, quem toca é o colegiado. Não há esse poder do presidente da Casa receber ou não receber a notícia da prática que leva ao impeachment", explicou Marco Aurélio. Ele afirmou que cumpre agora a Cunha constituir uma comissão, que deve ser formada, tanto quanto for possível, por parlamentares de todos os partidos.

"Essa comissão que dará um parecer, e esse parecer será submetido a um colegiado. O colegiado deve dizer se o pedido merece ou não deliberação e enviar de volta à comissão [illegible] que ela determine o recebim-to ou não", disse o ministro.

O ministro evitou faze-clarações sobre a legitimid-de Cunha em abrir o proc-de impedimento contra a p-dente. No mês passado, no tanto, Marco Aurélio defe-o afastamento do presidente Câmara durante a tramit-do processo contra ele no C-selho de Ética da Casa.

Fonte: Jornal Meio Norte.

É importante tecer algumas considerações a respeito da relação entre a presidenta Dilma Rousseff e o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Assim, teremos uma amplitude maior dos arranjos e rearranjos políticos que acontecem diante das disputas por poder. Dessa forma, vale relembrar que a presidenta Dilma estava em seu segundo mandato e que, àquela época, havia descontentamento por partes de alguns setores que haviam sido aliados do PT até pouco tempo, como é o caso de empresários dos setores industriais e de alguns partidos políticos que compunham a base do Partido dos Trabalhadores.

A respeito disso, há que se mencionar que, diferente do que muitos acreditavam, Dilma não apenas deu sequência a gestão iniciada por Lula e, por isso mesmo, enfrentou tantos desafios no sentido de conciliação entre a classe empresarial e a classe trabalhadora, e a sua própria base político-partidária. Diferente do que FHC e José

Serra[141] apontaram, o cientista político André Singer (2016) esclarece que a presidenta Dilma, motivada "pelo capital político acumulado por Lula, levou a sério a ideia de acelerar uma política econômica desenvolvimentista e, simultaneamente, a ação republicana de combate a círculos de corrupção no Estado[142]". Ou seja, Dilma não só tinha autonomia política como a usou para mexer com as "onças"[143].

Um exemplo disso, foi o que ocorreu em 2011, quando a presidenta começou a montar "sua própria equipe[144]" afastando ministros que ocupavam cargos no governo de Lula e que estavam envolvidos sendo investigados por corrupção. Esse movimento ficou conhecido como "limpeza ética" ou "faxina ética". Para o cientista político, Fernando Limongi, muito da insatisfação dos partidos políticos para com o governo da presidenta Dilma, nasce dessa reforma ministerial.

No caso de Eduardo Cunha (PMDB), até o início de 2010, o então deputado federal do Rio de Janeiro mantinha relações harmônicas com a presidenta Dilma; pelo menos naquele contexto e diante dos interesses que estavam em jogo, sobretudo a eleição da primeira mulher a ser presidenta do Brasil.

Fato este que pode ser constatado pela notícia do jornal *Folha de São Paulo* publicada no dia 11 de outubro de 2010. Segundo a matéria dos jornalista Pedro Soares e Ana Carolina Cardoso, Eduardo Cunha teria feito campanha para a presidenta Dilma nos templos da Assembleia de Deus e esclarecido para os fiéis, alguns boatos que circularam contra a presidenta Dilma Rousseff:

> Cunha, que é da igreja Sara Nossa Terra, disse ontem em Madureira (zona norte da cidade) que a petista é contra o aborto e que informações que circulam na internet "não passam de uma onda de boatos plantados pelos adversários".
> Reeleito com 150 mil votos, ele é um dos parlamentares mais influentes do PMDB, e próximo do candidato a vice de Dilma, Michel Temer.

---

[141] Ver declarações como as de Fernando Henrique em: MACEDO, Fausto. FHC critica Lula e chama Dilma de "fantoche". Estadão, 4 de outubro de 2010. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/fhc-critica-lula-e-chama-dilma-de-fantoche/. Acesso em 28 de jun. de 2023; José Serra (PSDB): NUNES, Ivan. Serra intensifica bombardeio contra Dilma e a acusa de ser fantoche. Correio Braziliense, 10 de set. de 2010. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes2010/2010/09/10/capa_diversao_arte_old2018,212299/serra-intensifica-bombardeio-contra-dilma-e-a-acusa-de-ser-fantoche-de-lula.shtml. Acesso em 28 de jun. de 2023.

[142] SINGER, André. *O lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018, p.25.

[143] Expressão utilizada por André Singer no livro *O lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018. para se referir aos partidários e empresários mais antigos no campo político.

[144] LIMONGI, Fernando. O primeiro mandato. *Operação impeachment*: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023, p.25.

> Cunha afirmou que a campanha do PSDB também está distribuindo panfletos apócrifos para vincular a imagem de Dilma à legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. "Não podemos basear nosso voto numa mentira", afirmou o deputado no templo.
> Na noite de anteontem, em Nova Iguaçu (Baixada Fluminense), Cunha havia dito aos fiéis que é "importante que, sabendo da verdade, possamos decidir". Fez também uma citação bíblica: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará".
> O deputado negou que a candidata do PT tenha dito que "nem Jesus Cristo me tira essa vitória" -frase atribuída a Dilma na internet. "Se aparecer uma gravação dela dizendo isso, eu até mudo meu voto."
>
> Ainda ontem, Cunha iria a mais dois cultos nas zonas norte e oeste do Rio[145].

De todas as esferas da vida social, o campo político parece-nos ser o espaço mais volátil e perceptível das contradições humanas. Como se pode depreender a partir da leitura da matéria acima, o conteúdo nos permite afirmar que nos idos de 2010, a relação entre Cunha e Dilma eram harmônicas. Contudo, o PMDB e o próprio Eduardo Cunha – investigado por corrupção e lavagem de dinheiro pela Operação Lava Jato em 2015[146], não escapou da "faxina ética" iniciada por Dilma desde o primeiro ano de seu mandato.

De 2010 a 2015, a relação entre Dilma e Cunha foi marcada por altos e baixos. Para Fernando Limongi, os desentendimentos entre ambos eram antigos e "se desdobraram em várias frentes[147]". Contudo, acreditamos que dois deles foram decisivos para inflexão política de Cunha, quais sejam: a eleição para presidência na Câmara dos Deputados (2015), na qual o peemedebista concorria com Arlindo Chinaglia (PT-SP), Júlio Delgado (PSB – MG) e Chico Alencar (Psol – RJ); e o avanço das investigações da Operação Lava Jato (também em 2015) – em que Cunha era o político mais citado nos depoimentos das delações premiadas[148].

---

[145] CARDOSO, Anna Carolina e SOARES, Pedro. Eduardo Cunha vai a templos defender Dilma contra boatos. *Folha de São Paulo*, 11 de out. de 2010. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1110201005.htm. Acesso em 28 de jun. de 2023.

[146] TELES, Giovana. Eduardo Cunha é o principal político denunciado na Lava Jato até agora. *G1*, 21 de ago. de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/08/eduardo-cunha-e-o-principal-politico-denunciado-ate-agora-na-lava-jato.html. Acesso em 28 de jun. de 2023.

[147] LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. *Novos Estudos*, 2017, p.8.

[148] KANIAK, Thaís e DIONÍSIO, Bibiana. *Eduardo Cunha é citado por mais um delator da Operação Lava Jato*. *G1*, 23 de set. de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/09/eduardo-cunha-e-citado-por-mais-um-delator-da-operacao-lava-jato.html. Acesso em 29 de jun. 2023.; TELES, Giovana. Eduardo Cunha é o principal político denunciado na Lava Jato até agora. *G1*, 21 de ago. de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/08/eduardo-cunha-e-o-principal-politico-denunciado-ate-agora-na-lava-jato.html. Acesso em 28 de jun. de 2023.

Nos dois casos, Eduardo Cunha não teve o que pretendia: o apoio e proteção da presidenta Dilma Rousseff. Como se sabe, para a eleição da Câmara, Dilma apoiou Arlindo Chinaglia (PT-SP), o que para Eduardo Cunha provava que "a permanência da presidente era um empecilho. Seus interesses – e o que ele representava e defendia – seriam prejudicados enquanto Dilma ocupasse a cadeira presidencial[149]". Sem proteção contra as investigações da Lava Jato – que estava em curso e a todo vapor – Cunha começou a reagir e "a recorrer ao método desenvolvido e aprimorado ao longo de sua carreira política[150]": a ameaça e o constrangimento dos seus adversários[151]. Assim, ao ter se elegido como presidente da Câmara em 2015, Eduardo Cunha angariou mais simpatizantes dos que os que já contavam a seu favor[152], tornando-se um forte opositor ao governo da presidenta Dilma Rousseff.

Sobre a vitória de Eduardo Cunha na Câmara, Limongi pontua que

> a eleição de Eduardo Cunha comprovou sua força entre os deputados. Foi eleito com apoio de uma bancada suprapartidária, formada, cultivada e lubrificada desde a reação à reforma ministerial desde a reação à reforma ministerial do início de 2014. O Blocão, o partido pessoal de Cunha, entrou em ação. O investimento do governo para derrotá-lo, lançando candidato próprio, conferiu caráter oposicionista à sua candidatura. Para muitos, sua vitória teria demonstrado que determinação, força bruta e, digamos assim, uma boa dose de incivilidade seriam necessárias para derrotar o PT[153].

A partir do que foi discutido, conseguimos compreender o contexto histórico e as relações entre Eduardo Cunha e Dilma Rousseff quando o peemedebista aceita o pedido de deposição da presidenta. Ademais, as discussões nos permitem depreender as premissas que levam ao consenso entre os jornais de amplitude nacional e os jornais piauienses quanto às motivações de Cunha para o recebimento do documento de *impeachment*.

Entretanto, apesar de haver esse ponto em comum no tratamento dado ao pedido de *impeachment*, há algumas nuances entre as formas de abordagem dos jornais *O Dia* e

---

[149] LIMONGI, Fernando. O chantagista-mor da República. *Operação impeachment*: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023, p.95.
[150] LIMONGI, Fernando. O chantagista-mor da República. *Operação impeachment*: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023, p.102.
[151] LIMONGI, Fernando. O chantagista-mor da República. *Operação impeachment*: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023.
[152] Relembrar a "fuga" dos partidos de base do PT e do fato de Cunha ter tido ampla maioria dos votos dos parlamentares para conseguir se eleger presidente da Câmara Federal.
[153] LIMONGI, Fernando. O chantagista-mor da República. *Operação impeachment*: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023, p.98.

Meio Norte. Uma primeira análise que chamou a nossa atenção foi o fato de no jornal *O Dia* haver mais artigos replicados de outros periódicos sobre a temática que no jornal *Meio Norte.* Assim, as matérias do jornal *O Dia* sobre o pedido de *impeachment*, em sua ampla maioria, são dos jornais *Folha de São Paulo* e *Uol.* Quando há algum comentário, parágrafo ou um texto maior sobre o tema e que seja de autoria de um intelectual piauiense, essa escrita é produzida pelo colunista Arimatéia Azevedo ou pela própria redação do jornal.

Sobre o pedido de *impeachment*, há apenas uma matéria no caderno *Política* do dia 4 de dezembro de 2015, em que o jornal aborda a recepção do governador do Piauí, Wellington Dias (PT) a respeito da aceitação do documento por Eduardo Cunha. Na matéria, o governador declara que o pedido de deposição da presidenta é um golpe contra as instituições democráticas[154].

O repórter que assina a matéria, Robert Pedrosa, além de trazer trechos da fala do governador também tece alguns comentários a respeito do pronunciamento de Wellington. Neste seguimento, para o jornalista, ao dizer "eu creio que o Congresso é maduro o suficiente para saber o que é vingança, o que é ato de resposta, por conta de um posicionamento legítimo de quem é parlamentar[155]", o governador do Piauí teria preferido não "comentar se o acolhimento do pedido de impeachment seria uma vingança pelo fato da bancada do PT na Câmara ter declarado apoio ao seu afastamento da presidência da Casa devido a acusações de corrupção[156]".

Além da menção a recepção de Wellington Dias, na mesma página do caderno *Política*, há uma matéria de João Magalhães com o título "Parlamentares piauienses avaliam autorização de impeachment" (**Figura 13**):

Figura 10 - Parlamentares piauienses avaliam autorização de impeachment

[154] Ver em: PEDROSA, Robert. Wellington diz que pedido de impeachment contra Dilma é golpe. *O Dia*: Teresina, 4 de dezembro de 2015, p.3
[155] PEDROSA, Robert. Wellington diz que pedido de impeachment contra Dilma é golpe. *O Dia*: Teresina, 4 de dezembro de 2015, p.3
[156] PEDROSA, Robert. Wellington diz que pedido de impeachment contra Dilma é golpe. *O Dia*: Teresina, 4 de dezembro de 2015, p.3


em

Parlamentares piauienses avaliam autorização de impeachment

muito tempo e que a bancada do PMDB nacional

PMDB, que atualmente ocupa a vice-presidência

dos Trabalhadores que compõem a Comissão de

Fonte: Jornal *O Dia*, 4 de dezembro de 2015.

A matéria traz o pronunciamento do presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, Themístocles Filho (PMDB),ele menciona que é "preciso ter cautela[157]" para falar sobre a autorização da abertura do processo de *impeachment* e que não acreditava que "a decisão de Cunha interfira na relação entre PT e o PMDB, que atualmente ocupa a vice-presidência com Michel Temer[158]". Deve-se ressaltar que, em destaque na manchete da matéria, o rosto estampado é o de Themístocles Filho. Além dele, foram ouvidos dois vereadores de Teresina: Rozário Bezerra e Dudu (ambos do PT) que criticaram a decisão de Cunha e apontaram a motivação por vingança.

Parece-nos um aspecto fundamental ressaltar essas nuances entre os dois jornais piauienses por meio das sutilezas que permeiam as matérias que foram publicadas a respeito do pedido de *impeachment*. Como foi pontuado, essa é a única menção do jornal *O Dia* sobre a recepção dos parlamentares e o governador do Piauí a respeito do acolhimento de deposição de Dilma.

O jornal *Meio Norte*, por outro lado, nos chama atenção por publicar mais artigos próprios (e replicar menos textos de amplitude nacional). Além disso, identificamos que o jornal trouxe uma maior abordagem a respeito da recepção do documento de *impeachment* por parte dos parlamentares piauienses e do governador Wellington Dias. Assim, foram selecionadas matérias que trazem o pronunciamento da senadora Regina Sousa (PT), do governador Wellington Dias (PT); do vereador de Teresina, João de Deus (PT), a presidente da Comissão dos Direitos da Mulher na Casa, Flora Izabel (PT), o vereador Edilberto Borges (Dudu) do PT e o deputado Cícero Magalhães (PT).

[157] MAGALHÃES, João. Parlamentares piauienses avaliam autorização de impeachment. *O Dia*: Teresina, 4 de dezembro de 2015, p.3

[158] MAGALHÃES, João. Parlamentares piauienses avaliam autorização de impeachment. *O Dia*: Teresina, 4 de dezembro de 2015, p.3

É importante destacar que todas essas matérias foram publicadas no dia 4 de dezembro de 2015 – um dia após a aceitação do pedido de *impeachment* e que constam no caderno "*Política&Justiça*". Além disso, parece-nos válido afirmar que houve uma preferência pelos pronunciamentos de parlamentares e governadores do Partido dos Trabalhadores (PT) haja vista que eles aparecem em maior número no texto "*Governadores repudiam processo de impeachment*" de Francy Teixeira e em todas as menções da reportagem "*Parlamentares do Piauí reagem contra pedido*".

Sobre o texto "*Parlamentares do Piauí reagem contra pedido*" publicado no jornal *Meio Norte,* é importante que destaquemos que todos os pronunciamentos se referem a parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT). Dessa forma, parece-nos válido afirmar que o jornal selecionou os parlamentares desse partido para compor a recepção que representaria todos os parlamentares do Piauí, haja vista que é isso que o título pressupõe. Contudo, ao analisarmos e compararmos as matérias entre os referidos jornais, percebemos como a construção do texto jornalístico pressupõe recortes e seleções do que deve ser lembrado e esquecido. Fato este que pode ser percebido pelas interseções entre as matérias dos jornais *O Dia* e *Meio Norte*. Enquanto o *Meio Norte* apresentou apenas pronunciamentos do PT; *O Dia,* apontou o posicionamento de Themístocles Filho do PMDB e de Rozário Bezerra e Edilberto Borges (Dudu) - ambos filiados ao PT.

Além disso, parece-nos fundamental destacar a abordagem dos dois jornais (*O Dia* e *Meio Norte*) para um mesmo pronunciamento do governador Wellington Dias. Enquanto o jornalista Robert Pedrosa (do *O Dia*) apontou que o governador não quis comentar se o ato de Cunha seria *impeachment*, a matéria do jornal *Meio Norte* deixa claro que para Wellington, a aceitação se configura como vingança – conforme podemos depreender da figura abaixo (*Figura 14)*:

Figura 11 - Pedido de *impeachment* é vingança, diz Wellington



Pedido de impeachment é vingança, diz Wellington

O governador Wellington Dias (PT) classificou, quinta-feira, como ato de vingança do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/SP), ao determinar abertura de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Para o governador, tudo não passa de um golpe do presidente da Câmara.

"Eu acredito que o Congresso é maduro para entender o que é uma vingança ou um ato de resposta a ações legítimas de parlamentares. Acredito que o Brasil amadureceu e ninguém aceita golpe. Ninguém vai ser conivente com o golpe. O Brasil e os brasileiros são muito maiores que isso. Vamos cumprir a constituição e combater qualquer golpe, e principalmente trabalhar para que o Brasil reduza a inflação e as taxas de juros", falou Wellington Dias.

As declarações do governador Wellington Dias foram feitas em solenidade de assinatura contrato entre o Governo do Estado e a empresa Sinart - Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico, vencedora da licitação para concessão das rodoviárias de Teresina (Terminal Governador Lucídio Portela), Picos (Terminal Zuza Baldoino) e Floriano (Terminal Dr. Filadelfo Freire de Castro). (E.R.)

Fonte: *Meio Norte*, 4 de dezembro de 2015.

As discussões apontadas acima são denotativas da sensibilidade que a pesquisa histórica nos requer. Os dois jornais trazem abordagens similares em linhas gerais, como por exemplo, o consenso quanto as razões do acolhimento do pedido de *impeachment*. Contudo, estão nas entrelinhas, no sútil, as disparidades entre uma abordagem e outra e que podem nos passar despercebidos se não realizarmos o incessante movimento de conflitar uma fonte à outra.

Assim, mesmo quando o jornal parece fazer seleções de forma despretensiosa, existe uma razão de ser abordado temas e personagens em detrimentos de outros que poderiam ser elucidados. Ademais, como nos salienta a historiadora Marialva Barbosa

> Ao selecionar o que deve ser notícia e o que deve ser esquecido, ao valorizar elementos em detrimentos de outros, a mídia reconstrói o presente de maneira seletiva, construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido[159].

Outrossim, perceber e analisar essas clivagens entre a abordagem e seletividade de temas e personagens de dois jornais que circulam num mesmo espaço, nos ajudam a compreender quais temas os periódicos priorizam para a agenda pública e assim, "indicam o movimento político e posicionamentos na conjuntura, a costura de alinhamentos sociais e políticos, a negociação de pactos, indicam também como o periódico delimita o mundo e constitui e mobiliza para uma leitura de realidade[160]".

1.5 Mundo das coisas contadas: prognósticos sobre o *impeachment* nos jornais O Dia

"Mundo das coisas contadas[161]" é uma expressão utilizada pela historiadora Marialva Barbosa para referir-se à construção do mundo e de seus acontecimentos por meio da escrita. Assim como a história e a literatura, a matéria jornalística também produz um texto para alguém a partir de um dado momento, ou seja, é uma narrativa marcada por

---

[159] BARBOSA, Marialva. *Jornalistas, "senhores da memória".* In: *XXVII Congresso da Intercom*, 2004, p. 4. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/52811894341554722174134917993494476 35.pdf. Acesso em 30 de jun. de 2023.

[160] CRUZ, Heloísa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha (2009). Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, *35*(2), p. 265. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221.

[161] BARBOSA, M. Por uma história cultural da imprensa brasileira. *Lumina*, *[S. l.]*, v. 2, n. 1, 2008. DOI: 10.34019/1981-4070. 2008. v2.20970. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20970. Acesso em: 28 maio de 2023.

dois tempos: o tempo do acontecimento e tempo do texto (o tempo contado). Estamos certos de que, se tratando da produção de acontecimentos do tempo presente, esses tempos são quase que os mesmos e sendo quase impossível distingui-los.

Visto que esses dois tempos estão imbricados no texto jornalístico pesquisado, é oportuno discutir como o jornal *O Dia* – tendo em vista que não aparecem comentários dessa natureza no jornal *Meio Norte* – prognosticou o futuro, a partir do pedido de *impeachment,* antes de narrarmos o que acontece quando o processo é aberto na Câmara Federal.

Nas seções anteriores, discutimos como os referidos jornais piauienses abordaram o documento requerente de deposição da presidenta Dilma Rousseff aceito por Eduardo Cunha em 2 de dezembro de 2015. Depreendemos por meio das fontes pesquisadas que o tratamento dos periódicos a respeito da temática possui algumas interseções e também clivagens. Além disso, identificamos que os jornais escreveram para os seus leitores, prognósticos do período.

No jornal *O Dia*, há uma percepção de que era difícil ocorrer a deposição da presidenta Dilma Rousseff e de que ela poderia até se fortalecer com aceitação do pedido por parte de Cunha – como podemos depreender do texto "*Dilma pode se fortalecer*" publicada no caderno *Política* no dia 4 de dezembro de 2015. O escrito assinado pela redação do jornal pontua que

> ao acolher o pedido de abertura de um processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), **pode, na verdade, fortalecê-la** (...) sem aliado na Casa, as chances de Cunha ter vitória (ou seja, Dilma sofrer impeachment) são pequenas. Nesse caso, Dilma, **pode até se fortalecer**[162] já que, se sobreviver ao processo de impedimento, nada mais a derrubará[163]. (Grifos nossos)

É interessante destacar como a ideia de que Dilma pode se fortalecer com o pedido é reiterada duas vezes no parágrafo escrito pela redação. É possível afirmar, pelo contexto histórico já sublinhado, que essa percepção pode ser explicada pelos nítidos desentendimentos entre Dilma e Cunha – que deixavam margens para razões de vingança – além das investigações de envolvimento em esquemas de corrupção que o deputado

[162] Grifos nossos.
[163] Dilma pode se fortalecer. *O Dia*. Teresina, 04 de dezembro de 2015, p.2.

vinha sendo acusado e pelo amplo apoio parlamentar que a presidenta tinha na Câmara no período de aceitação do requerimento.

Em outro artigo escrito pelo jornalista piauiense Arimatéia Azevedo no mesmo dia, reitera-se que Cunha abriu o processo por "revanchismo, em momento de desespero derradeiro[164]", "pois sabia que "sua hora estava chegando[165]" e que Dilma talvez conseguisse "passar a imagem" de que tornou-se livre das chantagens de Cunha. Assim, para o jornal, a presidenta poderia ser beneficiada pelas ações de Cunha. Contudo, ao mesmo tempo que Arimatéia aponta esse direcionamento, termina seu artigo dizendo que se houver pressão popular, "ninguém poderá arriscar como será o final dessa história agora iniciada[166]".

Três dias depois, no dia 7 de dezembro de 2015, Arimatéia escreve em seu artigo "*Falta a rua*", que "o processo de *impeachment* será uma ação de gabinetes[167]", ou seja, seria decido pelos parlamentares. Além disso, aponta que há "um considerável apoio parlamentar [168]", mas que falta "a disposição das ruas para apoiar a retirada da presidente do cargo[169]" isso porque o jornalista cita e faz comparações com o *impeachment* ocorrido no Brasil em 1992, o de Fernando Collor de Melo. Ainda, acredita que trocar Dilma por Michel Temer é "uma troca de guarda[170]" e que essa ação teria "cheiro de golpe, nada mais que isso[171]".

É interessante destacar como o jornal *O Dia* aponta que a aceitação do pedido de *impeachment* da presidenta Dilma é um ato de vingança por parte de Cunha – conforme as fontes documentais vêm nos salientando – e de que há pequenas chances que ele, de fato, se concretize; o periódico também enseja a necessidade de que "o país precisa mudar[172]". Essa mensagem é passada aos leitores do *O Dia* em artigos de opinião do próprio editorial e na coluna assinada por Arimatéia Azevedo.

Um exemplo desse desejo para o futuro é o editorial escrito por Adriana Magalhães no dia 5 de dezembro de 2015. Com o título "*O retrato do Brasil*" o artigo se propõe a identificar como o que está ocorrendo no cenário nacional nos idos do início daquele mês é um indício de que o "jeitinho brasileiro de passar pelos problemas sem

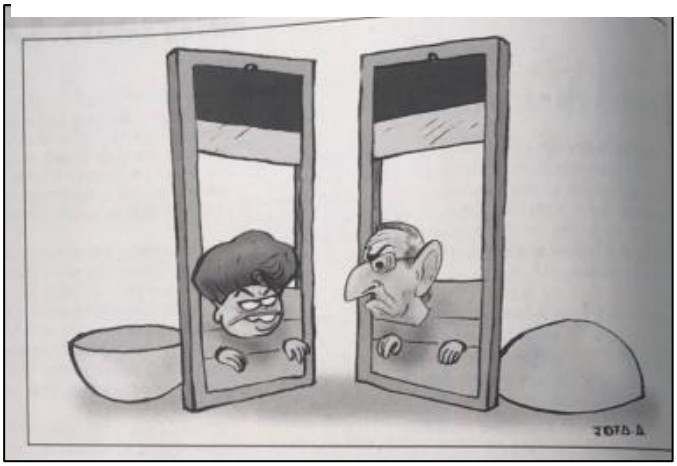
---

[164] AZEVEDO, Arimatéia. Que loucura é essa? *O Dia*. Teresina ,4 de dezembro de 2015, p. 4.
[165] AZEVEDO, Arimatéia. Que loucura é essa? *O Dia*. Teresina, 4 de dezembro de 2015, p. 4.
[166] AZEVEDO, Arimatéia. Que loucura é essa? *O Dia*. Teresina, 4 de dezembro de 2015, p. 4.
[167] AZEVEDO, Arimatéia. Falta a rua. *O Dia*. Teresina, 7 de dezembro de 2015, p. 4.
[168] AZEVEDO, Arimatéia. Falta a rua. *O Dia*. Teresina, 7 de dezembro de 2015, p. 4.
[169] AZEVEDO, Arimatéia. Falta a rua. *O Dia*. Teresina, 7 de dezembro de 2015, p. 4.
[170] AZEVEDO, Arimatéia. Falta a rua. *O Dia*. Teresina, 7 de dezembro de 2015, p. 4.
[171] AZEVEDO, Arimatéia. Falta a rua. *O Dia*. Teresina,7 de dezembro de 2015, p. 4.
[172] MAGALHÃES, Adriana. O retrato do Brasil. *O Dia*. Teresina, 5 de dezembro de 2015, p.6.

resolvê-los parece estar chegando ao fim[173]". De acordo com Adriana, o processo de *impeachment*, a cassação do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, os protestos nas ruas e "a falta de paciência generalizada do brasileiro dão sinais de que o país precisa muda" [174].

Além disso, é possível afirmar que a jornalista expressa o desejo de expurgar a presidenta Dilma Rousseff mesmo sem essa ter comprovações de envolvimento em esquemas de corrupção investigados pela Lava Jato, já que aponta que tanto a presidenta como Cunha e Delcídio do Amaral[175] fazem parte do que considera como "batedores de carteira" e "ladrões e colarinho branco[176]" e que, portanto, "devem ser retirados de circulação[177]". Esse ensejo e prognóstico, também pode ser percebido na charge que acompanha o editorial (**Figura 15**):

Figura 12 - Dilma Rousseff e Eduardo Cunha



Fonte: Jota (Jornal *O Dia*, 5 de dezembro de 2015)

Os trabalhos com as charges e as caricaturas em geral, têm nos revelado que "embora sejam, declaradamente, distorções e deformações, raiando o grotesco[178]"

[173] MAGALHÃES, Adriana. O retrato do Brasil. *O Dia*. Teresina, 5 de dezembro de 2015, p.6.
[174] MAGALHÃES, Adriana. O retrato do Brasil. *O Dia*. Teresina, 5 de dezembro de 2015, p.6.
[175] À época, Delcídio do Amaral era senador pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Em novembro de 2015 foi preso pela Operação Lava Jato da qual vinha sendo investigado por envolvimento em irregularidades na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. No entanto, nesse período, o motivo de sua prisão se deu por tentar dificultar a delação premiada de Nestor Cerveró – também investigado pela Lava Jato. Para saber mais, ver em: BONFIM, Camila. Líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral, é preso pela polícia Federal. *G1*, 25 de nov. de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/11/delcidio-amaral-senador-do-pt-e-preso-pela-policia-federal.html. Acesso em 04 de jul. de 2023.
[176] MAGALHÃES, Adriana. O retrato do Brasil. *O Dia*. Teresina, 5 de dezembro de 2015, p.6.
[177] MAGALHÃES, Adriana. O retrato do Brasil. *O Dia*. Teresina, 5 de dezembro de 2015, p.6.
[178] MOTTA, Rodrigo Patto. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964 – 1969. *Topoi*. Rio de Janeiro**,** v. 14, p. 62-85, 2013, p. 66. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/szkYRxbMSbvn5SCrHrd7MsL/?lang=pt. Acesso em 4 de jul. de 2023.

desejam, através da chacota, "trazer à tona a verdade[179]" ou ao menos, aquilo que o veículo de comunicação considera como tal. Acreditamos que essas afirmações podem ainda nos ajudar a entender as percepções do jornal sobre o contexto quando são alinhadas ao texto escrito. Dessa forma, é denotativo a opinião verbal alinhada à representação visual que acompanha o artigo "O retrato do Brasil" uma vez que, é possível depreender que, para o jornal, Dilma, Cunha e Delcídio do Amaral são o rosto do país que tenta resolver tudo no "jeitinho brasileiro" e que este modelo estaria entrando em colapso. Além disso, a imagem de Dilma e Cunha na guilhotina da charge nos permite inferir que tanto um como o outro estavam prestes a serem "decapitados", "condenados à morte" que, no contexto, possivelmente, significaria o fim da carreira política, o afastamento do cargo e/a prisão por corrupção.

Um outro artigo, também editorial, "*O Brasil não tem saída*" sugere a mesma ideia que o analisado anteriormente. De acordo com a editora, Adriana Magalhães,

> o Brasil é **uma pátria sem opção**. O impeachment da presidente Dilma não representará uma solução para os problemas enfrentados pelos brasileiros (...) O impeachment, caso, só promoverá uma dança das cadeiras, sutil, mas talvez suficiente para suprir a sede dos grupos, que no momento não estão se sentindo contemplados em sua ambição. Também servirá para fazer crescer o olho daqueles que estão com pretensões de ver seus domínios crescerem. Projeto para o desenvolvimento do país, **nenhum deles têm**, mas sabem direitinho como fazer para duplicar, triplicar, quadruplicar... seu patrimônio e dos seus "aliados" sem chamar a atenção da Receita Federal.
> **Nada de melhor ocorrerá**. Sairemos da crise econômica, provocada grande parte pela ambição e incoerência da classe política, independente de quem esteja à frente do país (...) agora a crise só terá fim quando o brasileiro entender que existe limite para tudo, e que a roubalheira e a farra com o dinheiro público neste país têm que acabar.
> **Até veremos a cada quatro anos um grupo tentando derrubar o que foi alçado pelo voto popular**. **Mudança nenhuma experimentaremos**. Apenas assistiremos uma sigla entrar e sair do poder[180]. (Grifos nossos)

A ideia de que todos os políticos são iguais e de que o *impeachment*, se ocorresse, só significaria a troca de um grupo pelo outro, é perpassada por todo o texto supramencionado. Assim, é denotativo perceber como a relação entre a corrupção e "roubalheira" está diretamente relacionada com a defesa de que todos os políticos são

[179] MOTTA, Rodrigo Patto. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964 – 1969. *Topoi*. Rio de Janeiro**,** v. 14, p. 62-85, 2013, p. 66. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/szkYRxbMSbvn5SCrHrd7MsL/?lang=pt. Acesso em 4 de jul. de 2023.
[180] MAGALHÃES, Adriana. O Brasil não tem saída. *O Dia*. Teresina, 9 de dez. p.6.

iguais. A respeito dessa constatação, sublinhamos que esse tipo de pensamento é muito perigoso para a sobrevivência do sistema democrático porque parte-se do princípio de que "não há saída", "não haverá mudança" e "nada de melhor ocorrerá" no país – conforme destacado pelo jornal.

Dessa forma, abre-se margem para o surgimento de figuras que cooptem pessoas com o discurso de serem *a*políticas que, por sua vez, põem em xeque os valores democráticos, como por exemplo: a escolha de candidatos por meio do voto popular. Além disso, é oportuno destacar que o discurso do referido jornal não é uma percepção isolada, ao contrário, esse sentimento de desilusão com o sistema político pode ser percebido no contexto discutido pela pesquisa, basta lembrar do MBL – que intitulava-se apartidário, bem como os cartazes das manifestações ocorridas em 2013 no Brasil.

A partir das discussões realizadas nessa primeira parte do trabalho, esperamos ter contextualizado os leitores da conjuntura histórica do Brasil, sobretudo no campo político, entre os anos de 2013 a 2015; privilegiando na última parte do capítulo a abordagem dos jornais piauienses propostos pela pesquisa no que diz respeito ao pedido de *impeachment* da presidenta Dilma. Dessa forma, esperamos ter conseguido inserir os leitores dentro da temática e cronologia que o trabalho se propôs a analisar.

A seguir, no capítulo 2, aprofundaremos algumas discussões iniciadas nessa primeira parte e apresentaremos novos personagens e temáticas que foram imergindo à medida que o processo de *impeachment* ocorria.

CAPÍTULO II – FANTASMAS DO PRESENTE: O PEDIDO DE *IMPEACHMENT* NA CÂMARA FEDERAL

A historiadora Lilia Moritz Schwarcz em seu livro "Sobre o autoritarismo brasileiro" (2019) explica que, no Brasil, há uma série de problemas estruturais que "continuam basicamente inalterados e, assim se repetem, vergonhosamente: a concentração de renda e a desigualdade, o racismo estrutural, a violência das relações, o patrimonialismo[181]". Segundo a autora, como essas contradições são mal resolvidas, tendem, de tempos em tempos, a reaparecerem na política brasileira e a vir nos assombrar tal como um fantasma.

Considerando que o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff irrompe, em certa medida, com fluxo contínuo da política brasileira e, consigo, desencadeia uma série de debates sobre corrupção, o papel das instituições e da constituição, questões relacionadas à gênero, raça, classe e religião; pode-se entender que esse período trouxe ao nosso presente aquelas assombrações a que Lilia Schwarcz se refere. Dessa forma, passado e presente se interligam de tal modo que não é possível compreender a agenda política, sobretudo de 2015 e 2016, sem levar em consideração os problemas que persistem desde a chegada dos portugueses ao Brasil.

Do mesmo modo, entendemos que a votação pela abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma em 17 de abril de 2016 na Câmara Federal pode ser considerada a expressão máxima do conjunto de valores e tradições dos parlamentares brasileiros que participaram da sessão e por conseguinte, nos oferece indícios de como estes leem o passado, entendem o presente e anseiam o futuro. Consideramos isso porque foi durante aquela sessão extraordinária que pudemos ouvir os nossos representantes políticos, em canal aberto e horário nobre, a respeito de como estes se pronunciaram diante do pedido de deposição da presidenta acusada de crime por responsabilidade fiscal. Assim, os nossos principais objetivos neste capítulo são: discutir esse período articulado à análise da abordagem dos jornais *O Dia* e *Meio Norte* e investigar os fantasmas que assombraram o Brasil em 2016. Mas, antes de discorrermos sobre o "meio", voltemos ao "início".

2.1 Piauiensidades: considerações sobre a imprensa no Piauí.

[181] SCHWARCZ, Lilia Moritz. Quando o fim também é o começo: nossos fantasmas do presente. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.224.

Pode parecer estranho aos leitores ler sobre a história da imprensa e dos jornais da referida pesquisa somente agora no capítulo 2 – quando este poderia ter vindo ainda no final do primeiro capítulo. Assim, acreditamos ser necessário explicar essa escolha. A razão de optarmos por discutir esse eixo temático somente na segunda parte da pesquisa se deu pela intenção de apresentar primeiro a abordagem dos jornais *O Dia* e *Meio Norte* a respeito do pedido de *impeachment* sem que antes houvesse detalhamentos de como estes se articulam com a política e interesses locais.

Isso porque, parece-nos mais correto metodologicamente discutir em primeiro plano o comportamento dos periódicos para, em seguida, elencar possíveis explicações – levando em consideração o contexto histórico e as articulações entre política e imprensa no Piauí. Dito de outro modo: pareceu-nos que ao apresentar esses detalhamentos antes da abordagem dos jornais, corríamos o risco de justificar/explicar possíveis motivações para cada posicionamento, sem antes deixar que os leitores pudessem assimilar por si próprios essas análises.

Assim, ao organizarmos o trabalho desta e não de outra forma, esperamos contribuir para que ledores da pesquisa tenham uma maior compreensão da abordagem dos referidos jornais sem previamente terem acesso ao que possivelmente justificaria suas formas de tratamentos. Dito isso, analisemos as características do nosso objeto e fonte de pesquisa.

Com slogan "líder em credibilidade", o jornal *O Dia* é o impresso em circulação mais antigo do Piauí. Ele foi editado pela primeira vez em 1 de fevereiro de 1951 pelo professor Leão Monteiro. Contudo, em 1964 o periódico foi comprado pelo empresário Octávio Miranda e permanece até a data da presente pesquisa sendo propriedade da família dele. Além disso, torna-se oportuno destacar que o jornal também é o principal veículo de comunicação do Sistema O Dia de Comunicação – que controla outros canais, como a televisão (O Dia TV), o rádio (FM O Dia) e o site digital (Portal O Dia).

O jornal *Meio Norte*, por outro lado, teve sua origem marcada a partir da extinção do jornal *O Estado*, fundado em 1969, pelo jornalista Hélder Feitosa. É somente em 1994 que o empresário Paulo Guimarães compra o veículo de comunicação e a partir disso, o antigo jornal *O Estado* passa por reformulações e vira o *Meio Norte.* Data do dia 1 de janeiro de 1995 a circulação do jornal *Meio Norte*. Assim como o jornal *O Dia*, o *Meio Norte*, também possui outros veículos de comunicação, como a TV Meio Norte e a rádio Meio Norte FM.

De acordo com o linguista João Benvindo, o título do jornal "Meio Norte" adveio de

> uma denominação dada pelo IBGE a uma das regiões geográficas do Nordeste do Brasil. Trata-se de uma faixa de transição entre a Amazônia e o Sertão nordestino, também conhecida como Mata dos Cocais devido às palmeiras de babaçu e carnaúba encontradas na região. Engloba todo o estado do Maranhão e o Oeste do Piauí, incluindo, portanto, as duas capitais desses estados: São Luiz e Teresina. De acordo com Araújo (2006), latitudinalmente o Meio-Norte pode ser subdividido em setentrional e meridional, e longitudinalmente em leste e centro-oeste, sendo o leste ocupado pelo Piauí ocidental, e o centro-oeste pelo estado maranhense[182].

Apesar de não discorrermos a respeito do surgimento da imprensa no Piauí nesse trabalho, tanto porque nos distanciaríamos dos objetivos que por nós foram propostos quanto por considerarmos os trabalhos historiográficos[183] que já existem sobre a temática e que nos serviram de base para entendê-la, faz-se necessário algumas considerações sobre a imprensa de uma forma geral e de suas piauiensidades[184].

De acordo com o intelectual João Benvindo (2020), o jornalismo no Piauí, assim como em todo o território nacional, surge como uma atividade que está ligada diretamente aos interesses do Estado, sobretudo, o de comunicar os atos oficiais do governo[185]. Sobre essa constatação, vale ressaltar ainda que o historiador Celso Pinheiro Filho (1988) em seu livro "*História da imprensa no Piauí*" sublinha que o primeiro jornal do Piauí, *O Piauiense*, surge exatamente com essa função: publicação de atos oficiais do governo. Para ele, quem melhor esclarece e apresenta detalhes sobre esse primeiro periódico é Odilon Nunes, ao escrever:

> A portaria 22-11-1839 registra que foi aceito o oferecimento de Francisco José Fialho, de encarregar-se de redigir nesta capital (Oeiras) **um periódico em que se transmite ao público as ocorrências da atual guerra e os atos do governo** a ele tendentes, com a condição de ser impresso na **Tipografia Provincial**, e fornecidos os materiais pela

[182] MOURA, Joao Benvindo de. *Análise discursiva de editoriais do jornal Meio Norte, do estado do Piauí*: a construção de imagens e as emoções suscitáveis através da argumentação. 2012. Teresina: EDUFPI, 2020, p 147 e 148.
[183] MOURA, Joao Benvindo de. *Análise discursiva de editoriais do jornal Meio Norte, do estado do Piauí*: a construção de imagens e as emoções suscitáveis através da argumentação. 2012. Teresina: EDUFPI, 2020.
[184] Termo pensado pelo historiador Paulo Gutemberg (2008) para denominar os atributos que identificam o Estado do Piauí, o que ele e o que o diferencia das outras alteridades federativas. Para saber mais, ver em: SOUZA, P. G. de C. História e Identidade: as narrativas da piauiensidade. 2008. 300 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.
[185] MOURA, João Benvindo de. *Análise discursiva de editoriais do Jornal Meio Norte*: um retrato do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2020.

> **Tesouraria Provincial**, e fornecidos os materiais pela **Tesouraria da Fazenda**[186] e remeter para seus cofres todo o rendimento do dito periódico, proveniente da venda das folhas que se extraírem[187].

Observa-se que, desde a sua redação, passando pelas formas de impressão aos materiais necessários para produção, todas as etapas do processo foram encarregadas ao redator selecionado pela província bem como aos órgãos oficiais. Ou seja, *O Piauiense* é a própria opinião oficial da província. Suas páginas são carregadas de fatos e narrativas que o governo queria transmitir ao público.

Que no século XIX os jornais nasçam com esse objetivo no Piauí nos parece até plausível considerando que as delimitações entre o público e privado eram ainda muito estreitas naquele período. Todavia, o que nos inquieta são as pesquisas realizadas por João Benvindo que salientam que essa ligação histórica entre a imprensa e o Estado ainda sobrevivem. Sobretudo, "diante da pouca quantidade de assinaturas e vendas avulsas que faz com que os jornais tenham poucos leitores e consequentemente, poucos anunciantes[188]" o que resulta no poder público como "mecenas da mídia[189]".

Essas considerações nos são necessárias para que tenhamos sempre em mente a intencionalidade dos periódicos que serão analisados. Não que iremos fazer uma investigação de todas verbas fornecidas aos jornais. Nosso objetivo não é esse. Tampouco escrever uma narrativa em que há vilão e mocinho, um periódico certo e o outro errado. Nosso desafio maior é compreender como cada jornal abordou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e quais as possíveis explicações/interesses para o terem feito dessa forma.

Além disso, Maria Helena Capelato, argumenta que para o estudo dos jornais articulados à pesquisa histórica, há que se levar em consideração que essas empresas de comunicação se caracterizam como instituições de natureza pública e privada, mesclando interesses políticos e empresariais; isto resulta em empresas que põe no mercado um produto muito específico: a mercadoria política[190]. Ou seja, no caso dos jornais piauienses que nos interessam, é preciso que entendamos as suas atuações nessa relação:

---

[186] Grifos nossos.
[187] PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. Fundação Cultural do Piauí, Projeto Petrônio Portella, 1988, p. 30.
[188] MOURA, João Benvindo de. *Análise discursiva de editoriais do Jornal Meio Norte*: um retrato do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2020, p. 146.
[189] MOURA, João Benvindo de. *Análise discursiva de editoriais do Jornal Meio Norte*: um retrato do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2020., p.146.
[190] CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; DE MORAES FERREIRA, Marieta (Ed.). *História do tempo presente*. FGV Editora, 2014, p. 314.

imprensa/empresa, já que, como vimos, ambos os jornais são de propriedade de empresários do Piauí.

Diante disso, começamos nossas análises sobre a abordagem do jornal *O Dia* e Meio Norte em abril de 2016 – quando o pedido de *impeachment* chega à Câmara Federal para a votação de admissibilidade no andamento do processo. Mas, antes de adentrarmos na abordagem do jornal, é oportuno reiterar que até o final de dezembro de 2015, a presidenta "Dilma era apoiada por doze partidos que controlavam perto de trezentas cadeiras na Câmara[191]". Todavia, como viríamos a acompanhar meses mais tarde, dos "doze partidos que a apoiavam, nove passaram a integrar o governo Temer. Dos ministros do novo governo, uma parcela significativa havia servido aos governos do PT[192]" – o que demonstra que aos poucos o governo de Dilma foi perdendo sua força de atração levando muitos parlamentares a desistirem, numa tentativa de manterem a prosperidade diante da possibilidade de um novo governo, como de fato ocorreu.

é importante que destaquemos, também, que apesar dos jornais dedicarem-se ao andamento do *impeachment* em meses anteriores a esse, foi em abril que ocorreu o maior número de menções ao julgamento da presidenta Dilma Rousseff[193]. Uma possível explicação para esse ao fato seria porque esse foi o único momento televisionado e transmitido em rede nacional e em horário nobre para a população; o que contribuiu para que houvesse maior visibilidade e consequentemente, maior abordagem dos veículos de comunicação.

2.2 Abril de 2016: os partidos políticos nas páginas dos jornais O Dia e Meio Norte.

[191] LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. *Novos Estudos*, 2017, p.5.
[192] LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. *Novos Estudos*, 2017, p.5.
[193] A pesquisa realizada pelos cientistas políticos Joca Carlos Vieira e Tiago Roberto em 2018 demonstrou, a partir da análise de conteúdo das manchetes e editoriais dos meios de comunicação de circulação nacional (Folha de São Paulo, Estadão, O Globo e Jornal Nacional) por meio do "Manchetômetro (disponível em: http://manchetometro.com.br/.) que o maior ponto de inflexão no posicionamento dos jornais pesquisados ocorreu entre março e abril de 2016, sendo abril, o mês com maior incidência de publicações contrárias ao governo Dilma Rousseff. Esse fenômeno também foi observado quando comparado com os jornais piauienses pesquisados por nós. No momento da pesquisa, digitalizamos os periódicos a medida em que os editoriais abordavam o assunto de impeachment da presidenta ou publicações que mencionavam o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) ou o então, ex-presidente Lula, e o mês de abril foi o que nos rendeu a maior fonte de pesquisa desse trabalho pelo número de editoriais. Para saber mais, ler a pesquisa mencionada. Eis a referência completa: PINHEIRO, Tiago Roberto; VIEIRA, José Carlos. A mídia brasileira no impeachment de Dilma Rousseff. *Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança*, v. 1, n. 2, 2018.

Como discutido anteriormente, há um consenso por parte da imprensa e dos pesquisadores sobre a temática de que a aceitação do pedido de impedimento de Dilma Rousseff pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), está diretamente relacionada a não proteção política contra as investigações da Operação Lava Jato e ao não apoio para sua presidência na Câmara pelo governo do PT[194].

Contudo, como explicar a adesão de outros parlamentares/partidos ao movimento pró *impeachment*? Para responder essa pergunta, mais uma vez precisamos compreender o contexto histórico em que ocorre os trâmites na Câmara Federal. Além disso, há que se reiterar algumas especificidades do governo da presidenta Dilma Rousseff.

Dessa forma, é preciso lembrar que a presidenta adotou uma postura menos conciliatória que a do ex-presidente Lula. Conjuntamente, deve-se salientar que desde o início do seu governo, Dilma iniciou o movimento que ficou conhecido como "faxina/limpeza ética", qual seja, retirou de altos cargos aqueles que estavam sendo investigados pela Operação Lava Jato por envolvimento em esquemas de corrupção. O cientista político, André Singer, definiu esse movimento como se a presidenta estivesse "cutucando onças com bases curtas". Para ele, as medidas tomadas por Dilma podem ser entendias como um "ensaio republicano", segundo o qual, a presidenta teria tentado limitar o esquema clientelista presente no aparelho do estado brasileiro[195]. Neste seguimento, Singer defende que, "ao diminuir os setores controlados pelo PMDB[196]" a presidenta Dilma teria estreitado a desconfiança entre ela e o referido partido político, que já se expressava desde sua eleição em 2010. Dessa forma, sem a compreensão do comportamento político-partidário torna-se inviável entender a crise que levou ao *impeachment* de Dilma em 2016, uma vez que, como salientou o cientista político supracitado, "não se governa o Brasil sem o PMDB[197]".

No jornal *Meio Norte*, um artigo ("*A fuga do PMDB*") publicado no dia 1 de abril de 2016 pelo antropólogo Arnaldo Eugênio, na seção "*Opinião*", reflete sobre essa discussão. No corpo do artigo, Arnaldo expõe que depois de treze anos em articulação

---

[194] Ver em SINGER, André. *O lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018; LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. *Novos Estudos*, 2017; LIMONGI, Fernando. *Operação impeachment*: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023 e MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016.

[195] SINGER, André. *O lulismo em crise:* um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018.

[196] SINGER, André. *O lulismo em crise:* um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018, p.185.

[197] SINGER, André. *O lulismo em crise:* um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018, p.177.

com o PT, o PMDB (Movimento Democrático Brasileiro) tomou a decisão "de se retirar da base de apoio da presidente Dilma Rousseff, num gesto típico: saída estratégica, vislumbrando o poder pelo poder[198]". Para ele, a saída do PMDB "mostra o surgimento de uma articulação da facção antigovernista, que conta com o apoio explícito do vice-presidente Michel Temer[199]".

Como vínhamos discutindo, as colocações de Eugênio fazem referência ao movimento não só do PMDB, mas de outros partidos como PP (Partido Progressistas), PSD (Partido Social Democrático), PR (Partido Republicano), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PSC (Partido Social Cristão), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PROS (Partido Republicano da Ordem Social) que vinham desde 2014 se articulando com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Para Fernando Limongi, essa insatisfação dos partidos que antes compunham a base do PT se deu pela reforma ministerial que a presidenta Dilma Rousseff vinha realizando desde 2011, quando começou a montar "sua própria equipe[200]" afastando ministros que ocupavam cargos no governo de Lula e que estavam envolvidos sendo investigados:

> No início do segundo semestre, saíram Alfredo Nascimento (PR – AM), ministro dos Transportes; Nelson Jobim (PMDB – RS), da Defesa, e Wagner Rossi (PMDB – SP), da Agricultura. Destes, apenas Jobim não saiu em razão de revelações de corrupção. Em meados de setembro, foi a vez do ministro do Turismo, Pedro Novais (PMDB – MA). Antes do término do ano, depois de uma pequena calmaria, a "faxina ministerial" fez novas vítimas: Orlando Silva, afiliado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB – SP), ministro do Transporte, no final de outubro, e Carlos Lupi, do Partido Democrático Trabalhista (PDT – RJ), ministro do Trabalho, no início de dezembro[201].

Dos partidos citados acima, três deles foram afetados ainda na primeira leva da reforma ministerial. Fernando Limongi, pesquisadora da área, explica que a saída desses partidos da linha de frente do PT em muito se deve a essa "perda" dos partidos políticos de cargos importantes no governo da presidenta Dilma.

No jornal *O Dia*, o rompimento do PMDB com o governo do PT também foram citados. No dia 2 de abril de 2016, um jornalista do periódico, João Magalhães, na matéria

---

198 EUGÊNIO, Arnaldo. A fuga do PMDB. *Meio Norte*: Teresina, 3 de dezembro de 2015, p. 2.
199 EUGÊNIO, Arnaldo. A fuga do PMDB. *Meio Norte*: Teresina, 3 de dezembro de 2015, p. 2.
200 LIMONGI, Fernando. O primeiro mandato. *Operação impeachment*: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023, p.25.
201 LIMONGI, Fernando. O primeiro mandato. *Operação impeachment*: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023, p.36.

"*Marcelo não vai sair do Governo e, caso seja demitido, votará contra o impeachment",* apontou que o deputado federal Marcelo Castro (PMDB- PI), não queria deixar o cargo de ministro mesmo após o rompimento de seu partido com Dilma. Contudo, é interessante destacar que, apesar do que o título da matéria sugere, Marcelo não se pronunciou – fato este que pôde ser constatado no decorrer do corpo do texto. De acordo com o repórter:

> Até o momento, Marcelo Castro não se posicionou sobre o assunto, mas deve se preparar para deixar o cargo nos próximos dias. É que com a maior parte do PMDB na oposição ao Governo, não faz sentido Dilma manter um ministro que não representa muitos votos na Câmara dos Deputados, durante o processo de impeachment[202] .

Deve-se observar que, a possibilidade de o deputado Marcelo Castro deixar o cargo de ministro da Saúde não veio após seu pronunciamento, mas de especulações de que isso seria o mais possível de acontecer – já que o seu partido não poderia conferir mais votos para a presidenta Dilma Rousseff na Câmara. Contudo, diferentemente do que se apontava, Marcelo permaneceu no cargo até o dia em que pediu demissão, em 24 de abril de 2016[203]. Evidencia-se que ele não foi exonerado pela presidenta e que permaneceu até depois da votação por admissibilidade de *impeachment* na Câmara Federal. Notabiliza-se ainda que, como fora apontado, Marcelo Castro votou contra o pedido de deposição. Além disso, é oportuno destacar que o subtítulo da matéria diz "Cargo de Ministro da Saúde está sendo negociado com PP", embora saibamos que não foi isso que veio acontecer, de acordo com as fontes que analisamos.

O jornal mantém essa abordagem também em outras linguagens. Nas charges do dia 2 e 3 de abril de 2016, conseguimos depreender que o jornal utiliza o texto não verbal para transmitir a percepção de que o governo utilizará sua influência para angariar deputados a seu favor.

Figura 13 - Dilma entrega "saco" de cargos em troca de "sacos" de votos contra impeachment

[202] MAGALHÃES, João. Marcelo não vai sair do governo e, caso, seja demitido, votará contra o impeachment. *O Dia*: Teresina: 2 de abril de 2016, p.3.
[203] PASSARINHO, Nathalia; MATOSO, Felipe e LUIZ, Gabriel. Marcelo Castro pede demissão do cargo de ministro da Saúde. *G1*, 24 de abril de 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/castro-pedira-demissao-do-cargo-de-ministro-da-saude-diz-assessoria.html. Acesso em 09 de julho de 2023.



Fonte: Jota (Jornal *O Dia*, 2 de abril de 2016)

Na charge acima que compõe a página do editorial, o jornal indica que Dilma utiliza cargos do governo como moeda de troca para conseguir votos contra o *impeachment*. Contudo, de acordo com as fontes consultadas e com os autores com quem dialogamos, entendemos que a crise político-partidária que se instaura no Brasil se deu justamente pelo ato contrário: a presidenta Dilma teria adotado uma postura mais combativa contra os deputados, inclusive dos que compunham sua base. Por isso mesmo, paulatinamente os partidos foram abondando o barco à medida que o processo de *impeachment* avançava numa tentativa de garantirem vaga no novo governo que nasceria.

Ainda assim, essa abordagem do jornal é interessante porque sublinha uma ideia que permeia as matérias que consultamos, qual seja: o governo de Dilma utiliza, de uma forma geral, o poder para "comprar" aliados a seu favor, assim, o que ocorre no Brasil em 2016 nada mais é do que "uma dança das cadeiras[204]" – conforme podemos depreender do título do editorial do dia 3 de abril de 2016. Segundo o editorial,

> Após o início das investigações que já culminaram com 26 edições da operação Lava Jato, que investiga desvio de recursos da Petrobras o Brasil, **o brasileiro obteve provas de que a corrupção no país é sustentada pelo esquema de venda de apoio político do poder Legislativo para o Executivo** continua se mantendo nesse âmbito de pagamento por apoio político. Nesta semana, o próprio presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, afirmou que mesmo que mesmo que escape do impeachment, a presidente Dilma Rousseff perderá as condições de governabilidade, poque não terá base aliada suficiente para aprovar as pautas de interesse do poder Executivo nas casas legislativas. É importante observar que **esse "travamento" promovido por deputados e senadores é feito unicamente com o**

[204] MAGALHÃES, Adriana. A dança das cadeiras. *O Dia*: Teresina, de abril de 2016, p. 6.

> **objetivo de "extorquir" o governo**, principalmente nos cargos mais diversos nos ministérios[205].

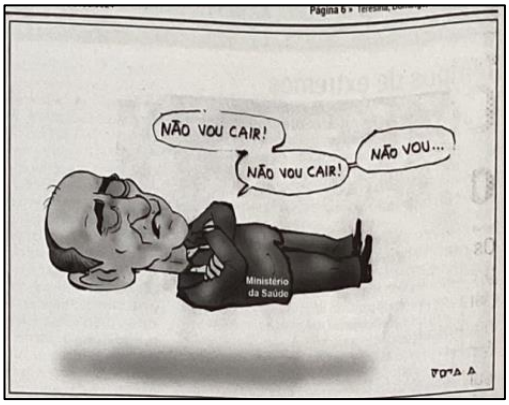
É oportuno salientarmos que concordamos com a existências de práticas patrimonialista no aparelho do sistema político brasileiro, conforme discutimos anteriormente. Contudo, muito mais do que discorrer sobre como essas relações entre os poderes Executivo e Legislativo, o que nos interessa, por certo, é analisar a abordagem de cada jornal em relação aos sujeitos e temáticas que envolvem o processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff. Dessa forma, apesar de ambos os jornais (*O Dia e Meio Norte*) discorrem sobre o mesmo tema, as fontes nos permitem afirmar que os periódicos distanciam-se em relação ao tratamento.

O *Meio Norte* não faz menção à prática de compra de votos (por parte do governo) em troca de cargos nos ministérios, ao contrário, aponta que o afastamento do PMDB é uma articulação com o governo que poderia chegar ao poder, caso o vice Michel Temer viesse a assumir o cargo de chefe do Executivo. Supletivamente, nas fontes consultadas, não observamos matérias e charges que traziam a ideia de que a corrupção fosse um ato comum a todos os políticos brasileiros. Quando há menção às articulações dos partidos em troca de benesses, estas são postas como sendo práticas da oposição ao governo de Dilma Rousseff.

O jornal *O Dia*, por outro lado, não discute os interesses do PMDB com relação ao rompimento com o PT. Ao contrário, o periódico faz um movimento inverso: aponta as possíveis medidas do PT diante do rompimento do partido. A ênfase é dada ao deputado piauiense Marcelo Castro, que como discutimos, não foi retirado do cargo. Sobre essa discussão, o jornal, no dia 3 de abril de 2016 trouxe uma charge sugestiva na página de seu editorial (Figura 17):

Figura 14 - Deputado Marcelo Castro (então ministro da Saúde)

[205] MAGALHÃES, Adriana. A dança das cadeiras. *O Dia*: Teresina, de abril de 2016, p. 6



Fonte: Jota (Jornal *O Dia*, 3 de abril de 2016).

A partir da leitura da charge acima, podemos inferir que o periódico reforça a ideia defendida no dia anterior: apesar de não querer sair/cair, o deputado já estava saindo/caindo do cargo de ministro da saúde.

O cientista político Fernando Limongi expressa que é impossível entender a crise política que leva ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff sem que se analise "o entrelaçamento entre o sistema político e as investigações da Lava Jato e suas consequências política[206]". Para ele, a deposição de Dilma não ocorreria sem a turbulência da operação na política nacional.

A partir dessa proposição, entendemos que muito mais que garantir um novo cargo no governo de oposição à Dilma, o que os deputados federais buscavam era proteção contra as investigações da Lava Jato que estavam em curso. Fato este que pode ser observado na generalização da corrupção entre os políticos apontados pelo jornal *O Dia* no artigo analisado acima.

1.3 Paixões insanas e tempos de cólera: a votação de admissibilidade de *impeachment* nos jornais *O Dia* e *Meio Norte*.

No dia 17 de abril de 2016, com uma sessão deliberativa extraordinária, foi votado na Câmara dos Deputados Federais o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, acolhido pelo presidente da Câmara, em 2 de dezembro de 2015[207]. A respeito

[206] LIMONGI, Fernando. *Operação impeachment*: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023, p.17.
[207] BRASIL, Câmara dos Deputados. *Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos favor e 137 contra*. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/485947-camara-autoriza-instauracao-de-processo-de-impeachment-de-dilma-com-367-votos-a-favor-e-137-contra/. Acessado em 11 de jul. de 2023.

disso, é importante que esclareçamos que se aprovado o pedido por ampla maioria parlamentar, este seguiria para a votação também no Senado. Contudo, para que fosse possível a instauração do processo de impeachment na Câmara, seriam necessários dois terços de votos (342) dos 513 deputados federais que compunham o plenário.

No dia da votação, o jornal *O Dia* publicou um editorial cujo título "Final de campeonato?" visava discutir a votação na Câmara. De acordo com o jornal

> O clima no Brasil é o de final de campeonato. Paixões insanas, argumentos descontrolados, esquizofrenia generalizada. Em "disputa" está o futuro da nação, o fim da instabilidade política, a volta das certezas econômicas que movimentam o comércio, a indústria e o setor de serviços e que alimentam a população[208]. (Grifos nossos)

Esse trecho é denotativo das expectativas do jornal para com os dias seguintes à votação de admissibilidade na Câmara Federal. Segundo esse veículo de imprensa, apesar das paixões insanas e dos argumentos descontrolados que marcaram o país nos idos de 2016, com a votação, o futuro do Brasil seria decidido e por conseguinte, o fim da instabilidade no cenário político e a volta das certezas econômicas. A questão que pode ficar aos leitores é: que resultado esperava o jornal para que este significasse o fim da instabilidade e crescimento econômico? Para responder, é preciso em primeira instância observar como o periódico vai da pergunta (presente no título) à afirmação na primeira frase do parágrafo: é o fim do campeonato. Assim, parece-nos válido afirmar que essa abordagem é sugestiva e nos leva a inferir que o prosseguimento do *impeachment* seria dado como certo na noite em que o jornal foi posto em circulação.

Isso porque a charge (Figura 18) que acompanha o editorial também nos leva a essa compreensão:

Figura 15 - Dilma em uma guilhotina representada pelo Palácio do Planalto



Fonte: O Dia (Teresina, 17 de abril de 2016)

[208] MAGALHÃES, Adriana. Final de campeonato? *O Dia*: Teresina, 17 de abril de 2016, p. 6.

Deve-se observar que, na charge, Dilma é apresentada como se estivesse prestes a ser decapitada por uma guilhotina entre os edifícios que compõem o Palácio do Planalto. A partir da leitura da imagem, é possível afirmar que essa representação faz referência direta a exoneração da presidenta do cargo do Poder Executivo uma vez que, caso os parlamentares fossem favoráveis ao *impeachment* a possível admissibilidade do pedido no Senado afastaria a presidente do cargo até que o processo fosse concluído.

Além da charge que compunha o editorial do dia 17 de abril, outras representações visuais nos dias que antecedem a votação são sugestivas quanto a situação da presidenta Dilma Rousseff após o pleito na Câmara. A seguir, elencamos algumas delas para que possamos ser capazes de realizarmos inferências a partir de um conjunto de textos não verbais.

Figura 16 - Dilma em uma bomba



Fonte: O Dia (Teresina, 16 de abril de 2016)

Figura 17 - Dilma com as mãos no Palácio



Fonte: O Dia (Teresina, 15 de abril de 2016)

Figura 18 - Michel Temer em tamanho maior e Dilma em tamanho menor entrelaçados pela faixa presidencial



Fonte: O Dia (Teresina, 12 de abril de 2016)

Figura 20 - Dilma voando para fora do Palácio do Planalto

Figura 19 - Dilma sendo despedaçada pelo *impeachment*



Fonte: O Dia (Teresina, 11 de abril de 2016)

Figura 21 - Cortando a faixa presidencial de Dilma



Fonte: O Dia (Teresina, 10 de abril de 2016)

Figura 22 - Dilma com o parecer do impeachment como bomba nas mãos



Fonte: O Dia (Teresina, 11 de abril de 2016)



Fonte: O Dia (Teresina, 7 de abril de 2016)

Como podemos inferir das charges acima, a presidenta Dilma foi representada nos dias que antecedem a votação na Câmara Federal como se estivesse perdendo sua faixa, portanto, o cargo de presidenta. Além disso, a ideia de que sairia voando do Planalto é reiterada mais de uma vez, assim como a bomba que está prestes a explodir. Deve-se notar que, na figura 19 parece que uma bomba irá levar Dilma aos ares, afastando-a do planalto; na figura 25 a bomba que recebe o nome de *impeachment* está prestes a explodir em suas mãos.

Um aspecto a ser discutido, ainda, e que nos chama atenção desde a análise das fontes de dezembro de 2015, é a representação de Dilma sob uma guilhotina. Não podemos fazer afirmações sobre a intenção do autor ao retratar a presidenta nessas condições. Contudo, é oportuno levantar algumas hipóteses quanto a possíveis referências, já que, esse instrumento foi utilizado durante a Revolução Francesa como instrumento para aplicar pena de morte.

Dessa forma, questionamo-nos: o uso da guilhotina seria uma possível referência ao período pré-Revolução Francesa? Uma vez que durante esse período, a França também passou por um momento de crise política e "a situação social era tão grave e a insatisfação popular tão grande que nas ruas começou a florescer a ideia de arrancar do governo a

monarquia[209]" ou ainda, seria uma referência à rainha da França, Maria Antonieta, que foi condenada à guilhotina por supostos crimes de "alta traição, esgotamento do tesouro nacional, conspiração e incesto[210]"? Há uma comparação entre a execução por guilhotina que acontecia em praça pública – aos olhos da população – com a transmissão do *impeachment* em rede nacional e em canal aberto? Como dito, não há como fazer afirmações da intencionalidade do autor. Contudo, as charges nos permitem inferir as possíveis ligações com o contexto da Revolução Francesa no século XVIII.

O editorial do jornal *O Dia* (do dia 16 de abril de 2016), como vimos, sublinha algumas melhorias que poderiam surgir com a votação na Câmara Federal. Contudo, ao mesmo tempo, aponta alguns entraves:

> **Amanhã**, independente do resultado e do vencedor, **todo o Brasil sairá perdendo**. Perdemos, **sobretudo, a confiança nas instituições** já que a confiança **nos políticos** vem sendo abalada desde que o Brasil foi instituído como país. Sairemos dessa guerra, se ela termina amanhã, com a economia em frangalhos, com o brasileiro desesperado, sem emprego, sem salário, sem perspectiva de melhora nos próximos meses. A nação em cacos terá que se reerguer, amanhã ou após a consumação do impeachment e, vai ser reerguer da pior maneira possível, como um Frankenstein mal projetado, mal executado e que **certamente vai ruir daqui alguns anos diante de outra problemática**, real ou criada por interesses próprios de algum esquizofrênico irresponsável[211]. (Grifos nossos).

O jornal *Meio Norte* também dedicou o seu editorial do dia 17 de abril à votação que ocorreria naquela noite. Com o título "Jogo de cartas", assim como jornal *O Dia*, acentua que a confiança no cenário político está se esvaindo e que "as cartas já estão sobre a mesa, mas mesmo assim ainda existem aqueles que sonham pela mudança de última". Sobre essa menção a uma possível mudança no andamento do "jogo" provavelmente é uma menção ao fato da presidenta Dilma sair vitoriosa na Câmara dos Deputados, isso porque, como vimos, o cenário apontava que o pleito parlamentar seria favorável a admissibilidade do processo de *impeachment* já que muitos partidos da base política do PT haviam saído da linha de frente antes que a votação ocorresse.

Ainda segundo o editorial,

---

[209] COGGIOLA, Osvaldo. Novamente, a revolução francesa. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 47, 2013, p. 292.

[210] FERRARI, Wallacy; MALVA, Pamela. Em praça pública: há 229 anos, Maria Antonieta era guilhotinada. *Aventuras na História*, 16 de out. de 2021. Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/neste-dia-ha-227-anos-maria-antonieta-era-decapitada-em-praca-publica.phtml. Acessado em 12 de jul. de 2023.

[211] MAGALHÃES, Adriana. Final de campeonato? *O Dia*: Teresina, 17 de abril de 2016, p. 6.

> em **tempos de cólera na política nacional**, entender a formação do **cenário agressivo** que foi constituído para que chegássemos a essa estilística evidencia que os líderes estão mais firmados com interesses próprios e das elites, do que necessariamente com quem, de fato, precisa. **Tal certeza corrobora para uma construção social da realidade que é cinzenta e que não revela verdadeiras nuances por trás dessas articulações**[212]. (Grifos nossos).

É importante discutirmos esse trecho porque ele apresenta uma clivagem do editorial do jornal *Meio Norte* com o jornal *O Dia*, que dá ênfase na construção do cenário político que o Brasil vivenciava e como este embaçava as sutilezas entre as articulações que foram feitas para que tal quadro se configurasse. De acordo com as fontes que já analisamos do jornal *Meio Norte*, possivelmente essas articulações são os acordos que foram sendo tecidos por parlamentares descontentes com o governo da presidenta Dilma Rousseff.

Há ainda um trecho que nos ajuda a corroborar essa constatação:

> Um **ator político que por quase vinte anos** dividiu as mesmas opiniões que outro, repentinamente passa a pensar de outra forma e diz não compactuar com o sistema. Ele quer mudança. Mudança para si próprio[213]. (Grifos nossos).

Não é possível afirmar, diante da leitura do trecho, a qual "ator político" o editorial se refere. Contudo, ao apresentar dados como: por quase vinte anos e "diz não compactuar com o sistema. Ele quer mudança", temos indícios de que o texto, possivelmente, faz referência a alguém em específico. A partir disso, procuramos tentar encontrar algumas possibilidades. A primeira delas seria o deputado Eduardo Cunha. Contudo, não conseguimos encontrar nenhum registro na imprensa que trouxesse falas semelhantes a que fora apontada no jornal *Meio Norte*. O vice-presidente, Michel Temer poderia ser uma outra opção. Entretanto, assim como Cunha, não foi possível nenhum cruzamento de fontes que pudesse apontar Temer como possível referência do texto do periódico.

De todo modo, assim como fizemos com o jornal *O Dia*, também analisamos as charges que acompanham os editoriais no período de abril que antecede a votação na Câmara Federal. O objetivo é entender como o jornal abordou a temática e como este se

[212] Jogo de cartas. *Meio Norte*: Teresina, 16 de abril de 2016, p.2.
[213] Jogo de cartas. *Meio Norte*: Teresina, 16 de abril de 2016, p.2.

assemelha ou difere do tratamento adotado pelo jornal *O Dia*.Dessa forma, apresentamos um conjunto de charges para que consigamos depreender algumas informações, vejamos:

Figura 24 - Dilma produzindo a sombra do dia 17



Fonte: Meio Norte (Teresina, 17 de abril de 2016)

Figura 23 - A mão do Congresso segurando Dilma a procura de voto



Fonte: Meio Norte (Teresina, 16 de abril de 2016)

Figura 26 - Dilma e Chico Buarque de Holanda



Fonte: Meio Norte (Teresina, 14 de abril de 2016)

Figura 25- Brasil num labirinto



Fonte: Meio Norte (Teresina, 12 de abril de 2016)

Figura 28 - Dilma gritando "Não vai ter golpe" no Congresso Nacional



Fonte: Meio Norte (Teresina, 10 de abril de 2016)

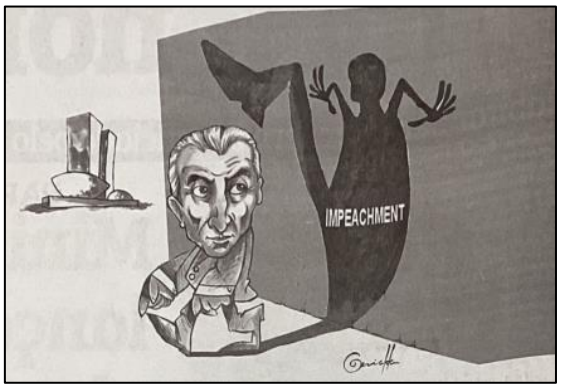
Figura 27 - Eduardo Cunha passeando com uma tartaruga que representa o Conselho de Ética



Fonte: Meio Norte (Teresina, 9 de abril de 2016)

Figura 30 - A sombra do *impeachment*

Figura 29- Aécio Neves (como tucano) na mão do PMDB



Fonte: Meio Norte (Teresina, 7 de abril de 2016)



Fonte: Meio Norte (Teresina, 5 de abril de 2016)

Uma primeira colocação com relação as charges do jornal *Meio Norte* e *O Dia* dizem respeito a figura da presidenta Dilma. No *O Dia* em quase todas as charges que remontam ao processo de *impeachment*, a figura central na representação é a presidenta. Além disso, é importante destacarmos que no jornal *O Dia*, uma outra figura que aparece ao lado de Dilma é o governador do Piauí, Wellington Dias. Contudo, a discussão dessa análise será apresentada nos tópicos seguintes da pesquisa, uma vez que, as aparições de Wellington não estão em referência direta a votação na Câmara dos Deputados. Por hora, o importante é destacar a presença do governador em algumas charges do periódico.

O *Meio Norte*, por outro lado, representa outros personagens, como Eduardo Cunha e Michel Temer – que são figuras primordiais para entendermos a crise política do Brasil. Na charge (Figura 25), Cunha aparece em frente ao Palácio do Planalto passeando com uma tartaruga pela coleira. A tartaruga, de acordo com a representação, é o Conselho de Ética – no qual havia um inquérito aberto para avaliar o envolvimento do presidente da Câmara em lavagem de dinheiro e contas na Suíça[214]. A imagem nos permite inferir que Cunha tinha a situação sobre o controle, uma vez que, mesmo sendo investigado pelo Conselho, presidiria e comandaria a votação na Câmara Federal.

Além disso, foi possível chegarmos a essa constatação pela tranquilidade com que passeia com a tartaruga (Conselho de Ética) cantarolando em frente ao Palácio do Planalto. Michel Temer, por sua vez, é representado produzindo a "sombra do impeachment" que parece querer esmagá-lo. Possivelmente, o autor quis retratar a instabilidade que a deposição de Dilma também ocasionaria a Temer. Além desses dois, aparece a figura de Aécio Neves (Figura 33) simbolizando uma possível aliança entre PSDB (representado pela figura do ex-presidente em corpo de um tucano) com o PMDB.

[214] PASSARINHO, Nathalia. Conselho de Ética instaura processo para investigar Eduardo Cunha. *G1*, 3 de nov. de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/conselho-de-etica-instaura-processo-para-investigar-eduardo-cunha.html. Acesso em 13 de jul. de 2023.

Vale destacar que ambos os partidos se declararam favoráveis a deposição da presidenta Dilma Rousseff[215].

Dentre todas as charges expostas, apenas uma menciona a crise política do país, mas não se direciona a nenhuma figura específica. Essa temática foi representada por um mapa do Brasil cansado, que procura uma saída em um labirinto (Figura 29). Contudo, o que nos parece primordial na análise é a forma como a figura de presidenta Dilma Rousseff foi representada, de um lado temos o jornal *O Dia* apresentando-a sob ou segurando uma bomba – quando não esteve representada numa guilhotina. Do outro, o *Meio Norte* representou a presidenta ora manipulada pela mão do congresso a procura de votos (Figura 27), ora declarando "não vai ter golpe" sob o punho fechado do Congresso Nacional que tenta lhe "esmagar" (Figura 30) e em outra, cantando ao lado de Chico Buarque de Holanda o trecho "Pai, afasta de mim esse cálice" possivelmente, fazendo referência à figura anteriormente citada (Figura 28).

Na noite do dia 17 de abril de 2016, o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi aberto na Câmara Federal com 367 deputados favoráveis a deposição da presidenta. No dia seguinte, o jornal *O Dia* trouxe o assunto em destaque na primeira capa (Figura 34):

Figura 31 - Capa do jornal O Dia em 18 de abril de 2016



[215] Ver informações em: PASSARINHO, Nathalia. PMDB decide orientar voto a favor do processo de impeachment de Dilma. G1, 14 de abril de 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/pmdb-decide-orientar-voto-favor-do-processo-de-impeachment-de-dilma.html. Acessado em 13 de jul. de 2017 e BRASIL. Câmara dos Deputados. PSDB confirma 52 votos a favor da abertura do impeachment. Câmara dos Deputados, 17 de abril de 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/485846-psdb-confirma-52-votos-a-favor-da-abertura-do-impeachment. Acessado em 13 de jul. de 2023.

Fonte: Jornal O Dia (Teresina, 18 de abril de 2016)

Nela, a presidenta Dilma aparece na capa dividindo o espaço com a imagem dos deputados na Câmara Federal na noite anterior. É oportuno dizer também que esse foi o dia em que verificamos o maior número de menções ao processo de *impeachment* nos dois jornais pesquisados. O jornal *O Dia*, na página 3, uma matéria ("*Câmara aprova impeachment*[216]") do repórter João Magalhães discorreu sobre o assunto e ocupou todo o espaço dela. Além de mencionar como ocorreu a sessão, a matéria traz considerações sobre como votaram os deputados piauienses. Com o subtítulo "*Sem surpresas na votação, piauienses justificam votos no impeachment*[217]" apresenta que a bancada piauiense se dividiu, sendo 5 deputados contra[218] e 5 deputados a favor[219] da deposição da presidenta Dilma Rousseff – conforme também podemos analisar na imagem abaixo (Figura 35):

Figura 32 - Quadro com deputados piauienses durante a votação de admissibilidade de impeachment da presidenta Dilma Rousseff



Fonte: Jornal O dia, 18 de abril de 2016.

Na mesma página, o periódico traz mais duas matérias assinadas pelo repórter supracitado, uma que menciona o movimento pró-*impeachment* realizado no

[216] MAGALHÃES, João. Câmara aprova impeachment. *O Dia*: Teresina, 18 de abril de 2016, p.3.
[217] MAGALHÃES, João. Sem surpresas na votação, piauienses justificam votos no impeachment. *O Dia*: Teresina, 18 de abril de 2016, p.3.
[218] Assis Carvalho (PT), Fábio Abreu (PTB), Marcelo Castro (PMDB), Rejane Dias (PT) e Paes Landim (PTB).
[219] Átila Lira (PSB), Heráclito Fortes (PSB), Iracema Portela (PP), Júlio César (PSD) e Rodrigo Martins (PSB).

estacionamento da ponte Estaiada em Teresina e outra, as manifestações em defesa da presidenta Dilma Rousseff organizada pela Frente Brasil Popular na Praça da Liberdade.

Nos dias seguintes, o jornal *O Dia* continuou a tratar da votação na Câmara Federal. Contudo, assim como aconteceu com os jornais de amplitude nacional e internacional[220], o fez com tons de críticas aos pronunciamentos dos parlamentares que justificaram seus votos pela família, por Deus, por sua base parlamentar e muito pouco pelo que realmente deveria ter sido levado em consideração: se a presidenta Dilma poderia ou não ter cometido crimes de responsabilidade fiscal.

Sobre isso, uma pesquisa[221] com análise quantitativa feita pelos sociólogos Reginaldo Prandi e João Luiz Carneiro (2018) demonstrou que a principal ordem dos discursos dos deputados federais foi pela base eleitoral, representada por expressões como "por minha cidade" "meu estado" "minha região" - sendo esta justificativa citada por 321 deputados que compareceram à sessão do dia 17 de abril de 2016.

No dia 20 de abril, o texto da jornalista Maria das Graças Targino publicado no jornal *O Dia* expressa que no dia 17 de abril, o que o Brasil e mundo viram não deixava dúvidas:

> Um amontoado de 511 parlamentares uivando gritos desvairados para proclamar sua posição favorável ao governo (137) ou desfavorável (os mencionados 367) ou, ainda, sua abstenção (sete), **evidencia que eles não fazem caso de sua posição de representantes máximos do povo**. Em vez de se aterem às razões gravíssimas que cercam o início do processo, reiterando ou negando atenuantes, entre aplausos e vaias, cartazes agressivos ou irônicos, **aproveitam a ocasião para a troca de ofensas pessoais, a evocação de crenças religiosas e o nome de Deus em vão, o elogio a líderes reconhecidos ou truculentos, a exemplo de torturadores**, sem contar empurrões do início da sessão solene e achincalhamentos em todos os momentos.
> Há cenas que beiram o ridículo, como o deputado que passa a palavra para o filho para que este evoque o seu voto (...) O clima é de final de campeonato de futebol, com famílias e amigos reunidos em torno de

[220] As matérias: Why vote to impeach Dilma Rousseff? *The Economist*, 18 de april. 2016. Disponível em: https://www.economist.com/the-americas/2016/04/18/why-vote-to-impeach-dilma-rousseff?fsrc=scn%2Ftw%2Fte%2Fbl%2Fed%2Fwhyvotetoimpeachdilmarousseff. Acesso em 13 de jul. de 2023; MARTÍN, María. Dios Tumba la presidenta de Brasil. El país, 18 de abr. de 2016. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2016/04/18/actualidad/1460935957_433496.html. Acesso em 13 de jul. de 2023 e 'Dia D' do impeachment: O que você precisa saber sobre a votação e os próximos passos. *BBC News*, 17 de abril de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160417_impeachment_dia_d_ab. Acesso em 13 de julho de 2023.

[221] PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018.

> farta cerveja e salgadinho ao rodo. Triste divertimento! Afinal a **fusão entre o espaço público e privado é tamanha** que por parte dos deputados (...) os parlamentares desconhecem tais preceitos no dia a dia e carregam para o plenário não a urgência das massas populares em prevalência do Estado de Direito. **Carregam consigo rancores pessoais e vaidades pessoais**[222]. (Grifos nossos).

Deve-se notar que a jornalista aponta críticas aos pronunciamentos dos deputados federais e evidencia a existência de práticas patrimonialistas, ou seja, a utilização de meios públicos para manifestação de interesses privados/pessoais. Do mesmo modo, um outro artigo intitulado "*O circo de Brasília*" publicado na mesma página aponta que

> pouquíssimos foram os que defenderam seu ponto de vista com justificativas prós e contra o processo. A grande maioria, contudo, o fez protagonizando cenas vergonhosas. Uns invocaram Deus, outros as mães, alguns se referiam aos filhos e netos e teve um "abestado" que chegou a levar o filho e disse que que ele proferiria o seu voto, no que foi impedido pela Mesa Diretora dos trabalhos[223].

Dos deputados federais piauienses Heráclito Fortes (PSB) foi o único que expressou sua justificativa com tom mais pessoal:

> Eles (familiares) sabem o que sofri nas mãos do PT. O voto que eu vou dá não é um voto de vingança. É um voto da lógica para o futuro do Brasil. É o voto que o Brasil está exigindo[224].

Com relação as justificativas dos deputados federais e a cultura política de práticas patrimoniais, é necessário que esclareçamos alguns pontos. Por patrimonialismo, entendemos a "utilização de interesses pessoais, destituídos de ética ou moral, por mecanismos públicos"[225]. Nesse sentido, há uma cultura política de usufruto da "coisa pública" em benefício próprio, o que acarreta fragilidade das instituições e ineficiência da máquina política. Daí se dá a configuração do personalismo político que, segundo ainda a historiadora Lilia Moritz Schwarcz, seria a "verdadeira colcha de arranjos

---

[222] TARGINO, Maria das Graças. Por minha mulher, por meus filhos... *O Dia*: Teresina, 20 de abril de 2016, p.6.
[223] COELHO, José Newton de Freitas. O circo de Brasília. *O Dia*: Teresina, 20 de abril de 2016, p.6.
[224] MAGALHÃES, João. Sem surpresas na votação, piauienses justificam votos no impeachment. *O Dia*: Teresina, 18 de abril de 2016, p.3.
[225] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Editora Companhia das Letras, 2019, p. 65-66.

pessoais que alimenta práticas de conchavo, de apadrinhamento, de mandonismo e de clientelismo, as quais se sobrepõem à regra política"[226].

O historiador Sérgio Buarque de Holanda, por seu turno, em "*Raízes do Brasil*" (1998) expõe que o Estado não é, ou não deveria ser, uma expansão do círculo familiar; onde certas vontades particulares moveriam a conduta destes membros que integram a esfera política. No entanto, segundo o autor:

> Para o funcionário "patrimonial", a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles aufere relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos[227].

Por mais que o conceito de patrimonialismo tenha sido cunhado ainda no século XIX, e pensado por historiadores brasileiros para explicar a formação do Brasil e do Estado brasileiro[228], ele nos interessa enquanto reminiscências de práticas que nos revelam indícios de nossa cultura política. Ao lançar luz desses conceitos, não estamos de forma alguma enxergando a "história imóvel, na qual nada muda e tudo é eterna repetição" [229]. Longe disso, por essa razão utilizamos a palavra "reminiscência", entendendo que tais justificativas nos fornecem fios e rastros[230] para compreendermos o presente através das experiências passadas.

Se levarmos em consideração que dos 511 parlamentares presentes, 136 justificaram seus votos pela família e parentes, esta amostra representa 26,6% dos pronunciamentos[231]. Nesse sentido, o que podemos depreender das justificativas em "nome da família" é que há uma certa confusão, fruto de nossa raiz patrimonialista, entre os interesses de bem comum e particular.

Lilia Moritz Schwarcz aponta que tais práticas evidenciam o que Sergio Buarque de Holanda chamou de cordialidade, qual seja, "a maneira como os brasileiros usam o

---

[226] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Editora Companhia das Letras, 2019, p. 66.
[227] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968, p.146.
[228] Para saber mais, ver em: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968 e FAORO, Raymundo. *Os donos do poder***.** Editora Globo, 1958.
[229] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In:___. (org.) Culturas políticas na história: novos estudos. *Argumentum*, 2009, p.33.
[230] Referência a GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
[231] PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. *Em nome do pai*: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018.

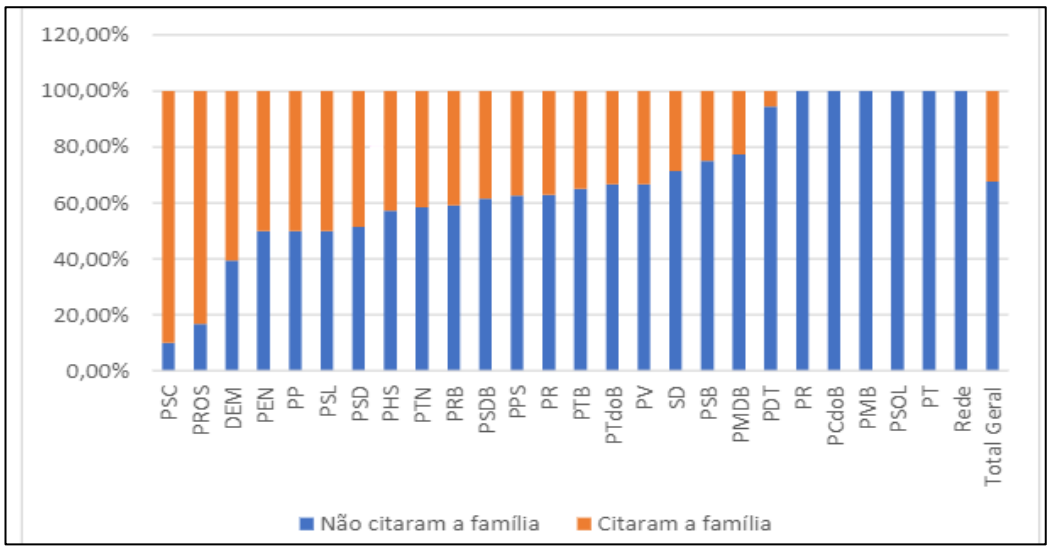
afeto em vez de se aplicarem do exercício da razão"[232]. Isso, por conseguinte, resulta na "frouxidão das instituições" [233]e empecilhos para o exercício da república e democracia[234].

Em um estudo semelhante, realizado pelo linguista brasileiro Frederico Rios Cury dos Santos, em 2020, revela que as a justificativas em alusão à família, foram mais expressivas entre parlamentares ligados a partidos políticos considerados de direita[235]. Se utilizando do linguista francês já aqui mencionado, Patrick Charadeau, Frederico dos Santos argumenta que "a matriz de direita tende, em sua lógica segundo a qual as desigualdades sociais são naturais, a defender o valor da família, porque, em sua ótica, o indivíduo é determinado pelo grupo que, por sua vez, depende da filiação. Isto implica a opinião comum de que as relações hierárquicas e patriarcais devem ser conservadas"[236]

A afirmação do autor mencionado elucida o gráfico abaixo, que demonstra que entre os partidos de matriz ideológica considerados de esquerda, quase não houve menções à família. Vale destacar também que estes partidos mantiveram-se contra, em sua grande maioria dos parlamentares, a abertura do processo de *impeachment* que destituiu a presidenta Dilma Rousseff.

Figura 33 - Menção à família por partido

[232] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Editora Companhia das Letras, 2019, p. 66.
[233] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Editora Companhia das Letras, 2019, p. 66.
[234] BOTELHO, André. Patrimonialismo brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. *Dicionário da República:* 51 textos críticos. Companhia das Letras, 2019.
[235] Rios, Frederico C. dos Santos. (2020). A relação entre o público e o privado no impeachment de Dilma Rousseff. *Cadernos De Linguagem E Sociedade*, *21*(1), p.07.
[236] Rios, Frederico C. dos Santos. (2020). A relação entre o público e o privado no impeachment de Dilma Rousseff. *Cadernos De Linguagem E Sociedade*, *21*(1), p.06.



Fonte: Frederico Rios Cury dos Santos (2020)

O linguista também expressa que, ao citar a família como justificativa para abertura da instauração do *impeachment,* os parlamentares "não necessariamente tomam uma atitude patrimonialista, mas sua fala pode ser reflexo de uma *doxa* que vê no espaço público a extensão de seus direitos particulares, ou então, em outros casos, de imposição de um modelo familiar tradicional a todos os integrantes da República"[237].

De modo completivo ao que foi referenciado acima, é importante mencionar que os "valores e tradições da família" já apareciam em cartazes desde, pelo menos, as manifestações de junho de 2013, como foi discutido anteriormente. Portanto, as justificativas dos deputados federais também expressam, em certa medida, aspirações de interesse familiar da sociedade civil, demonstrando que esses resquícios não dizem respeito somente aos discursos político-partidários.

Dito isso, continuemos nossas análises, agora com o jornal *Meio Norte* – que também dedicou as páginas do periódico à votação na Câmara Federal ocorrida no dia 17 de abril. Apesar de não dar um destaque amplo ao assunto já na capa, como fizera o jornal *O Dia*; o *Meio Norte* também trouxe uma quantidade significativa de matérias se comparada aos dias anteriores. Na capa (Figura 30), observamos que não há presença de imagens relacionadas a temática e tampouco a um destaque para a figura da presidenta Dilma Rousseff.

Figura 34 - Capa do jornal Meio Norte em 18 de abril de 2016

[237] Rios, Frederico C. dos Santos. (2020). A relação entre o público e o privado no impeachment de Dilma Rousseff. *Cadernos De Linguagem E Sociedade*, *21*(1), p.12.


Belos e famosos lotaram show na capital - Olé 12

367 VOTOS A FAVOR

Impeachment avança e Senado vai decidir

Câmara dos Deputados aprova autorização para que o Senado vote o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Rito entre os senadores deve ser iniciado já nesta segunda-feira. POLÍTICA 3 E NACIONAL 6

Bancada
Piauí dá 5 votos a favor e 5 contrários
POLÍTICA 3

Maranhão
Flávio Dino diz que luta prossegue no Brasil
POLÍTICA 3

Manifestações
Atos em Teresina e também em Brasília
POLÍTICA 4 E NACIONAL 6

Fonte: Jornal O Dia (Teresina, 18 de abril de 2016)

Esses aspectos podem parecer sutis. Contudo, a presença ou não de uma imagem, o destaque dado ao assunto, a organização e disposição de outras temáticas são carregadas de intencionalidade e não podem deixar de ser examinadas. Dessa forma, em todas as capas analisadas até o momento da presente pesquisa, percebemos que o jornal *O Dia* deu uma maior ênfase ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff se comparada a abordagem do jornal *Meio Norte*. Acrescenta-se a isso, a notória presença de falas do governador Wellington Dias e da Senadora Regina Sousa – ambos do PT – nas páginas do jornal *Meio Norte*.

Enquanto o jornal *O Dia* publicou matérias sobre as falas dos deputados estaduais piauienses João de Deus (PT-PI), Júlio Arcoverde (PP), João Mádison (PMDB-PI), Themístocles Filho (PMDB) e Robert Rios (PDT); o jornal *Meio Norte* optou por veicular reportagens sobre o posicionamento de Wellington Dias (PT-PI), Rejane Dias (PT-PI), Merlong Solano (PT-PI), Fábio Xavier (PR-PI). A pergunta que nos fica é, porquê? Uma vez que não basta "simplesmente apontar que a imprensa e as mídias 'têm uma opinião', mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos[238]". Dessa forma, apesar de não podemos afirmar com exatidão, entender o projeto editorial dos jornais a partir dos conteúdos, das seletividades,

[238] CRUZ, Heloísa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha (2009). Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 35*(2). Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221, p.258.

omissões e reiterações nos ajudam a lançar algumas possíveis explicações para o comportamento ora convergente e ora divergente entre os dois jornais. Assim, a partir dos sujeitos e temáticas que aparecem nos periódicos podemos depreender o movimento político e posicionamento dos jornais durante o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Roussef além de indicar "a costura de alinhamentos sociais e políticos, a negociação de pactos, indicam também como o periódico delimita o mundo e constitui e mobiliza para uma leitura de realidade[239]"

Além disso, é importante salientar que, de acordo com a bibliografia com a qual dialogamos e com as fontes que estamos a analisar, entendemos que a participação dos parlamentares foi crucial para a deposição da presidenta reeleita democraticamente em 2014. Dessa forma, o *impeachment* – apesar de previsto em nossa Constituição – foi utilizado como um instrumento jurídico para que fosse possível chegar ao golpe: a deposição da presidenta Dilma Rousseff. Uma vez que, não foram comprovados os crimes de responsabilidade pelos quais a presidenta havia sido acusada e nem mesmo foram essas as justificativas que os deputados apresentaram ao votarem a favor de sua deposição.

No próximo capítulo, aprofundaremos as discussões em torno da natureza do golpe por meio de um *impeachment* que levou ao afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff; além de discutirmos e compararmos como jornais *O Dia* e *Meio Norte* explanaram a votação de *impeachment* no Senado e analisar seus posicionamentos com relação ao afastamento definitivo da presidenta eleita e reeleita democraticamente. Correlativamente, tecemos como objetivo examinar as expectativas dos referidos periódicos para o Brasil após a saída de Dilma e o empossamento de Michel Temer.

[239] CRUZ, Heloísa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha (2009). Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, *35*(2). Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221, p.265.

CAPÍTULO III – GOLPE, *IMPEACHMENT* E SOLIDÃO: O AFASTAMENTO DEFINITIVO DE DILMA ROUSSEFF E UM OLHAR SOBRE A AMÉRICA LATINA

Apesar do nome sugerir, o presente capítulo não é uma discussão prolongada em torno da nomenclatura mais assertiva sobre o processo analisado: se *impeachment* ou golpe. Contudo, não podemos nos alienar de tal debate, já que ele é crucial para a compreensão do que ocorreu no Brasil em 2016 e para o reconhecimento das características que nos unem a outros países de nossa América Latina. Em extensão, como pesquisadora e professora, defendo a ideia de que é preciso nos apropriarmos do que sabemos sobre o presente e fazermos uso dessa compreensão para a pesquisa e ensino de uma História mais justa, mais humana e mais contemporânea aos nossos educandos.

Dessa forma, estaremos mais perto de "inventarmos", como nos provocou o escritor Gabriel Garcia Márquez, uma nova utopia, uma nova forma de vida "onde ninguém será capaz de decidir como os outros morrerão, onde o amor provará que a verdade e a felicidade serão possíveis, e onde as raças condenadas a cem anos de solidão terão, finalmente e para sempre, uma segunda oportunidade sobre a Terra".

Este capítulo é, portanto, uma **tentativa** de tanto analisar a abordagem dos jornais teresinenses sobre o ato final do golpe quanto de integrar a nossa experiência com a de outros países da América Latina, reconhecendo as singularidades de cada território. Consideramos tal decisão como um ato **político, presente e consciente da histórico** que nos une e nos diferencia enquanto sujeitos latino-americanos. A experiência brasileira não pode ser desvinculada do contexto em que está inserida, dos limites da democracia na América Latina. Sob esse prisma, ao mesmo tempo que desejamos fazer desta pesquisa uma forma de ampliar as discussões para além dos eixos Sul e Sudeste do Brasil, também é importante empreendermos esforços para compreender o golpe de 2016 e as experiências semelhantes ocorridas anteriormente na América Latina, pois, assim, teremos mais embasamento para o combate a essa forma de golpe que ameaça nossos territórios.

A escolha de trazer essa discussão no último capítulo também é uma tomada de decisão consciente. Esperamos que, ao chegar aqui, os leitores tenham repertório suficiente para compreender a nossa experiência democrática e reconhecer que ela não é um caso isolado, ao contrário; é compartilhada, por pelo menos, toda a América Latina. São os cem anos de solidão que nos unem. Uma história marcada por golpes, ditadores,

refúgios, violências, dor, coragem e inventividade para sempre pelo desejo de uma nova utopia.

3.2 “Toda atenção possível”, “quem tem a caneta, tem poder”: o afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff no *O Dia e Meio Norte*

Após a votação na Câmara Federal, o processo de deposição a presidenta Dilma Rousseff foi proposto para admissibilidade no Senado. De acordo com o rito de *impeachment*[240], a Sessão Extraordinária do Senado Federal foi marcada para o dia 25 de agosto de 2016 onde, na ocasião, o Senado Federal se reuniu como Órgão Judiciário para ler o processo que instaura a abertura do julgamento final de *impeachment* de Dilma.

Após a abertura, no dia 29 de agosto de 2016 a sessão foi reaberta para o prosseguimento do rito. Nessa etapa, todos os senadores participaram como juízes do processo. Em primeira instância, as testemunhas (de defesa e acusação) foram interrogadas tanto pela acusação e defesa como pelos senadores desejantes de formular questões a elas. Logo após as discussões, de acordo com o roteiro, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, apresentaria um relatório “resumido dos fundamentos da acusação e da defesa, bem como das respectivas provas procedendo-se, a seguir, a votação[241]”. Em seguida, como previsto no protocolo, após a arguição da defesa, da acusação e dos senadores juízes; a votação favorável ou não a deposição definitiva de Dilma Rousseff foi iniciada. Além dela, também foi votada a inabilidade da presidenta para o exercício de qualquer cargo público por oito anos.

É pertinente destacar que antes da abertura da votação, no roteiro de *impeachment* havia a seguinte orientação: “não caberá orientação de lideranças partidárias para instruir a votação, porquanto o voto de cada senador deverá exprimir a respectiva convicção de foro íntimo[242]”. Contudo, como estamos a discutir, o posicionamento dos parlamentares já havia sido decido antes mesmo da arrolação das testemunhas e provas.

---

[240] Documento disponível em: FEDERAL, Senado. Roteiro para sessão de julgamento. Senado Federal, 22 de agosto de 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff. Acessado em 7 de jan. de 2024.

[241] Documento disponível em: FEDERAL, Senado. Roteiro para sessão de julgamento. Senado Federal, 22 de agosto de 2016, p. 5. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff. Acessado em 7 de jan. de 2024.

[242] Documento disponível em: FEDERAL, Senado. Roteiro para sessão de julgamento. Senado Federal, 22 de agosto de 2016, p. 5. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff. Acesso em 7 de jan. de 2024.

Como sabemos, a presidenta Dilma Rousseff foi afastada definitivamente de seu cargo no dia 31 de agosto de 2016. Por 61 votos favoráveis à sua destituição e 20 contrários, o presidente interino Michel Temer deveria cumprir o mandato até o ano de 2018. Na trila desses acontecimentos, vale relembrar, a presidenta Dilma Rousseff não perdeu o seu direito político, uma vez que os senadores votaram pela manutenção deles.

Cientes desse contexto, convém analisarmos como os dois jornais – que são tanto objetos como fontes de pesquisa, abordaram esses trâmites que envolveram a sessão final de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Neste seguimento, comecemos pelo jornal *O Dia*.

No dia 1 de agosto de 2016, com o editorial "Placar: 20 contra 14", o jornal *O Dia* publicou um artigo em que comentava acerca das manifestações realizadas no país no dia anterior. Segundo o texto, era "pura perda de tempo" as manifestações que ocorriam contra e a favor da deposição da presidenta Dilma Rousseff, uma vez que nem a população e nem a "Justiça brasileira" poderiam definir "o futuro, o país ou quem fica ou quem sai, como está acostumado a fazer nas urnas a cada dois anos[243]".

De acordo com o editorial, a decisão (referindo-se a saída definitiva da presidenta Dilma Rousseff do cargo) é política assim como a crise no país:

> E será feita atendendo a critérios políticos. Acontece que tais critérios políticos não estão expressos em nenhum código, assim como estão os critérios legais – as leis de modo geral. Tais critérios não foram votados pelas casas legislativas, sancionados pelo presidente do país e publicados para em diário oficial para conhecimento de todos. Tais critérios sequer existem na realidade. Não passam de estratégias utilizadas no meio político para se manter no poder, uma mistura de 'salve-se quem puder' com quem 'quem tem a caneta tem o poder[244]'.

Diante das proposições elencadas pelo editorial, no que se refere ao fato de que a decisão final do processo de *impeachment* seria política, podemos inferir que o jornal, indiretamente, reconhece que a saída ou não da presidenta não obedece aos parâmetros estabelecidos pela Constituição, mas sim às articulações políticas.

Nesse quesito, convém ressaltarmos a riqueza que a pesquisa histórica, alinhada à investigação dos periódicos. Ela nos possibilita compreender as formas de significar o presente e o passado. Ou seja, naquele presente em que esse passado foi escrito, o jornal

---

[243] Placar: 20 contra 14. O Dia, 1 de agosto de 2016, p. 6.
[244] Placar: 20 contra 14. *O Dia*: Teresina, 1 de agosto de 2016, p. 6.

O Dia reconhece que o processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff não é legal, contudo, o faz sem alarde, apático. Assim, essas enunciações da imprensa escrita aparecem em letras vivas, dotadas de historicidade, já que elas traduzem as tramas históricas que as constituem.

Nesse mesmo dia, a charge que acompanha o editorial, trouxe o ex-presidente Lula correndo rumo ao Palácio do Planalto. Contudo, sua passagem é impedida pela construção de um muro/barragem da Lava Jato:

Figura 35 - Lula corre em direção ao Palácio do Planalto



Fonte: Jornal O Dia, 1 de agosto de 2016.

É propício destacar que, se comparado aos primeiros meses do ano (mais especificamente abril de 2016) observamos que o número de menções ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff diminuiu. Nos meses subsequentes a abril, o jornal dá espaço a um enredo que agitava a cidade e os seus arredores: as eleições municipais.

Sobre esse ponto, no dia 4 de agosto de 2016, na seção "*Roda Viva*", de forma bem tímida, o jornal traz um parágrafo com o título "Últimos acontecimentos não atrapalham imagem do partido no Piauí[245]". Para o jornal, apesar dos "problemas enfrentados pelo partido com envolvimento em corrupção e *impeachment* da presidente Dilma não tem refletido na popularidade da sigla no Piauí[246]". Essa interpretação partiu do fato de que o Partido dos Trabalhadores tinha chances de vencer, naquele ano,

[245] Martins, Mayara. Os últimos acontecimentos não atrapalham imagem do PT no Piauí. *O Dia*, Teresina,4 de agosto de 2016, p. 2.
[246] Martins, Mayara. Os últimos acontecimentos não atrapalham imagem do PT no Piauí. *O Dia*: Teresina, 4 de agosto de 2016, p. 2.

prefeituras das cidades mais importantes do Piauí, quais sejam: Parnaíba, Picos, Campo Maior, Altos, Pedro II, Esperantina e Corrente[247].

Além das eleições municipais que aconteceriam em outubro de 2016, os Jogos Olímpicos de Verão (Rio 2016) sediados no Brasil, ganharam espaços no jornal *O Dia*. Entre agosto e setembro, são inúmeras as matérias e manchetes sobre esses ocorridos. Em razão disso, o processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, ficou, por assim dizer; às margens do jornal.

Em agosto, os textos que ainda retratam sobre a deposição de Dilma no jornal *O Dia*, em sua maioria, foram escritos originalmente pelo grupo editorial do *UOL* e da *Folha de São Paulo*. Os únicos substratos da linha editorial do jornal *O Dia* que nos foi possível analisar, em maior quantidade, foram os comentários escritos por Arimatéia Azevedo no caderno "O Dia Política" ou da equipe do jornal, na seção "Roda Viva"[248]. Localizado, em sua maioria, na página 4, os parágrafos eram escritos e assinados diariamente pelo jornalista piauiense Arimatéia Azevedo. No geral, os textos escritos nesse caderno constituem-se apenas de um parágrafo em forma de comentário sobre algum tema em questão. Durante o mês de agosto, foi digno de nota as eleições municipais, os jogos olímpicos e o *impeachment* de Dilma Rousseff.

No que concerne ao *impeachment*, dois temas comentados pelo jornalista supracitado nos chamam a atenção. O primeiro deles é o rebate ao uso da palavra "golpe". Para Arimatéia, o PT, definido por ele como um dos partidos "nas mídias sociais e na militância mais graúda das grandes cidades e outro onde os interesses locais gritam mais alto"[249], apesar de gritar "Fora Temer" e "golpe" nos "rincões do Piauí e do Brasil[250]", diante das eleições municipais, essa gritaria é "substituída pela necessidade de vencer as eleições[251]". Diante disso, o jornalista questiona a que golpe – o PT – estaria se referindo quando o mesmo partido se alinha aos partidos "golpistas" ?[252]

Em outro aspecto, o parágrafo escrito pelo jornalista traz algumas discussões interessantes a níveis de política do Piauí. De acordo com Arimatéia Azevedo, na cidade de Picos e Parnaíba, o PT teria aceitado o apoio de partidos que compunham declaradamente a chapa de Temer:

---

[247] Martins, Mayara. Os últimos acontecimentos não atrapalham imagem do PT no Piauí. *O Dia*: Tersina, 4 de agosto de 2016, p. 2.
[248] Essa seção também está no caderno O Dia Política, página 2 do jornal O Dia em 2016.
[249] AZEVEDO, Arimatéia. Que Golpe? *O Dia*: Teresina, 8 de agosto de 2016, p.7.
[250] AZEVEDO, Arimatéia. Que Golpe? *O Dia*: Teresina, 8 de agosto de 2016, p.7.
[251] AZEVEDO, Arimatéia. Que Golpe? *O Dia*, Teresina, 8 de agosto de 2016, p.7.
[252] Escrito originalmente por Arimatéia Azevedo em aspas.

> Embora seja o cabeça de chapa em ambas, os petistas lideram alianças amplas incluindo partidos que, no Senado, na Câmara e nas redes sociais, a militância do partido não poupa de chamar de golpistas. **Em Picos, o caso é mais emblemático**. Lá, o PSDB e o PMDB enfeitam o palanque do padre prefeito Valmir Lima. Na convenção em que foi indicado à reeleição, Valmir estava cercado de próceres dos dois partidos que trafegam na contramão do PT quando a questão é o **afastamento definitivo liquido e certo de Dilma Rousseff**[253][254].

As colocações apresentadas pelo jornalista a respeito da palavra golpe, nos permitem inferir que ele tenta evidenciar aos seus leitores as contradições existentes quanto ao uso da nomenclatura para designar o processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff. Para mais, é possível notar que o autor do caderno deixa claro que existe uma certa distância entre o Partidos dos Trabalhadores e a militância a ele filiada. Isso porque, de acordo com o texto; o partido estaria mais articulado e interessado nas eleições locais (seja ao lado de quem fosse) e a militância estaria no lado oposto, reiterando o uso de "golpe" e "golpistas" para designar o processo e os apoiadores do *impeachment*.

É válido afirmar também que o autor reitera a força política do PT nas cidades do Piauí – apesar do "envolvimento em corrupção e *impeachment* da presidente Dilma[255]" – e explicita que o afastamento será definitivo e certo. Essa última colocação, nos leva ao segundo tema reiterado pelo jornalista: a certeza do afastamento de Dilma Rousseff.

Diante das circunstâncias, era quase improvável que a presidenta Dilma Rousseff e o PT conseguissem angariar votos a seu favor e, assim, escapar do afastamento definitivo do Poder Executivo. O fato de o jornal reiterar que isso era dado como certo não o faz agente exclusivo dessa colocação. Contudo, é importante ressaltar que o texto jornalístico é dotado de intencionalidades e carrega consigo marcas constitutivas do social; ou, como nos dizem as historiadores Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto, é uma linguagem constitutiva do social.

Dessa forma, essas colocações apresentam-se como essenciais para compreendermos o projeto editorial e o posicionamento político do periódico. Uma vez que, quando o jornal reconhece que os trâmites que envolvem o processo de *impeachment* são definidos por quem tem o poder, a caneta e é dotado de estratégias políticas, mas não

---

[253] Grifos nossos.
[254] AZEVEDO, Arimatéia. Que Golpe? *O Dia*, 8 de agosto de 2016, p.7.
[255] Martins, Mayara. Os últimos acontecimentos não atrapalham imagem do PT no Piauí. *O Dia*, 4 de agosto de 2016, p. 2.

considera relevante ou de bom tom chamar de golpe; ele nos revela um posicionamento político.

Sobre a explicitação acima, as historiadoras Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto explicam que para a compreensão do projeto editorial de um periódico há que se desenvolver uma "sensibilidade de leitura" verticalizando a análise e problematizando o "o movimento do jornal enquanto força ativa naquele campo de hegemonia e as articulações entre passado, presente e futuro que embasam sua perspectiva histórica[256]". Neste seguimento, a análise do que é dito e não dito nos jornais, nos revelam posicionamentos e articulações sociais em determinado tempo histórico.

Nesse sentido, é denotativo a frase que compõem o caderno "O Dia Política" no dia 7 de agosto de 2016. À margem esquerda inferior, na seção "Expressas", a respeito das manifestações contra o presidente interino Michel Temer durante os Jogos Olímpicos, o jornal pontua: "vaias ao presidente Temer animaram o **pessoal que fala de golpe[257]**. Mas vaia não muda o fato de que **ele será definitivo[258]**". Esse trecho nos permite afirmar que o jornal posiciona-se com ironia ao dizer "pessoal que fala de golpe" e reitera o afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff sem questionar os meios de como isso será feito. Na realidade, o jornal reconhece como será feito (por critérios políticos) mas considera que, diante das circunstâncias, "não se discute se é a melhor escolha, mas a mais justa[259]".

É interessante observar como a escrita, a escolha dos temas e a crítica a eles, são feitas de formas diferentes a depender de seus produtores. De um lado, temos o jornal *O Dia* que reconhece a ilegalidade do processo de *impeachment* contra Dilma, mas o considera o caminho "mais justo" diante do contexto. Do outro, o jornal *Meio Norte* que dedica a maior parte dos seus editoriais para criticar a apatia com que se assistia o processo final de *impeachment*.

Com o título "Em silêncio não", o editorial do dia 4 de agosto de 2016 faz uma crítica ao silêncio perante os últimos acontecimentos do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Para o jornal,

---

[256] CRUZ, Heloísa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha (2009). Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 35*(2), p. 264. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221.
[257] Grifos nossos.
[258] Grifos nossos.
[259] AZEVEDO, Arimatéia. Reta Final. *O Dia*: Teresina,11 de agosto de 2016, p.4.

> O silêncio alcançado nos últimos meses demonstra como estamos fracos na discussão política. A população de ambos os lados foi às ruas e o tom atual não segue a mesma linha. Parece que os sentidos ideológicos se deram por satisfeitos com o **momento obscuro e de poucas soluções**. Os senadores **discutem o texto que pede o julgamento da presidenta Dilma**[260], mas quase não tocamos no assunto, enquanto isso todos sabem que o Brasil estreou contra a China[261].

É profícuo acentuar que o trecho apresentado acima sugere que o momento vivenciado tem provocado poucos debates entre a sociedade civil. Em progressão, o periódico adjetiva os últimos acontecimentos como "obscuros" e de "poucas soluções". Nesse sentido, é possível perceber uma divergência em relação a abordagem do jornal *O Dia*, uma vez que o *Meio Norte* provoca uma reflexão a seus leitores com relação a admissibilidade do processo de *impeachment* no Senado. Além disso, é possível identificarmos um convite a atenção e "não ao silêncio" no texto escrito pelo grupo editorial:

> Eles estão de olhos bem abertos em todo o processo político, **quanto a nós, cidadãos, cabe a responsabilidade de estar atento ao que vai sendo decidido nas mesas deliberativas**. **Exigir atuação íntegra dos nossos legisladores é o mínimo que podemos fazer**[262] nesses momentos de ambiguidade[263].

Em outro editorial, no dia 13 de agosto de 2016, o periódico continua a qualificar o período como obscuro. Com o título "A fase final", o jornal pontua:

> Diante desse cenário de jogos – políticos e olímpicos - o futuro é um caminho quase certo, porém **com pouca claridade**. A **obscuridade** do momento e as seguidas decisões parciais evidenciam **um momento histórico conturbado na política** e com um **olor de passado muito forte**. Assim, seguiremos os dias para observar qual será o resultado final sempre com **aquela expectativa pelo melhor**[264][265].

Como podemos depreender a partir do trecho, o jornal ainda ressalta que o momento "histórico conturbado" tem um cheiro muito forte de passado. A que passado ele se refere? Embora o periódico não explicite mais discussões a respeito do momento

---

[260] Grifos nossos.
[261] Em silêncio não. *Meio Norte*: Teresina, 4 de agosto de 2016, p.2.
[262] Grifos nossos.
[263] Em silêncio não. *Meio Norte*: Teresina, 4 de agosto de 2016, p.2.
[264] Grifos nossos.
[265] A fase final. *Meio Norte*: Teresina, 13 de agosto de 2016, p.2.

anterior ao qual ele referência, observamos que há insistência em um tema por parte do grupo editorial; qual seja: a postura apática com que os brasileiros assistem os "maiores imbróglios políticos do país[266]". De acordo com o *Meio Norte*, sobre esses momentos de decisões políticas, "raramente a população toma uma atitude mais robusta. Em geral, a apatia é o caminho mais certo[267]".

Outros dois editorais nos ajudam a corroborar com a interpretação de que o jornal parece tentar despertar nos seus leitores uma consciência para o momento do julgamento final de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O primeiro deles data do dia 29 de agosto de 2016. Um dia sugestivo, já que foi no dia 29 que os senadores tiveram a oportunidade de ouvir as testemunhas da defesa e acusação para que, a partir das arguições e provas, pudessem iniciar a votação final.

Com o título "O dia do juízo final", o editorial aponta que o dia é um momento muito esperado por uns e temido por outros. Para o periódico,

> O que **mais assusta** nisso tudo é a **postura silenciada[268]** de uma parcela da população que se enoja com o resultado que deve chegar. Não há sequer os mais apaixonados nas ruas, o clima, parece, é de completa descrença. (...)
> O tema não é apenas político, mas reflete uma ordenação de discursos que sempre tivemos entre as elites políticas e o povo, o eleitorado. Diante de uma situação de impeachment, há quem esteja muito mais preocupado com o Brasileirão nessa rodada, do que necessariamente quem governará o país na terça-feira. Aliás, como será?[269].

No texto "*Toda a atenção possível*", do último dia de julgamento da presidenta Dilma Rousseff no Senado (31 de agosto), o jornal, mais uma vez, mantém o posicionamento crítico a apatia social:

> não importa que lado você escolheu, tampouco as convicções ideológicas que elegeu. Isso não tem nada a ver com a postura política que você deve adotar diante de momentos históricos do país. O processo não é simples, não é rotineiro e na verdade passa bem longe disso, o que vemos é um processo anômico que precisa ser encarado dessa forma. **Apatia não é o caminho mais correto em horas assim[270][271]**.

---

[266] A fase final. *Meio Norte*: Teresina, 13 de agosto de 2016, p.2.
[267] A fase final. *Meio Norte*: Teresina, 13 de agosto de 2016, p.2.
[268] Grifos nossos.
[269] O juízo final. *Meio Norte*: Teresina, 29 de agosto de 2016, p.2.
[270] Grifos nossos.
[271] Toda a atenção possível. *Meio Norte*: Teresina, 31 de agosto de 2016.

Em outros parágrafos do mesmo texto, o jornal continua a reiterar a crítica a forma como as pessoas assistem os últimos acontecimentos políticos. Além disso, insinua que, por essa apatia, Eduardo Cunha – que estava sendo investigado por corrupção – sairia ileso do processo:

> Quando olhamos o modo apático como se configura a maior parte do povo brasileiro, entendemos muita coisa sobre porque as leis e determinações não são cumpridas nessa nação. O coletivo (consciência coletiva) não se importa se o futuro do país tá sendo determinado por uma lista de menos de 100 pessoas muito mais interessante observar as colunas de fofoca e fica rindo dos mais absurdos comentários compartilhados. Afinal, o mundo anda chato demais.
> A lógica que se constrói é exatamente essa, da ignorância da maioria vai ignorando tudo que é construído, fechando olhos para as escolhas mais absurdas que são feitas por nosso eleitorado, todas elas. Vejamos, não vai acontecer nada com o deputado Eduardo Cunha. A perversidade de sentimento de apatia todos são afetados por essa onda "eu estou nem aí", onde muitos pensam que não dependem do poder público para nada. Outra falácia construída ao longo da história[272].

Como podemos perceber, o jornal *Meio Norte* insisti na postura silenciada/apática por parte da sociedade diante do rito final de *impeachment*. Nesse sentido, podemos apontar uma clivagem entre a abordagem do referido periódico e do jornal *O Dia*. Neste não encontramos nenhuma publicação com esse tom; ao contrário, o jornal versa sobre a certeza do afastamento definitivo de Dilma sem reflexão sobre o contexto ou participação civil.

Além desses apontamentos, vale ressaltar que não encontramos, no jornal *Meio Norte*, discussões acerca da palavra golpe; como faz o jornal *O Dia*. A única frase que se aproxima dessa discussão é quando o jornal, no texto editorial do dia 29 de agosto, expõe a seguinte frase: "É sabido que essa segunda-feira será histórica para a política nacional e põe em xeque todo o processo democrático[273]".

Na esteira do que foi analisado, é possível afirmar que, em relação aos textos editoriais, é notório que o jornal *Meio Norte* dedicou mais artigos ao período analisado do que o jornal *O Dia*. Uma possível explicação para isso seria o fato de que para o *Meio Norte*, ainda seria possível mudar o seguimento do desfecho ou, a forma como as pessoas o enxergava. Para *O Dia*, entretanto, o afastamento definitivo de Dilma era um fato consumado – independente da mobilização social.

---

[272] Toda a atenção possível. *Meio Norte*: Teresina, 31 de agosto de 2016.
[273] O juízo final. *Meio Norte*: Teresina, 29 de agosto de 2016, p.2.

Além dessa explicação, existe uma outra interpretação possibilitada a partir das fontes analisadas; qual seja: a seleção dos temas a serem destacados pelo periódico. Como discutimos acima, o jornal *O Dia* escreveu menos editoriais sobre o rito final de *impeachment*. Assim, percebemos que os Jogos Olímpicos foram não só destaques no periódico como "temática motivadora" para o pensamento positivo, apesar do clima "hostil" em que se encontrava o país. Esta constatação pode ser verificada no editorial do dia 5 de agosto de 2016:

> **Em meio a um turbilhão de problemas**, o Brasil **abre oficialmente hoje (05) os Jogos Olímpicos Rio 2016**. Mais de 11 mil atletas de diversas nacionalidades estarão no Rio de Janeiro tentando transformar anos e, até décadas de treinamento e dedicação a um esporte, em uma medalha olímpica. **Fora dos espaços** onde serão realizadas as competições **o clima é extremamente hostil[274].**
> Não temos certeza se após os jogos olímpicos manteremos nossos empregos, não temos certeza se o salário a ser recebido na primeira semana de setembro será capaz de comprar os mesmos produtos com o que recebemos essa semana. Não guardamos certezas, somente dúvidas.
> **Durante esse mês** vamos passando apoiados **pela aura positiva dos jogos olímpicos**. **Em setembro**, **buscaremos outra motivação** para manter o **pensamento positivo** ou para **sustentar esperanças em dias melhores[275]**. Assim como buscaremos outra temática para exorcizar, ou quem sabe ressuscitamos uma antiga[276].

Esse trecho é denotativo do posicionamento do jornal acerca do julgamento final de *impeachment* e do quanto os Jogos Olímpicos são mais importantes. Neste fragmento, também é possível verificarmos, através da leitura, que o periódico expõe os problemas que o Brasil estava a enfrentar, mas em nenhuma frase coloca o processo de deposição de Dilma como um deles.

A indiferença ao rito final de deposição também pode ser constatada na forma como o jornal escreve sobre o aproveitamento dos Jogos Olímpicos para a manutenção do pensamento positivo. Ademais, o periódico sugere que, em setembro, deveríamos buscar "um novo milagre[277]" (título do texto editorial) para sustentar a esperanças em dias melhores.

No jornal *Meio Norte*, as Olímpiadas e as eleições municipais também se fizeram presentes, sendo dignas de manchetes e textos editoriais. Entretanto, observamos que no

---

[274] Grifos nossos.
[275] Grifos nossos.
[276] MAGALHÃES, Adriana. O brasileiro espera um novo milagre. *O Dia*: Teresina, 5 de agosto de 2016.
[277] MAGALHÃES, Adriana. O brasileiro espera um novo milagre. O Dia: Teresina, 5 de agosto de 2016.

referido periódico, as aparições da temática dos Jogos Olímpicos vinham acompanhadas das críticas à apatia quanto ao processo final de *impeachment*. Na realidade, as olímpiadas – apesar de se reconhecer a sua grandeza – é apontada como desvio de foco do processo político que o país estava passando:

> E a maior parte dos brasileiros está entretida com as competições dos Jogos Olímpicos e sequer está preocupada ou atenta para os direcionamentos político que o país está recebendo de seus legisladores[278].

Em outro texto editorial, o jornal aponta:

> Aproveitando a midiatização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos que acontecem no país é possível que os trâmites que decidem o futuro da presidência da República sejam feitos da maneira mais apressada possível para aproveitar o desvio de atenção. Se isso acontecer, é mais uma das grandes decisões do futuro do país feita de modo a não gerar debate público. Evita-se o embate direto[279].
> Não estamos questionando a relevância e o momento histórico ocasionado pelos Jogos, acontece que não podemos direcionar exclusivamente as atenções e esquecer as demandas nos outros setores. Enquanto desviamos os olhares, Cunha vai ao Supremo Tribunal Federal para tentar suspender o processo de cassação. Ele não perde tempo e está de olho nos trâmites para conseguir livrar-se das perdas dos direitos políticos[280].

É fundamental apontar essas interseções e disparidades para a compreensão da abordagem dos dois jornais quando o nosso objetivo é entender as possíveis razões para cada um dos posicionamentos e características do projeto editorial. Além disso, é importante ressaltar que tal ação metodológica comparativa é acompanhada do esforço de fazer análises de conteúdo que, de acordo com a definição de Laurence Bardin, diz respeito ao conjunto de técnicas para analisar o que é dito ou escrito. No caso da presente pesquisa, utilizamos, para obtenção de possíveis resultados; a análise de categorias analíticas/unidades de codificação a fim de chegarmos à inferência (o não dito) acerca das condições de produção. Tais condições de produção têm sido apontadas atreladas a seu contexto histórico e político.

Em outras palavras, todas as análises versadas acima foram feitas a partir da dedução de significados dentro de um contexto histórico e político. Nesse sentido, a

---

[278] Fase final. *Meio Norte*: Teresina, 13 de agosto de 2016, p.2.
[279] Em silêncio não. *Meio Norte*: Teresina, 4 de agosto de 2016, p.2.
[280] Em silêncio não. *Meio Norte*: Teresina, 4 de agosto de 2016, p.2.

análise de conteúdo é um conceito/metodologia essencial para a pesquisa, uma vez que ela nos permite desconfiar das evidências e estar vigilante à leitura rápida e "sempre sedutora[281]".

Dessa forma, a partir desse método de pesquisa, podemos apontar que os jornais piauienses *O Dia* e *Meio Norte* – apesar de manterem algumas semelhanças com relação aos temas abordados – possuem formas de tratamento diferentes no que se refere ao rito final de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Nesse seguimento, nosso esforço no próximo tópico será o de apresentar possíveis alinhamentos e explicações políticas sobre cada uma das abordagens. De igual modo, a omissão e reiteração de alguns personagens locais merecem nossa atenção.

3.2 Mercado da notícia: notas sobre a imprensa e política do Piauí

De acordo com o linguista João Bemvindo, atualmente, no Piauí, três jornais disputam o "mercado da notícia", quais sejam: *O Dia*, *Meio Norte* e *Diário do Povo*. Diante das dificuldades já explicitadas anteriormente, tais como a pouca quantidade de assinaturas, de leitores e de anunciantes; os jornais do Piauí tendem a vincular-se ao poder público para garantirem a sua sobrevivência. Nesse sentido, o pesquisador supracitado aponta que os jornais tendem a adotar um "patrocinador" que "passa a ser também o destinatário dos discursos proferidos, numa espécie de sintonia política e ideológica[282]".

Essa constatação é importante para a compreensão da própria constituição do fazer jornalístico. Desde o seu surgimento, o jornal no Brasil, é o veículo porta voz dos embates políticos e suas páginas são dotadas de tais posicionamentos. Nesse sentido, é importante salientar mais algumas características dos jornais *O Dia* e *Meio Norte*.

A primeira delas é que, em 2016, o jornal *Meio Norte* foi o periódico mais alinhado ao então governador do Piauí (Wellington Dias) e consequentemente, ao Partido dos Trabalhadores (PT). Essa afirmação parte, em primeira instância, do contato com a pesquisa realizada pelo intelectual João Bemvindo, quando ele analisou os discursos editoriais do periódico em sua tese de doutorado defendida em 2012. Na realidade, de acordo com Bemvindo, desde 2002, o *Meio Norte* manteve-se aliado ao governo então vigente, independente de quem estivesse ocupando o cargo. O intelectual expressa, ainda,

[281] BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70. Lisboa. Portugal, 2020, p.30
[282] MOURA, Joao Benvindo de. Análise discursiva de editoriais do jornal Meio Norte, do estado do Piauí: a construção de imagens e as emoções suscitáveis através da argumentação. 2012, p134.

que a partir de junho de 2009, às terças-feiras, o jornal criou uma coluna chamada "Coluna do Presidente" que era um espaço onde o presidente Lula respondia perguntas de cidadãos comuns.

A coluna foi mantida também durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. Com o título "Conversando com a presidenta", semanalmente a Dilma comentava acerca de perguntas elencadas pela sociedade civil[283]. No período proposto pela pesquisa (2015 – 2016) não identificamos a coluna no jornal, o que nos possibilita afirmar que a essa altura ela já havia sido extinta – talvez, até mesmo pelo processo de *impeachment*. Ainda assim, nosso argumento central é de que o jornal *Meio Norte* continuou a achar mais vantajoso (ou a simpatizar) com o Partido dos Trabalhadores (PT). Isso porque a forma de abordagem do processo de *impeachment* analisada ao longo da pesquisa nos apontou que o periódico, se comparado ao jornal *O Dia*, apresentou mais personagens e temas que versassem sobre o governo do PT. Verificarmos, nesse percurso, uma mudança de abordagem entre o início do processo de *impeachment* e o fim.

Quando o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi aceito, o jornal *Meio Norte* aborda os acontecimentos de forma mais tímida e ressalta eventos favoráveis ao governo do PT. Foi possível perceber, também, que à medida que o processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff se aproximava da fase final, o periódico abordou a temática de forma mais incisiva e combativa a apatia social.

Ademais, há uma outra característica que nos ajuda a corroborar o argumento central, qual seja, o aparecimento de mais discursos da então senadora piauiense Regina Sousa (PT). Desde os primeiros meses de análise, a reiteração das falas da senadora nos chama atenção. Isso porque, no jornal *O Dia*, são poucas as menções ao posicionamento da parlamentar durante o processo de *impeachment*.

No *Meio Norte*, seus discursos aparecem em várias matérias. Como, por exemplo, no texto "'*há um despertar de consciência', diz Regina*[284]" publicado no caderno "Política&Justiça" no dia 3 de abril de 2016 em que a senadora comenta acerca das manifestações ocorridas no Brasil contra o processo de *impeachment* de Dilma. Deve-se ressaltar ainda que o texto que trata sobre o comentário da parlamentar está inserido e uma matéria que ocupa toda a folha do caderno supracitado. De acordo com o texto "*Lula*

[283] https://www.meionorte.com/noticias/dilma-rousseff-estreia-hoje-coluna-no-jornal-meio-norte-122748. COLOCAR REFERÊNCIAS CORRETA.
[284] Ver em: RIBEIRO, EFRÉM. Lula virá ao Piauí para ato contra impeachment. *Meio Norte*: Teresina, 3 de abril de 2016, p.3.

virá ao Piauí para ato contra o impeachment" escrito pelo jornalista Efrém Ribeiro, o governador do Piauí teria anunciado que o ex-presidente Lula viria ao estado para participar de um ato contra *impeachment* na cidade de Teresina.

Com o objetivo de tentar comparar como essa notícia foi abordada no jornal *O Dia*, buscamos no periódico alguma matéria que versasse sobre a temática. Entretanto, constatamos que *O Dia* optou por não destacar a vinda do ex-presidente em suas páginas, mas ressaltou que o Lula era o político mais citado na delação de Delcídio do Amaral. Na matéria "Procuradoria Geral deve incluir Lula no principal inquérito da Lava-Jato no STF", o periódico replicou o texto escrito originalmente pelo jornal *O Globo* em que apontava Lula como o principal investigado pela Operação Lava-Jato:

> A Procuradoria-Geral da República (PGR) deve pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja investigado no principal procedimento da Operação Lava-Jato na Corte, o inquérito-mãe que apura crime de formação de quadrilha no esquema de desvios de recursos na Petrobras[285].

Em outro trecho, *O Globo* ressalta que o ex-presidente tem, ao todo, oito acusações. O periódico acrescente, apresentando alguns trechos do depoimento de Delcídio do Amaral:

> O ex-presidente é o político mais citado na delação de Delcídio: são, ao todo, oito acusações ao petista.
> Nos depoimentos da delação, Delcídio chegou a afirmar que o ex presidente foi um "grande 'sponsor' (patrocinador) dos negócios do BTG", como consta no termo de colaboração número 16. **A narrativa mais detalhada diz respeito à tentativa de se evitar a delação do ex diretor da Petrobras Nestor Cerveró. O ex líder do governo ficou preso preventivamente por tentar interferir na colaboração de Cerveró, com proposta de ajuda financeira e até mesmo um plano de fuga para o ex-diretor. Segundo Delcídio, partiu de Lula um pedido que intercedesse por José Carlos Bumlai, lobista e amigo do ex presidente[286]**.

O trecho grifado é denotativo do posicionamento político que o grupo *O Globo* assume em relação aos eventos políticos que envolviam o PT em 2016. O documentário "Brasil: um grande salto para trás" (Brésil: Le Grand Bond em Arriére) dirigido por

[285] Procuradoria Geral deve incluir Lula no principal inquérito da Lava-Jato no STF. *O Dia*: Teresina, 3 de abril de 2016, p.4.
[286] Procuradoria Geral deve incluir Lula no principal inquérito da Lava-Jato no STF. *O Dia*: Teresina, 3 de abril de 2016, p.4.

Frédérique Zingaro e Mathilde Bonnassieux em 2016, aponta como a mídia influenciou na consolidação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no Brasil e o quanto o grupo da Globo - que tem um alto alcance de leitores e telespectadores, se empenhou em derrubar a presidenta Dilma e em colocar o Lula na prisão:

> A atitude que Globo representa é óbvio. O grupo de mídia quer derrubar a presidenta e pôr o Lula atrás das grades. Ou seja, criar condições para que ele, em 2018, não possa competir novamente. Por exemplo, quando Lula foi preso e levado para a polícia federal sob coerção, a Globo trouxe uma edição especial, que foi muito mais longa do que o habitual. Um especial extra longo. Ou quando Moro, juiz da investigação, fez publicações vazando as gravações das conversas de Dilma e Lula, houve também um programa especial. No entanto, quando apareceu uma lista de políticos que foram pagos por empresas significativas, como pela construtora gigante Odebrecht; a Globo disse que não lia os nomes porque nas notícias não havia nome para isso[287].

Dessa forma, o jornal *O Dia* também assume tal posicionamento quando veicula uma matéria que versa sobre o envolvimento do presidente Lula em esquemas de corrupção em detrimento de noticiar sobre a vinda do ex-presidente ao Piauí. Em continuidade, é relevante ressaltarmos que, o depoimento de Delcídio não foi em nenhum momento contestado pelo jornal *O Globo* ou pelo *O Dia,* ele é, por si só, a única fonte confirmatória da participação de Lula nas investigações da Operação Lava Jato. No entanto, ao realizarmos uma confrontação com o discurso dos referidos jornais, verificamos que o presidente foi inocentado dessas acusações, uma vez que não foi comprovado que ele teria comprado o silêncio de Cerveró[288].

Além da presença de discurso da senadora Regina Sousa, no jornal *Meio Norte* são comuns matérias a respeito do pronunciamento do então governador do Maranhão, Flávio Dino, sobre o processo de *impeachment*. No mesmo dia das matérias analisadas acima, o jornalista Efrém Ribeiro escreveu sobre uma entrevista realizada pelo jornal *Meio Norte* com o Flávio Dino. Com o título "Há uma consciência democrática que

---

[287] BRÉSIL: LE GRAND BOND ARRIÈRE. Direção: Frédérique Zingaro e Mathilde Bonnassieux. França, 2017. Disponível em: https://youtu.be/XDZ5UtlsqdA?si=eHAZVOCGg93upuzj. Acesso em 10 de jan. de 2024.

[288] A confrontação e verificação foi feita a partir da análise das seguintes fontes: VENAGLIA, Guilherme. Lula pede que seja absolvido em ação sobre suborno a Cerveró. Veja, 7 de nov. de 2017. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/lula-pede-para-ser-absolvido-em-acao-sobre-suborno-a-cervero; Em depoimento a PGR, Lula desmentiu Delcídio. Brasil 247, 1 de agosto de 2016. Disponível em: https://www.brasil247.com/brasil/em-depoimento-a-pgr-lula-desmentiu-delcidio; Delcídio é condenado a indenizar Lula por acusações falsas na Lava Jato. Carta Capital, 2 de out de 2023. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/delcidio-e-condenado-a-indenizar-lula-por-acusacoes-falsas-na-lava-jato. Matérias acessadas em 10 de jan. de 2024.

impedirá o golpe", o jornalista expõe que o governador do Maranhão disse que há, no Brasil, uma consciência democrática em curso que impedirá o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT):

> O governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B) disse, em entrevista ao Jornal Meio Norte, que há no Brasil uma consciência democrática de respeito à Constituição que impede o golpe contra o mandato da presidente Dilma Rousseff (PT). Ele falou que como a presidente não cometeu crime de responsabilidade não há crime para justificar o impeachment[289].

Parece-nos possível afirmar que além da seleção de temas e personagens mais favoráveis ao governo, o jornal *Meio Norte* aparenta ter menos resistência e antipatia a palavra golpe para se referir ao processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff, já que ele não a utiliza entre aspas – apesar de ter sido dita por Flávio Dino e nem contradiz o uso da palavra. Todavia, como é possível perceber no trecho destacado, o periódico não faz considerações mais pessoais sobre o termo. De todo, a partir das análises e exemplos, podemos depreender que – se comparado ao jornal *O Dia*, o *Meio Norte* mostra-se mais alinhado ao governo do estado do Piauí. Entretanto, essa postura é sempre dosada e somente a partir da junção dos vários elementos é que conseguimos perceber esse sutil alinhamento.

Com relação ao jornal *O Dia*, não conseguimos encontrar nenhuma pesquisa que investigasse as relações políticas, mais recentes (próximas ao nosso recorte temporal) entre o periódico e um grupo político mais específico. Entretanto, de acordo com as fontes analisadas e comparadas com o jornal *Meio Norte*, podemos afirmar que o grupo *O Dia* se distancia do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) apesar de elencar alguns comentários elogiosos ao governador Wellington Dias em algumas de suas matérias[290].

Nas seções seguintes, discorreremos sobre a abordagem dos dois jornais com relação ao afastamento definitivo de Dilma Rousseff.

3.3 É melhor 'Temer' o futuro que afundá-lo 'Dilma' vez: notas depois do fim nos jornais *O Dia* e *Meio Norte*

[289] RIBEIRO, Efrém. "Há uma consciência democrática que impedirá o golpe". *Meio Norte*: Teresina, 3 de abril de 2016, p.4.

[290] Ver comentários escritos nos seguintes textos: Governador anuncia meta de finalizar 2016 sem redução de empregos. O Dia: Teresina, 3 de agosto de 2016 e AZEVEDO, Arimatéia. Benza Deus! O Dia: Teresina, 6 de dezembro de 2015, p.4.

No dia 1 de setembro de 2016, quinta-feira, um dia após o julgamento final da presidenta Dilma Rousseff, o jornal *O Dia* pôs em circulação uma edição que trazia, já na capa, a notícia de que a presidenta fora afastada em definitivo do cargo que dois anos antes havia sido eleita:

Figura 36 - Manchete do dia 1 de setembro de 2016



Fonte: Jornal O Dia

Em tons de contraste, preto e branco, o jornal fez um jogo com números. Acima, a parte branca, clara, com o número 31 – que simboliza o dia do afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff do Poder Executivo. Abaixo, a parte preta, obscura, com o número "31" de cabeça para baixo que mais parece nos indicar o número 13, o número do Partido dos Trabalhadores (PT). Bem ao centro, em letras miúdas, o jornal se posiciona:

> Treze anos depois de ascender ao maior cargo político do país, o Senado Federal decidiu pelo afastamento definitivo da presidenta Dilma Roussef, abreviando a gestão petista iniciada em 2003 pelo ex-presidente Lula. Neste 31 de agosto de 2016, às 13 horas, logo após um longo processo de impeachment no Congresso Nacional, o Partido dos Trabalhadores – representados pela Justiça Eleitoral pelo número 13 – enfrenta um momento no mínimo desafiador. Agora, Michel Temer

> (PMDB) deixa a interinidade e passa a responder pelo comando da Nação até 2018, quando os brasileiros terão uma nova oportunidade de escolher do presidente do Brasil[291].

Nas páginas seguintes, o afastamento definitivo de Dilma Rousseff continuou sendo digno de notas no periódico. Na coluna escrita por Arimatéia Azevedo, intitulada "precedente perigoso", o jornalista retoma os resultados da votação no Senado e acrescenta uma crítica à manutenção dos direitos políticos da presidenta. Para o jornalista, essa decisão do Senado, era "uma porta suficientemente larga para blindar os políticos em suas próprias condições de acusados, em vários processos[292]" e a presidenta Dilma teria conseguido tal desfecho porque encontrou apoios em "cacifes políticos, comandados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e respaldo jurídico na postura do presidente do STF, o ministro Lewandowski, que admitiu a votação em separado[293]".

É interessante perceber que o jornalista adquire uma postura combativa ao fato de a presidenta Dilma ainda poder ocupar cargos públicos. Nesse contexto, Arimatéia chega, inclusive, a questionar a legalidade de tal resultado e diz que o STF (Supremo Tribunal Federal) terá que tomar, ainda, uma decisão sobre o assunto. Vale ressaltar que tal postura não se aplicou ao processo de deposição da presidenta, mesmo quando houve provas e consenso de que os arranjos políticos se sobreporam aos supostos crimes de responsabilidade. Vejamos as colocações na íntegra:

> Consultados, especialistas mostram que o texto da Constituição Federal de 1988 diz, expressamente, que, existindo a perda do cargo, também se dá a inabilitação para a função pública, mas a questão é controversa, o que ensejará a necessidade de uma decisão da Suprema Corte sobre o assunto, ou seja, STF definirá se as penas são autônomas e independentes, ou são acessórias[294].

No final do texto, Arimatéia expressa que sua preocupação também se estende ao fato de que Eduardo Cunha, se condenado, poderia utilizar-se da mesma regra e voltar ao cenário político mesmo após a sua cassação. Entretanto, questionamo-nos a respeito dessa real preocupação, uma vez que trata-se de um contexto jurídico distinto. De todo modo, o que o jornalista parece mesmo repudiar é um possível acordo entre Dilma e os seus

[291] Trecho contido na manchete do jornal O Dia: Teresina, 01 de setembro de 2016.
[292] AZEVEDO, Arimatéia. Precedente perigoso. *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.4.
[293] AZEVEDO, Arimatéia. Precedente perigoso. *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.4.
[294] AZEVEDO, Arimatéia. Precedente perigoso. *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.4.

acusados. Para ele, a preservação dos direitos da presidenta representava um acordo "ou acerto entre os acusados[295]".

A destituição final da presidenta Dilma Rousseff deu o que falar nesse dia. Em outras partes da mesma página, o periódico discorreu sobre o episódio e apontou que a frase do dia, nas redes sociais, era: "É melhor 'Temer' o futuro que afundá-lo 'Dilma' vez[296]". Sem nenhum comentário acerca da frase, o jornal a solta com o título "A frase", o que nos leva a inferir que ele concorda com o que circulava nas redes sociais. Na sequência, versa sobre a posição dos parlamentares piauienses no Senado.

De forma breve, com o título "prego e prego", apresenta que Ciro Nogueira (PP) votou pelo afastamento definitivo de Dilma Rousseff e contra a manutenção de seus direitos políticos[297]. Logo abaixo, expressa que Elmano Férrer (PTB) votou contra o afastamento da presidenta e "seguiu com os dilmistas para que fosse dado refresco dado a ex-mandatária um refresco de manter os direitos políticos. Foi voto lacrado igual ao de Regina Sousa (PT)[298]". O segundo trecho foi intitulado de "Prego e ferradura[299]".

Como se pode observar, existe uma diferenciação entre a colocação dos dois comentários. De um lado, apenas a exposição crua e seca do posicionamento do senador Ciro Nogueira – declaradamente a favor da destituição de Dilma. Do outro, comentário sarcástico e pessoal acerca dos senadores Emano Férrer e Regina Sousa, contrários ao *impeachment*. Essa postura, somada a outros comportamentos do veículo de comunicação nos levam a depreender qual dos dois lados o periódico mais simpatizava.

Outro dado interessante diz respeito ao local onde esses comentários aparecem. Uma vez que, embora não seja assinado por alguém em específico, pela sua posição (na coluna escrita por Arimatéia Azevedo) nos levam a inferir que ele foi escrito pelo jornalista piauiense. Até mesmo pelo tom da escrita, os trocadilhos e a postura incisiva ao PT; nos levam a crer que tais comentários foram expressos por Arimatéia.

Além dos comentários sobre o afastamento definitivo de Dilma, na página supracitada há um comentário, mais uma vez, a respeito da palavra "golpe". Com o título "Golpe?", o autor pondera:

---

[295] AZEVEDO, Arimatéia. Precedente perigoso. *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.4.
[296] AZEVEDO, Arimatéia. A frase. *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.4.
[297] AZEVEDO, Arimatéia. Prego e prego. *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.4.
[298] AZEVEDO, Arimatéia. Prego e ferradura. *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.4.
[299] AZEVEDO, Arimatéia. Prego e ferradura. *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.4.

> O insistente discurso sobre um golpe parlamentar foi encerrado ontem quando o PT pediu e conseguiu separar a votação do impeachment de Dilma Rousseff. Ao salvar os direitos políticos da companheira, o PT enterrou a ideia de que ela foi vítima de golpe. O que se viu ali foi um compadrio[300].

Nota-se que além de criticar o uso da palavra golpe, o autor insiste na teoria de que o fato de Dilma não ter perdido seus direitos políticos dá indícios de que houve um acordo, um compadrio. Todavia, se a ampla maioria votou a favor da deposição da presidenta, quem seriam seus "compadres"? Que benefícios estes teriam quando a presidenta já não ocupava nenhum cargo no poder? São questões levantadas diante das especulações do escritor, mais em que nenhum momento nos direciona à sua teoria. Ao contrário, nos fazem perceber uma certa revolta, indignação por Dilma não ter perdido tudo: o seu cargo e seus direitos políticos.

A bem da verdade, o fato de a presidenta Dilma não ter perdido seus direitos políticos só reforça a tese de que as acusações que recebeu não tiveram provas suficientes para que ela fosse afastada por oito anos de qualquer cargo público. Nesse sentido, o que podemos supor é que os senadores, em sua ampla maioria, apesar do projeto político que ensejava a deposição da presidenta, reconhecem que – em outro cargo – Dilma não oferecia risco algum a concretização dos planos, ou seja: a retirada do PT do Executivo.

Em outra frase, o jornalista ressalta sua crítica:

> Aliás
> Olha que coisa: O Brasil tem uma presidente afastada por crime de responsabilidade que pode assumir qualquer cargo público e um presidente da República inelegível por oito anos e que não pode assumir qualquer função pública quando deixar o cargo. É como disse Tom Jobim, o Brasil não é para principiantes[301].

Nesse trecho, é possível perceber como o jornalista se contradiz. Em textos anteriores, o escritor aponta que o *impeachment* de Dilma é um processo que não obedece a preceitos legais, mas, agora que lhe convém na argumentação, expressa que a presidenta foi afastada por crimes de responsabilidade e questiona o fato de Michel Temer não poder, também, ocupar cargos públicos.

---

[300] AZEVEDO, Arimatéia. Golpe? *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.4.
[301] AZEVEDO, Arimatéia. Aliás. *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.4.

No mesmo dia, no caderno de opinião, o jornal versa sobre o que pode acontecer com o país diante do afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Com o título "O que vem por aí?", o periódico expõe que o Brasil continuará no mesmo "compasso":

> Inflação, desemprego, desvalorização, cortes, denúncias, crise, CPIs, julgamentos, cassação e acordos. O país não vai mudar, porque as pessoas não mudaram hoje e tão pouco pretendem mudar até o final do governo, em dezembro de 2018[302].

Em outro editorial, o jornal, mais uma vez, aponta que não há muitas diferenças entre o governo Temer e Dilma. Para o periódico, a única diferença entre um e outro é que Dilma começou e Temer terminaria. Ainda assim, é possível perceber que, para O Dia, ainda é mais vantajoso ter Temer do Executivo do que Dilma. Uma vez que, como explicitado acima, era melhor "Temer" do que afundar "Dilma" vez. Nesse sentido, é válido afirmar que, apesar de reconhecer as fragilidades do governo de Michel Temer, o jornal o defende expressando que elas são também características do governo de Dilma Rousseff:

> Começaram (?) os ataques
> Há quem diga que a posse definitiva de Michel Temer como presidente da República dará início a uma série de medidas que pretendem retirar direitos trabalhistas e previdenciários dos brasileiros. A tão comentada reforma da previdência, que dificultará ainda mais o acesso ao benefício da aposentadoria, a liberação da terceirização, que irá precarizar em muito as relações de trabalho, são só algumas dessas mudanças[303].

Diante desses posicionamentos, depreendemos que o jornal não questiona a deposição da presidenta Dilma Rousseff e apesar das ressalvas ao governo Temer, o tom parece ser mais conformista do que com o mandato da presidenta.

Vale destacar ainda que, a frase escolhida para ser a "frase do dia' em 1 de setembro de 2016, no jornal *O Dia*, foi um trecho da fala de Aécio Neves. No recorte, o senador diz que a partir daquele dia, teríamos um novo governo "com compromisso claro para reformar, que não são ideologicamente melhores, mas as necessárias para retomar a credibilidade, o crescimento e o emprego com equilíbrio das contas[304]". Neste seguimento, é denotativo a posição, personagens e frases que o jornal seleciona para falar sobre a deposição final da presidenta Dilma Rousseff.

---

[302] MAGALHÃES, Adriana. O que vem por aí? *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.6.
[303] NUNES, Karliete. Começaram (?) os ataques. O Dia: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.6.
[304] Frase do dia. O Dia: Teresina, 1 de setembro de 2016.

O jornal *Meio Norte*, na capa do dia 1 de setembro, trouxe a notícia sobre o resultado do processo de *impeachmen*t de uma forma diferente; conforme podemos analisar na figura abaixo:

Figura 37 - Manchete do jornal Meio Norte em 1 de setembro de 2016



Fonte: Jorna Meio Norte

Nota-se que o periódico optou por destacar o afastamento definitivo de Dilma Rousseff de uma forma mais branda, em meio a outras notícias do cotidiano. Entretanto, a forma como essa abordagem é feita, é dotada de simbologia – se levarmos em conta o posicionamento do jornal nas matérias anteriores. Ao analisarmos a frase central, iremos constatar que a manchete é denotativa do posicionamento do jornal: "Senadores derrubam Dilma". Nota-se que, para o jornal, a presidenta Dilma não foi afastada por crimes de responsabilidade; ela foi "derrubada" pelos senadores. Nesse sentido, parece-nos possível afirmar que, no sutil, o jornal revela o seu posicionamento político.

Ademais, no lide, o jornal expressa que Dilma "promete incansável oposição[305]". Soma-se a isso, a imagem do presidente empossado, Michel Temer. A imagem selecionada diz muito sobre o que se quer transmitir. A figura do presidente, com o olhar esperto e satisfeito, ao assinar um papel; parece ter sido um recurso imagético para reforçar as críticas do jornal. Outrossim, o periódico apresenta já na capa como os políticos piauienses avaliaram a decisão: "No Piauí, Wellington e Regina criticam decisão[306]".

No decorrer das páginas, o *Meio Norte* apresenta um editorial significativo da análise do jornal sobre os últimos acontecimentos na política brasileira. Com o título "agosto acabou", o jornal piauiense versa sobre a destituição da presidenta Dilma Rousseff:

> Com 61 votos de senadores, Michel Temer foi eleito o mais novo presidente da República do Brasil. E logo em seguida empossado pelo Senado Federal. O ilustre novo chefe do Executivo deve seguir enfatizando em verde e amarelo até 2018, quando esta nação terá uma nova eleição para definição de um novo presidente. A condição é complexa e muitos brasileiros não sabem como seguirão os próximos dias[307].

Nota-se que aqui, há uma diferenciação de tratamento entre *O Dia* e *Meio Norte*. O último a ser citado, parece sugerir um clima de incertezas; ao contrário do primeiro, que afirmava que o novo governo nada mais seria do que a continuidade da gestão de Dilma de Rousseff.

Em outro parágrafo, o jornal *Meio Norte* continua a reforçar a ideia do clima obscuro e de incertezas:

> O tempo é de obscuridade e os caminhos a serem seguidos ainda devem ser apresentados. De ambos os lados, existem aqueles que já estão fazendo suas apostas. A definição que mais aclara tal momento da política no país é das apostas, onde a maioria tenta construir algumas hipóteses sobre o que deve acontecer pelos anos que se seguem. A falta de clareza deve acompanhar muitos no seguir das horas[308].

Entretanto, o que mais chama nossa atenção são as colocações que o jornal faz no último parágrafo do editorial. Uma leitura apressada, poderia deixar de perceber a

---

[305] Ver em: Senadores derrubam Dilma. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016.
[306] Senadores derrubam Dilma. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016.
[307] Agosto acabou. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.2.
[308] Agosto acabou. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.2.

comparação. Contudo, a sensibilidade da leitura aguçada, nos leva a investigar a referência que o periódico utiliza.

Segundo o jornal *Meio Norte*, com a destituição definitiva da presidenta Dilma Rousseff, o Brasil teria, possivelmente, vivenciado o "18 Brumário de Luís Bonaparte[309]" em "uma versão à brasileira[310]". Nesse sentido, é possível afirmar que o periódico sugere que o julgamento final, possivelmente, tenha sido um golpe. Nota-se que o jornal não utiliza a palavra diretamente, mas faz uma referência histórica para apresentar tal análise, uma vez que, o 18 Brumário de Luís Bonaparte foi o nome dado ao golpe de Estado na França, realizado por Luís Bonaparte no século XVIII. A referência a esse evento pode estar contida no texto escrito por Karl Marx "O 18 Brumário de Luís Bonaparte[311]", onde o autor versa sobre os acontecimentos que desencadearam tal golpe. De toda forma, essa referência é denotativa da posição do periódico, que sugere, indiretamente, que o episódio político brasileiro acontecido no dia anterior, pudesse ter sido um golpe de Estado.

Vale destacar também que o jornal *Meio Norte*, na página 3, dedica as colunas do caderno "Política" para expor os posicionamentos dos senadores piauienses a respeito da deposição de Dilma Rousseff. É interessante ver como, apesar de não ter sido citado na capa do jornal, o senador Ciro Nogueira (PP) foi mencionado nas páginas seguintes. De acordo com o jornal, Ciro acreditava que o Brasil teria um período de estabilidade após sair do "fundo do poço[312]":

> Para Ciro, o Brasil chegou ao fundo do poço com o processo de impeachment, prejudicando inclusive investimentos externos. 'O país chegou ao fundo do poço em relação à sua credibilidade. Existe uma montanha de dinheiro externo com remuneração negativa esperando para vir ao país. Para esse dinheiro voltar a ser investido, precisamos recuperar nossa credibilidade nas avaliações de risco do mundo[313]'.

Segundo a referida entrevista realizada com Ciro, ele declarou que seu voto em Dilma Rousseff se deu pela avaliação da "situação do governo dentro do Congresso

---

[309] Agosto acabou. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.2.
[310] Agosto acabou. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.2.
[311] Ver em: MARX, Karl. *O 18º brumário de Luís Bonaparte*. Editora Greenbooks, 2019. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=nBjADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=o+18+brum%C3%A1rio+de+lu%C3%ADs+bonaparte+karl+max&ots=nxQUq4-le6&sig=HBLa7O5jvb3WCudYmB515xcsXXs. Acessado em 11 de jan. de 2024.
[312] RIBEIRO, Efrém. Ciro crê em estabilidade após 'fundo do poço'. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.3.
[313] RIBEIRO, Efrém. Ciro crê em estabilidade após 'fundo do poço'. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.3.

Nacional[314]" que era "insustentável[315]". Nesse sentido, é possível afirmar que o senador não votou a favor do *impeachment* por acreditar que Dilma teria cometido crimes de responsabilidade, mas por perceber que, ficar a favor dos que votariam pela deposição de Dilma Rousseff lhe seria mais vantajoso. Além disso, Ciro Nogueira declara que apesar de sua posição ser contrária à de seus aliados no Piauí[316], avalia que ela é "um fato superado[317]".

Se para Ciro Nogueira (PT), a decisão mais vantajosa seria ficar ao lado do grupo pro-*impeachment*, a senadora Regina Sousa reagiu ao *impeachment* em todas as suas fases em defesa da presidenta Dilma. Após o resultado do Senado Federal, a senadora expressou-se e destacou todo o percurso do golpe – desde a reeleição em 2014, até as ações da Operação Lava Jato contra o ex-presidente Lula, e apontou que muitos senadores iriam carregar nos ombros a culpa de ter afastado Dilma sem ela ter cometido crimes de responsabilidade:

> 'Muitos senadores irão carregar nos ombros. Hoje (quarta-feira), quando o Senado afastou a presidenta é o dia que vai ser marcado na história como o dia em que a democracia foi golpeada mais uma vez', declarou Regina Sousa.
> 'Os responsáveis pelo golpe, pela conspiração, após as eleições de 2014, tinham como objetivo impedir que Dilma governasse, aproveitando-se do fato de ela ter sido eleita com uma base fragilizada pela divisão de alguns partidos do bloco. Foram várias ações, como a do TCU (Tribunal de Contas da União), através de um conluio entre o procurador de contas e um auditor; o PSDB, o partido que perdeu a eleição e encomendou o parecer jurídico para apontar os atalhos para derrubar o governo legitimamente eleito pelo povo: um grupo de parlamentares chamado G-8 para planejar a conspiração (palavra deles). Até aulas tinham de um ilustre cidadão chamado Nelson Jobim; o presidente da Câmara chantagista, sabotando as medidas do governo, inclusive a LOA e PLN5, a Polícia Federal, produzindo espetáculos para degastar o governo; a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), patrocinando patos humanos e de plástico – os humanos vão pagar o pato; e setores do Ministério Público e da Justiça Federal[318]'.

[314] RIBEIRO, Efrém. Ciro crê em estabilidade após 'fundo do poço'. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.3.
[315] RIBEIRO, Efrém. Ciro crê em estabilidade após 'fundo do poço'. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.3.
[316] Referindo-se a Wellington Dias e Regina Sousa, ambos do PT.
[317] RIBEIRO, Efrém. Ciro crê em estabilidade após 'fundo do poço'. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.3.
[318] RIBEIRO, Efrém. Regina afirma que democracia foi golpeada. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.3.

Em nota, o também senador piauiense, Elmano Férrer (PTB), foi um pouco mais contido que Regina Sousa em suas considerações. Votando contra o *impeachment* e favor da manutenção dos direitos políticos da presidenta Dilma Rousseff, o senador pontuou que o resultado já lhe era esperado e que este foi ficando "corporificado a cada etapa de votação[319]". Além disso, Elmano avaliou que a manutenção dos direitos políticos de Dilma Rousseff foi uma vitória para a presidenta.

Essas matérias que nos possibilitam compreender e montar os "quebra-cabeças" das relações políticas, são uma das maiores expressões da riqueza que os jornais nos oferecem, se tratado como fonte de pesquisa. Nota-se que, no trecho citado acima, conseguimos ter uma noção mais ampla dos interesses e posicionamentos dos senadores à nível de Piauí. Nesse sentido, ao mesmo tempo que a imprensa escrita nos oferece essa compreensão de uma conjuntura política nacional, ela nos dá indícios das tramas e relações de poder que acontecem no estado e que influenciam nas decisões nacionais.

3.4 *Impeachments* e golpes: limites da democracia na América Latina

Para finalizarmos as discussões acreditamos ser necessário, mais uma vez, destacar que *impeachment* é uma coisa e golpe, é outra. Mas, no caso do que ocorreu no Brasil, as duas coisas precisam ser entendidas numa relação dialógica. Assim, a melhor forma que temos de definir esse "aneurisma" é entender que a deposição da presidenta Dilma Rouseff é um golpe que ocorreu por meio de *impeachment*. Entretanto, a forma como isso ocorreu no Brasil, em 2016, não foi algo novo. Ele é, na verdade, denotativo de uma "nova" modalidade de destituição presidencial que vem ocorrendo na experiência democrática de quase toda a América Latina.

Essa constatação pode ser evidenciada se refletirmos sobre alguns casos. Em 2009, o presidente de Honduras; Manuel Zelaya, foi deposto do cargo de presidente da República após aprovar um plebiscito sobre a possibilidade do acréscimo de uma quarta urna. Ao ser aprovada, por meio da consulta popular, a quarta urna faria parte das decisões eleitorais de outubro daquele ano[320]. De acordo com as informações no site da BBC

[319] RIBEIRO, Efrém. Elmano: impeachment não resolve problemas. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.3.

[320] Para saber mais, ver em: CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. *BRASIL NOS CIRCUITOS DO GOLPE 16*: novo ciclo de ajuste e democracia em risco. 2017 e ARAUJO, Samantha Maia. As narrativas da imprensa sobre a deposição de Manuel Zelaya em Honduras. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-

Brasil[321], os eleitores hondurenhos teriam de responder sim ou não (na consulta popular) à seguinte pergunta: "está de acordo com que nas eleições gerais de novembro de 2009 se instale uma quarta urna para decidir sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte que aprove uma nova Constituição política?". Todavia, o Poder Judiciário e o Congresso consideraram o plebiscito como um ato ilegal – mesmo com a aprovação popular[322] e, ainda no dia 28 de junho de 2009, a Suprema Corte de Honduras "ordenou que o Exército destituísse Zelaya, que foi retirado de sua casa por soldados e levado de avião para a Costa Rica[323]".

De acordo a pesquisadora Samantha Maia, após Zelaya ser retirado do poder, o Congresso hondurenho, leu uma carta de renúncia escrita supostamente por Zelaya, entretanto, ele negou. Além disso, ocorreram protestos contra e a favor em toda a Honduras após a retirada de Zelaya e "organizações internacionais consideraram a deposição uma afronta aos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito"[324].

Além de Honduras, o Paraguai, em 2012, também vivenciou um golpe "dentro dos preceitos legais". As razões que possibilitaram esse desfecho para o governo do presidente Fernando Lugo podem ser explicadas tanto pela questão agrária no país quanto pelos próprios limites da democracia na América Latina. A seguir, vejamos algumas colocações sobre o caso paraguaio.

---

content/uploads/sites/35/2016/12/ARAUJO_SEMINARIO-09-IDENTIDADES-E-REPRESENTAC%CC%A7OES-NA-AME%CC%81RICA-LATINA-1.pdf. Acesso em 26 dez. de 2023.

[321] As informações mencionadas podem ser acessadas através do seguinte endereço eletrônico: Entenda a origem da crise em Honduras. BBC Brasil, 29 de junho de 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090628_honduras_qanda_rw. Acessado em 26 de dez. de 2023.

[322] Segundo as pesquisas realizada pelo jornal La Tribuna, de Honduras, 87% dos hondurenhos eram a favor do projeto da quarta urna. Essa informação pode ser consultada no artigo ARAUJO, Samantha Maia. As narrativas da imprensa sobre a deposição de Manuel Zelaya em Honduras. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/ARAUJO_SEMINARIO-09-IDENTIDADES-E-REPRESENTAC%CC%A7OES-NA-AME%CC%81RICA-LATINA-1.pdf. Acesso em 26 de dez. de 2023.

[323] ARAUJO, Samantha Maia. As narrativas da imprensa sobre a deposição de Manuel Zelaya em Honduras. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, p. 3. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/ARAUJO_SEMINARIO-09-IDENTIDADES-E-REPRESENTAC%CC%A7OES-NA-AME%CC%81RICA-LATINA-1.pdf. Acesso em 26 de dez. de 2023.

[324] ARAUJO, Samantha Maia. As narrativas da imprensa sobre a deposição de Manuel Zelaya em Honduras. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/ARAUJO_SEMINARIO-09-IDENTIDADES-E-REPRESENTAC%CC%A7OES-NA-AME%CC%81RICA-LATINA-1.pdf. Acesso em 26 de dez. de 2023.

De acordo com o historiador Fábio Luís Barbosa dos Santos, a vitória de Fernando Lugo, em 2008, representou a primeira alternância política do grupo que estava no poder desde Alfredo Stroessner (1954):

> A ditadura comandada pelo general chegou a termo em 1989 por meio de um golpe militar liderado por um subordinado seu, o general Andrés Rodriguez. Eventos dramáticos que animaram a política nacional nos anos seguintes, como o assassinato do vice presidente Argaña em 1999 e a subsequente renúncia de Cubas Grau perante a pressão popular (o chamado "marzo paraguaio"), as desventuras que levaram o general Lino Oviedo ao exílio e à prisão (e a dissidência intracolorada que liderou), entre outros, não transbordaram os marcos da dominação colorada. Embora a gestão do Estado após a ditadura envolvesse, em alguma medida, o compartilhamento do aparelho estatal com a oposição conservadora, a transição paraguaia foi operada pelo mesmo partido que sustentou a ditatura, caso singular no continente. Neste contexto osliberais, rivais dos colorados nos marcos da política conservadora desde o final do século XIX, enxergaram na adesão à candidatura Lugo nada mais do que um caminho para reaproximarem-se do Poder executivo[325].

A partir das proposições acima, podemos compreender que o contexto histórico do Paraguai se assemelha ao do Brasil no que concerne à recente experiência democrática, após o período ditatorial, e às estruturas de dominações violentas e repressivas que sucumbem todas as tentativas e/ou projetos sociais mais significativos. Sobre esse aspecto, é interessante observar que, apesar de Fernando Lugo não ser considerado militante da esquerda, possuía simpatia pela Teologia da Libertação e tinha, como o historiador citado acima definiu, uma "sensibilidade social[326]" o que fez com que ele tivesse apoio dos setores populares ainda que o seu governo fosse forjado na "estrutura partidária liberal[327]".

Contudo, assim como já discutimos a respeito dos governos dos Partidos dos Trabalhadores (PT) no Brasil, o governo de Fernando Lugo marcou um avanço importante nos programas sociais e assistencialistas, porém, não significou "qualquer mudança estrutural"[328]. Isso porque, o presidente paraguaio, elegeu-se também pelo apoio de setores do empresariado que estavam descontentes com partidos e políticos

[325] SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 12, n. 22, p. 25-37, 2013, p. 26.
[326] SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 12, n. 22, p. 25-37, 2013, p. 26.
[327] SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 12, n. 22, p. 25-37, 2013, p. 26.
[328] SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 12, n. 22, p. 25-37, 2013, p. 26.

tradicionais e que viram em Lugo uma possibilidade de mudanças sem que houvessem mudanças mais significativas – que, como vimos, foi o que realmente aconteceu. Todavia, esse "toma lá dá cá" resultou na fragilidade e descontentamento por parte desses dois grupos de apoio de Fernand Lugo. Sobretudo porque a reforma agrária, amplamente prometida por Fernando Lugo, não vingou.

De acordo ainda com o pesquisador Fábio Luís Barbosa, "os militantes pela reforma agrária diagnosticaram cedo as ambivalências do governo, criticando uma dispersão de esforços interpretada como falta e vontade política para transcender a retórica[329]". Além disso, mesmo durante seu governo, as repressões aos movimentos sociais no campo foram bastante expressivas.

Os setores liberais também não estavam contentes com a atuação de Fernando Lugo, talvez por sua própria política de conciliação ou mesmo por ter sido apenas uma "massa de manobra" no Poder executivo. Além disso, outro fator contribuiu para a consolidação do *impeachment* de Fernando Lugo no Paraguai, qual seja, a dificuldade de autonomia política do presidente, já que sua base partidária conseguiu eleger apenas 3 dentre 80 deputados e 3 senadores de um total de 45 que compunha o Legislativo. Assim, temos uma noção do nível de dependência que o Poder Executivo tinha em relação ao parlamento. O fato é que esses fatores e com certeza, outros que ainda carecem de mais pesquisas, contribuíram para que o Paraguai tivesse, pela oitava vez, um presidente deposto no final do seu governo[330].

Para o cientista político Aníbal Pérez-Liñán, os *impeachments* que ocorreram no Paraguai (2012) e no Brasil (2016) demonstram que o processo de renovação partidária, após os golpes ditatoriais na América Latina, esgotou-se e a "democracia está em uma encruzilhada crítica[331]". De acordo com esse pesquisador,

> a instituição do impeachment presidencial desempenhou um papel visível no esgotamento do ciclo político mais recente na América Latina. Embora as instituições presidenciais originalmente incluíssem esse procedimento para lidar com 'crimes graves e contravenções', os *impeachments* dos presidentes Fernando Lugo (2012) e Dilma Rousseff

[329] SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 12, n. 22, p. 25-37, 2013, p. 26.
[330] SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, v. 12, n. 22, p. 25-37, 2013, p. 26.
[331] PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, 2018, p.1.

> (2016) demonstraram que as lutas ideológicas muitas vezes prevalecem sobre as considerações legais durante os *impeachments*[332].

Além dos *impeachments* de Fernando Lugo (Paraguai, 2012) e de Dilma Rousseff (Brasil, 2016), Aníbal Pérez-Liñán destaca que desde 1992, outros seis presidentes foram afastados de seus cargos por meio de *impeachment* ou "por uma declaração emitida pelo congresso[333]", sã eles: Fernando Collor (1992), Carlos André Pérez (Venezuela, 1993), Abdalá (Equador, 1997), Lúcio Gutierrez (Equador, 2055), Raúl Cubas (1999) e Otto Pérez Melina (Guatemala, 2015). Para ele, embora o *impeachment* esteja previsto como um dispositivo legal nas respectivas constituições, a forma como eles têm acontecido, merece o nosso olhar e nossa atenção quanto aos princípios democráticos.

Embora nos distanciemos de alguns argumentos[334] de Aníbal Pérez-Liñán, concordamos com sua análise sobre o contexto de surgimento do *impeachment* na contemporaneidade. Para ele, há três características observáveis nos oito casos apontados acima. A primeira delas é que o governo, em primeira instância, perde apoio entre a maioria de seus eleitores:

> Quase todos os episódios envolveram mobilizações massivas nas ruas pedindo a renúncia do presidente. Tais protestos eram geralmente desencadeadores por uma combinação de dois fatores: grandes escândalos envolvendo corrupção ou abuso de poder – em última análise, um elemento chave na narrativa para justificar um impeachment – e uma eminente crise econômica impulsionada por recessão econômica e alto desemprego ou, mais comumente nos anos 1990, pela tentativa do governo de controlar a inflação descontrolada por meio de impopulares políticas neoliberais[335].

---

[332] PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, 2018, p.2.

[333] PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, 2018, p.2.

[334] Para o cientista político, afirmar que a forma como os *impeachments* estão acontecendo são uma nova modalidade de golpe de Estado nos levaria a reavaliar o conceito de golpe e consequentemente, as três últimas décadas da história da América Latina. Aníbal Pérez-Liñán argumenta que é preciso entender o *impeachment* como ele acontece: suas singularidades, suas motivações, a frequência e contexto em que surgem; mas sem nominá-lo como golpe - para distingui-lo de outras formas de abuso de poder que aconteceram anteriormente. Consideramos essa discussão plausível. Contudo, nossa análise é complementar a esse pensamento: acreditamos que o que ocorreu no Brasil, em 2016, foi um golpe por meio de um *impeachment*. Ao adotarmos tal posicionamento, acreditamos, estar distinguindo essa nova modalidade de golpe daquelas acontecidas em outros contextos históricos; mas, ainda assim, estamos a dizer que o que aconteceu em 2016 faz parte da nossa cultura política e pode ser verificada em outros tempos. Isso porque, apesar de contextos diferentes, em ambas as situações, o Brasil, historicamente, tem sido marcado por golpes. Para aprofundamentos na discussão de Aníbal Pérez-Liñán, ver em PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, 2018.

[335] PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, 2018, p.2.

No caso brasileiro, destacaríamos a importância dos meios de comunicação no que se refere aos escândalos envolvendo a corrupção durante o período de deposição de Fernando Collor[336] e Dilma Rousseff e das redes sociais como agentes mobilizadores das manifestações – como já discutimos no capítulo um. Além das mobilizações nas ruas, Aníbal Pérez-Liñán aponta que os presidentes perderam sua base de apoio no Congresso ou não tiveram desde o início do seu mandato, apoio dos parlamentares para "articular uma coalização sólida[337]".

A última característica, para Aníbal Pérez-Liñán, diz respeito ao fato dos legisladores "manipularem não apenas as bases legais para o *impeachment*, mas, por vezes, também o procedimento legal[338]". Para o pesquisador, em muitos casos, os legisladores "adotaram interpretações criativas[339]" da constituição para destituírem o presidente. Contudo, nem sempre o motivo pelo qual eram destituídos correspondiam ao que apontavam como crime previsto na Constituição[340].

Essas discussões nos dão uma dimensão do que aconteceu no Brasil e do que ocorreu em outros países, indicando assim, um sintoma de como o dispositivo *impeachment* tem sido usado na contemporaneidade. É com o objetivo de aguçar esse olhar sobre as nossas experiências democráticas; sobretudo da América Latina que o historiador Fábio Luís Barbosa dos Santos argumenta que a ilegitimidade dos procedimentos políticos não diz respeito apenas ao momento de destituição dos presidentes, mas "emana das relações sociais que endossam essa forma de fazer política" e que convencionamos acreditar que se trata de democracia. Portanto, é necessário que possamos comprrender os caminhos que a nossa jovem democracia tem se direcionado, entendo as suas singularidades assim como as semelhanças com outros territórios, para que, diante desse olhar mais amplo, consigamos distinguir aquilo que é um fenômeno particular, isolado, daquilo que é sintomático de algo coletivo.

---

[336] Para ampliar as discussões ver em: FRANÇA, Vinícius Sales do Nascimento. Impeachment de Collor e agenda de governo em editoriais da grande imprensa. *XXVIII Simpósio Nacional de História–Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios*, 2015.

[337] PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, 2018, p.2.

[338] PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, 2018, p.3.

[339] PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, 2018, p.3.

[340] Para ver os casos apontos pelo pesquiador, ler PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, 2018.

Além disso, os limites da democracia no Brasil e na América Latina também estão atrelados a questões de gênero. Não podemos nos esquecer que a presidenta Dilma Rousseff foi a primeira mulher a ocupar o cargo no poder executivo. Alguns aspectos do processo de deposição são denotativos do preconceito que se tinha pelo simples fato de ela ser uma mulher. Como por exemplo, quando, em abril de 2016, revista *IstoÉ* pôs em circulação a edição n° 2417 (figura 40), que trazia como capa uma foto da presidenta Dilma Rousseff com a boca aberta – como se estivesse gritando, e com subtítulo "as explosões nervosas da presidente". Mas este não foi um evento isolado, como veremos a seguir, outras publicações também reduziram a presidenta à sua aparência, sexualidade, sanidade mental e capacidade intelectual para gerir o país[341].

Figura 38 - "As explosões nervosas da presidente"



Fonte: Revista *IstoÉ*

Uma análise semiológica da imagem acima (Figura 40) revela que a revista utilizou-se de métodos de edição fotográfica para evidenciar o título dado à matéria[342] reiterando através da linguagem não verbal *os "surtos de descontrole... e perdas de*

[341] LEMOS, Beatriz Monteiro. Misoginia, feminismo e representações sociais: o processo de impeachment de Dilma Rousseff na imprensa brasileira (2010-2016). 2017, p.02. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18894/1/2017_BeatrizMonteiroLemos.pdf. Acesso em 14 de ago. de 2020.

[342] SILVA, Alessandro et al. *O fortalecimento dos estigmas de gênero na fotojornalismo:* análise semiológica da edição 2417 da Revista IstoÉ. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0377-1.pdf. Acesso em 14 de ago. de 2020.

condições emocionais para conduzir o país"[343]– estratégia de captação enfatizada pelo sombreamento de partes do subtítulo que apelam para as condições emocionais em que se pretende informar ao leitor sobre a *"presidente"*.

No decorrer da pesquisa, verificamos que a foto original data de 27 de fevereiro de 2013 (Figura 41) tirada pelo fotógrafo Gustavo Miranda para o jornal O Globo[344]. Através da comparação entre as duas fotografias, podemos inferir que não só houve anacronismo – a original trata-se de uma foto de fevereiro de 2013, e a outra edição, abril de 2016 – como também há uma focalização no rosto da presidenta, para dar maior destaque e ainda, a utilização de técnicas de sombreamento da região dos olhos.

Figura 39 - Dilma Rousseff discursa durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no Palácio do Planalto



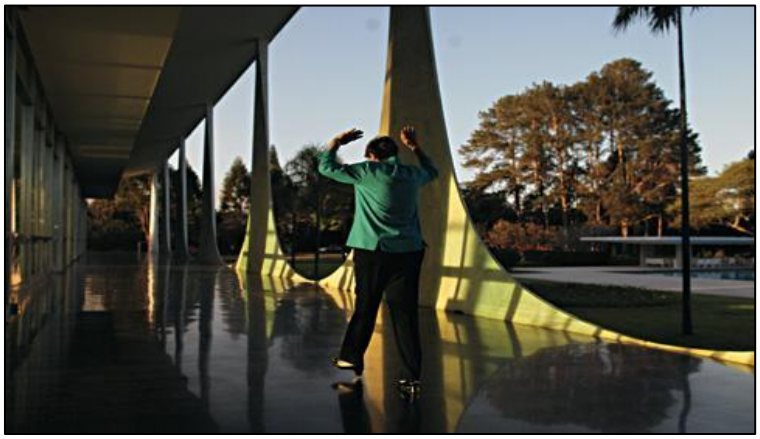
Fonte: Gustavo Miranda / Agência O Globo

No dia 06 de abril de 2016, no mês em que seria votado na Câmara Federal a instauração de um processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, a mesma revista publicou uma matéria com o título *"Uma presidente fora de si*" (Figura 42*)*, na qual trazia como capa uma foto de Dilma Rousseff de costas, em movimento e com as mãos para o alto. Pelo enquadramento da foto e pelo subtítulo subscrito abaixo da imagem: *"DESCONTROLE A presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares"*[345]– a matéria reforça o estereótipo da mulher enquanto gênero instável, descontrolado e que sob

[343] BERGAMASCO, Débora; PARDELLAS, Sérgio. Uma presidente fora de si. *IstoÉ*, 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/. Acesso em 11 de jul. de 2021.
[344] Em resposta a FHC, Dilma diz que PT criou cadastros de programas sociais. O Globo, 2013. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/em-resposta-fh-dilma-diz-que-governo-do-pt-criou-cadastro-de-programas-sociais-7689785. Acesso em 04 de jul. de 2019.
[345] BERGAMASCO, Débora; PARDELLAS, Sérgio. Uma presidente fora de si. *IstoÉ*, 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/. Acesso em 11 de jul. de 2021.

pressões públicas não consegue tomar decisões racionais. Ou seja, um discurso que insiste que o papel da mulher estaria mais voltado para âmbito doméstico que público, mais moral do que político[346].

Figura 40 - Capa da matéria da Revista IstoÉ, 06 de abril de 2016



Fonte: Revista *IstoÉ*

Segundo Patrick Charadeau (2015), linguista francês especialista em análise do discurso, essa visada de informação midiática consiste em *saber fazer* ao receptor o que aconteceu ou o que está acontecendo através da autenticação e descrição dos fatos, assim como as causas e justificativas sobre o ocorrido. Para o autor, a autenticidade dos fatos nas mídias ocorre, dentre outros mecanismos, por meio da imagem, que com bases em alguns imaginários sociais (estereótipos) atestam a credibilidade da matéria.

As imagens, além de "autenticarem" o fato ocorrido, também são utilizadas como procedimento para dizerem como tal acontecimento ocorreu. Além delas, os testemunhos, conferem ao processo de descrição a verossimilhança entre o evento[347]. Partindo dessa premissa, analisemos partes da matéria que trazem relatos sem nenhuma menção a quem teria vivido/ouvido as "*explosões nervosas da presidente": "*Segundo relatos, a mandatária está **irascível**[348], **fora de si** e mais **agressiva** do que nunca"[349].

Em outro trecho, faz-se menção aos depoimentos de "tripulantes e passageiros" e "um de seus assessores": "Em recente viagem a bordo do avião presidencial, um Airbus A319, tripulantes e passageiros ficaram estupefatos com outro **surto** de Dilma. Depois de uma forte turbulência, a presidente invadiu a cabine do piloto aos berros: "Você está

[346] NAZARIO, Diva Nolf. *Voto feminino é feminismo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009, p. 37 -38.
[347] CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015.
[348] Grifos nossos.
[349] BERGAMASCO, Débora; PARDELLAS, Sérgio. Uma presidente fora de si. *IstoÉ*, 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/. Acessado em 11 de jul. de 2021.

maluco? Vai se f…! É a presidente que está aqui. O que está acontecendo?", **vociferou**"[350]. Observa-se nos dois trechos, a insistência de adjetivos pejorativos sobre a presidenta Dilma Rousseff que remontam a uma construção histórica de loucura, histerização do corpo das mulheres[351], inclusive, sob respaldo médico científico.

O discurso médico científico é ainda um dos procedimentos das mídias para dar credibilidade à matéria anunciada através da demonstração de provas[352]. Na revista IstoÉ, podemos identificar duas estratégias: uma primeira menção à psiquiatra – que a matéria adjetiva como *"renomada"* – Elisabeth Kübler-Ross e a comparação de Dilma com a Maria I, também descrita pejorativamente como "*a louca*".

Segundo a revista, a psiquiatra descreve

> cinco estágios pelo qual as pessoas atravessam ao **lidar com a perda ou a proximidade dela**[353]. São eles a negação, a raiva, a negociação, a depressão e a aceitação. Por ora, Dilma oscila entre os dois primeiros estágios. Além dos surtos de raiva, a presidente, segundo relatos de seus auxiliares, apresenta uma espécie de negação da realidade[354].

Ao trazer para a matéria o *"modelo consagrado"* da psiquiatra, a revista tem a intencionalidade de assegurar sua validade através de provas que legitimam as suas explicações[355]. É importante observarmos que a "*a perda ou a proximidade dela*" a qual a revista menciona diz respeito à votação que ocorreria dias depois na Câmara Federal.

Após autenticar o fato, descrevê-lo e demonstrar provas que legitimam o discurso, a revista também antecipa respostas ao apontar que

> É bem verdade que Dilma nunca se caracterizou por ser uma pessoa lhana no trato com os subordinados. Mas não precisa ser psicanalista para perceber que, nas últimas semanas, a presidente **desmantelou-se emocionalmente**[356]. Um governante, ou mesmo um líder, é colocado à prova exatamente nas crises. E, hoje, ela não é nem uma coisa nem outra... **os surtos**, os seguidos **destemperos** e a **negação da realidade**

---

[350] BERGAMASCO, Débora; PARDELLAS, Sérgio. Uma presidente fora de si. *IstoÉ*, 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/. Acesso em 11 de jul. de 2021.
[351] LEMOS, Beatriz Monteiro. Misoginia, feminismo e representações sociais: o processo de impeachment de Dilma Rousseff na imprensa brasileira (2010-2016). 2017, p.02. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18894/1/2017_BeatrizMonteiroLemos.pdf. Acesso em 14 de ago. de 2020.
[352] CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015.
[353] Grifos nossos.
[354] BERGAMASCO, Débora; PARDELLAS, Sérgio. Uma presidente fora de si. *IstoÉ*, 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/. Acesso em 11 de jul. de 2021.
LEMOS, Beatriz Monteiro. Misoginia, feminismo e representações sociais: o processo de impeachment
[355] CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015.
[356] Grifos nossos.

> revelam uma presidente completamente **fora do eixo** e **incapaz** de gerir o País[357].

Esse discurso é ainda enfatizado pela revista ao comparar a presidenta com Maria I, conhecida pejorativamente como "a louca". Na matéria, tanto Dilma quanto Maria teriam perdido as faculdades mentais para gerir o país após estarem sob forte pressão pública: "Não é exclusividade de nosso tempo e nem de nossas cercanias que, na iminência de perder o poder, governantes ajam de maneira ensandecida e passem a negar a realidade"[358]. Novamente a revista legitima o seu discurso ao mencionar um *"renomado psiquiatra britânico"*, Francis Willis; que segundo a revista, o psiquiatra teria observado que os sintomas de sandice e de negação da realidade manifestados por Maria I se agravaram à medida em que ela era colocada sob forte pressão[359].

De acordo com LEMOS (2017):

> Os dispositivos de controle das mulheres se modificaram no tempo, mas é necessário refletir sobre a historicidade das representações sobre elas evidenciando as relações que o presente mantém com o passado. A histerização de Dilma Rousseff é resultado de políticas históricas, como a "natural" loucura feminina, que colocaria as mulheres como contrárias à capacidade de governar, se constituindo em um modelo não ideal de conduta e comportamentos no ato de governar, só possível aos homens[360].

A histerização da mulher "*explosiva"* e "*louca"* na esfera pública pressupõe a existência de um tipo ideal feminino: aquela que é bela, recatada e do lar[361] – incorporada na figura de Marcela Temer, esposa de Michel Temer. Segundo a matéria da Revista Veja do dia 18 de abril de 2016, a esposa do então vice Michel Temer:

> é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela

---

[357] BERGAMASCO, Débora; PARDELLAS, Sérgio. Uma presidente fora de si. *IstoÉ*, 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/. Acesso em 11 de jul. de 2021.
LEMOS, Beatriz Monteiro. Misoginia, feminismo e representações sociais: o processo de impeachment de Dilma Rousseff na imprensa brasileira (2010-2016). 2017, p.02. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18894/1/2017_BeatrizMonteiroLemos.pdf. Acesso em 14 de ago. de 2020.

[358] BERGAMASCO, Débora; PARDELLAS, Sérgio. Uma presidente fora de si. *IstoÉ*, 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/. Acesso em 11 de jul. de 2021.

[359] BERGAMASCO, Débora; PARDELLAS, Sérgio. Uma presidente fora de si. *IstoÉ*, 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/. Acesso em 11 de jul. de 2021.

[360] LEMOS, Beatriz Monteiro. Misoginia, feminismo e representações sociais: o processo de impeachment de Dilma Rousseff na imprensa brasileira (2010-2016). 2017, p. 29. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18894/1/2017_BeatrizMonteiroLemos.pdf. Acesso em 14 de ago. de 2020.

[361] Adjetivos usados para se referir a Marcela Temer na matéria da Revista Veja, em 18 de abril de 2016. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/. Acesso em 04 de jul. de 2020.

> mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele)[362].

O tratamento dado a Marcela Temer na *Revista Veja* demonstra que o comportamento ideal esperado da mulher seria o da vice-primeira-dama: uma mulher dedicada à família e à aparência, com "*raras aparições públicas*". Segundo a historiadora Joana Maria Pedro (2015), "a reportagem também revela que o lugar ideal a uma mulher no mais alto cargo da nação é o de *primeira-dama* e não o de presidenta da República"[363]. Outro apontamento feito pelos pesquisadores é a relação entre a concepção da mulher como "bela, recatada e do lar" a um determinado padrão bíblico em que a mulher é vista como costela do homem, e este, seria a cabeça da relação[364].

As contribuições da historiadora Flávia Biroli (2018) acerca dos limites da democracia no Brasil associado à questões de gênero nos ajudam a entender como a participação das mulheres na esfera pública é filtrada às responsabilidades atribuídas a elas no âmbito privado, como por exemplo, a matéria sobre Marcela Temer, que demonstra um romantismo da atuação da mulher no espaço doméstico.

Ainda segundo a pesquisadora, essa dualidade entre o público e o privado devem ser problematizadas para que sejam compreendidas em sua relevância política[365]. Nesse sentido, a discussão sobre a atuação de homens e mulheres em diferentes espaços deve ser levada em consideração quando se pretende analisar os fatores culturais que implicam em limites para a democracia no Brasil "elas são um problema de primeira ordem para as democracias porque traçam fronteiras entre experiências, problemas e necessidades atribuindo-lhes peso e legitimidade diferenciados"[366].

Um dos retrocessos ocorrido após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, e que nos dá indícios de qual seria a agenda do governo interino, foi a formação do

---

[362] LINHARES, Juliana. Marcela Temer: Bela, recatada e do "lar". *Veja*, 2016. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/. Acesso em 04 de jul. de 2020.

[363] FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão; PEDRO, Joana Maria ZDEBSKYI, e Janaína de Fátima. A histérica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. *Espaço e cultura*, n. 38, 2015, p.242.

[364] FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão; PEDRO, Joana Maria ZDEBSKYI, e Janaína de Fátima. A histérica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. *Espaço e cultura*, n. 38, 2015.

[365] BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades*: limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial, 2018.

[366] BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades*: limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial, 2018, p. 11.

"masculinistério" – gabinete formado por homens[367]. No dia 13 de maio de 2016, o presidente interino Michel Temer anunciou no Diário Oficial da União[368] a nomeação dos novos ministros, 22 homens brancos (Figura 43). Na época, Dilma Rousseff se pronunciou sobre o ocorrido:

> Eu lamento que depois de muito tempo não tenham mulheres e negros no ministério. Acho que a questão de gênero é uma questão democrática fundamental num país em que, queiramos ou não, a maioria, mais de 50%, são mulheres. Então tem um problema de representatividade. Segundo, porque as mulheres têm se mostrado competentes em todas as áreas e não tem porquê elas não estarem representadas[369].

A presidenta ao elucidar o problema de representatividade expõe os limites democráticos que a sobrerrepresentação masculina impõe, pois, "as experiências e os interesses dos homens brancos definem o peso e a amplitude dos problemas que, por sua vez, informam os modelos teóricos com os quais a realidade é analisada"[370].

Figura 41 - Foto dos homens que permanecem nos ministérios no governo interino de Michel Temer

[367] FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão; PEDRO, Joana Maria ZDEBSKYI, e Janaína de Fátima. A histérica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. *Espaço e cultura*, n. 38, 2015.
[368] UNIÃO, Diário Oficial. *Página 3 da seção 2 do Diário Oficial da União (DOU) de 13 de Maio de 2016*. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/115728118/dou-secao-2-13-05-2016-pg-3. Acessado em 12 de julho de 2020.
[369] GARCIA, Gustavo; MATOSO, Felipe; PASSARINHO, Nathalia. *Dilma Critica ausência de mulheres e negros no ministério de Temer***.** Disponível em: http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/dilma-critica-ausencia-de-mulheres-e-negros-no-ministerio-de-temer.html. Acessado em 12 de julho de 2020.
[370] BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades*: limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial, 2018, p. 206.



Fonte: Página oficial no Facebook do coletivo Think Olga[371]

Além disso, outra ação do governo de Michel Temer foi a proibição do termo "presidenta" para se referir à Dilma Rousseff. Este é um termo que foi adotado pela presidenta durante seu governo, mas que já existe na Língua Portuguesa desde 1889. Segundo o jornal *"O Estado de Minas"*[372], a Empresa Brasileira de Comunicações (EBC) deixou de usar a palavra no feminino conforme as novas exigências de Michel Temer. Esta é uma das ações misóginas mais significativas, pois implica no silenciamento da primeira mulher a ser eleita e reeleita presidenta do Brasil.

Nosso objetivo, nesta pequena sessão foi elucidar os limites da democracia numa perspectiva de análise dos últimos golpes na América Latina e de discutir que para

[371] OLGA, Think. *Quem toma hoje a direção do país, o faz somente para colocá-lo na contramão da história*. Disponível em: https://www.facebook.com/thinkolga/photos/quem-toma-hoje-a-dire%C3%A7%C3%A3o-do-pa%C3%ADs-o-faz-apenas-para-coloc%C3%A1-lo-na-contram%C3%A3o-da-his/782608405208016/. Acesso em 12 de jul. de 2020.

[372] PRATES, Maria Clara. *Governo Temer veta palavra 'presidenta' em publicação da EBC*. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/05/31/interna_politica,767923/palavra-presidenta-e-vetada-na-ebc.shtml. Acesso em 12 de jul. de 2020.

entender os processos históricos-políticos que envolveram a destituição da primeira mulher a ser eleita presidenta do Brasil, há que se levar em consideração o longo sistema patriarcal que resulta em problemas e limites para o exercício pleno da participação feminina em nossa democracia, dentre eles, a misoginia. E esta, por sua vez, promove ideias, discursos e limitações para a participação feminina na esfera pública, bem como para o exercício pleno de nossa democracia. Deste modo, o *impeachment* de 2016, além de todas as singularidades relativas ao processo histórico em si, também necessita de uma reflexão acerca do gênero.

CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

A partir das análises e discussões realizadas ao longo da presente pesquisa, podemos afirmar que, os jornais *O Dia* e *Meio Norte* da cidade de Teresina, no Piauí; abordaram de maneira distinta o processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff, entre o final de 2015 e agosto de 2016. Apesar dessas distinções se darem no campo do sutil, seja por uma palavra, pelo uso de cores variadas, pela reiteração e omissão de temas e personagens bem como pela disposição da temática em suas capas, essa diferença é dotada de simbologia e de interesses políticos locais.

De um lado, temos o jornal *Meio Norte* que – de acordo com as fontes e referências bibliografias, se posiciona de início, de maneira mais contida com relação ao processo de abertura de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. À medida que o julgamento da presidenta Dilma Rousseff vai chegando ao seu ato derradeiro, o periódico passa a assumir uma postura mais "combativa", alarmista e propõe, em seus editoriais, que os seus leitores fiquem atentos ao período de obscuridade bem como, demonstra preocupação com a apatia social que parece prevalecer na fase do rito de *impeachment*.

Essa forma de abordagem, contudo, expressa relações políticas locais. O jornal tende a ser mais alinhado ao governo em gestão, independente de quem seja o seu gestor ou filiação partidária. Nesse sentido, podemos inferir como a figura do então governador do Piauí, Welligton Dias, interfere na forma como o periódico representou esses acontecimentos sem suas páginas.

No outro espectro, temos o jornal O Dia – o periódico em circulação mais antigo no Piauí. Durante os meses que se sucederam a abertura do processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, o jornal O Dia transformou os acontecimentos políticos do cenário nacional um espetáculo digno de notas. Eram manchetes, textos editoriais e charges. Todos as linguagens versavam sobre a deposição, liquida e certa, da presidenta Dilma. Apesar de não existirem pesquisas mais recentes que avaliem os possíveis alinhamentos políticos do periódico, pudemos constatar, a partir da comparação com o jornal *Meio Norte*, o distanciamento do jornal *O Dia* do governo do PT. Tal posicionamento se apresenta na forma como os textos foram escritos, na omissão das falas dos senadores piauienses contra o *impeachment* e até mesmo na conformidade com que se admitia a saída definitiva da presidenta reeleita. Era o melhor "Temer" do que afundar "Dilma" vez.

Estes dois jornais piauienses foram, ao mesmo tempo, objeto e fonte de pesquisa. Ness sentido, conferiram à pesquisa substratos para se entender o período analisado bem como peças para que fosse montado o cenário local e nacional. Os jornais foram investigados enquanto produtores de histórias, tramas e intencionalidades assim, eles somam-se a outras fontes que foram utilizadas a fim de que discussões fossem mais robustas, como os documentos oficiais sobre o *impeachment* presentes no site do Senado Federal e publicações em sites como *Uol, G1, O Estadão, Folha de São Paulo, Brasil 247, Carta Capital e Terra.*

Além das conclusões sobre as relações políticas locais e nacionais, compreendemos que o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, está atrelado aos limites da democracia no Brasil e na América Latina. Ele expressa uma nova modalidade de golpe, menos escancarada, mas sutil e simbólica. Nesse sentido, inserimos as discussões sobre o golpe no contexto de outros episódios ocorridos na América Latina e em análises que o investigam também numa perspectiva de gênero, já que a presidenta Dilma Rousseff foi a primeira mulher a ser eleita e reeleita democraticamente no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Os riscos do vice-presidencialismo. In: BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G; MATTOS, Hebe. *Historiadores pela Democracia*. O golpe de 2016: a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

AMARAL, Marina. Jabuti não nasce em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe*? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

ARAUJO, Samantha Maia. *As narrativas da imprensa sobre a deposição de Manuel Zelaya em Honduras. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina.* Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/ARAUJO_SEMINARIO-09-IDENTIDADES-E-REPRESENTAC%CC%A7OES-NA-AME%CC%81RICA-LATINA-1.pdf. Acesso em 01 de mar. 2024.

ARGOLO, Fernanda e RUBIM, Linda Silva Oliveira (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Edufba, 2018.

Avritzer, Leonardo. Operação Lava Jato, judiciário e degradação institucional. In: KERCHE, Fábio & FERES JUNIOR, João. *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018.

BARBOSA, M. Por uma história cultural da imprensa brasileira. *Lumina*, *[S. l.]*, v. 2, n. 1, 2008. DOI: 10.34019/1981-4070.2008. v2.20970. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20970. Acesso em: 28 maio de 2023.

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, "senhores da memória". In: *XXVII Congresso da Intercom*, 2004, p. 4. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/52811894341554722174134917993494476 35.pdf . Acesso em 30 de jun. de 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70. Lisboa. Portugal, 2020.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades*: limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial, 2018.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades*: limites da democracia no Brasil. Boitempo Editorial, 2018, p. 206.

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, p. 31-38, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/px4FKyFY5PvpcB3qYBqF78C/

BOITO, Armando. *Reforma e crise política no Brasil*: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

BOLTO JÚNIOR, Armando. Os atores e os enredos da crise política. In. SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe?* para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOTELHO, André. Patrimonialismo brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. *Dicionário da República:* 51 textos críticos. Companhia das Letras, 2019.

BRAGA, Ruy. *O fim do lulismo*. In: SINGER, André et al. Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Boitempo Editorial, 2016.

CAMPOS, Mariane Motta; COIMBRA, Mayra Regina; OLIVEIRA, Luiz Ademir. *O processo de abertura de Impeachment da presidente Dilma Rousseff*: uma análise do enquadramento midiático da Folha de São Paulo. *Cadernos de Comunicação,* v. 23, n. 3, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/view/32017 Acesso em: 30 de jun. de 2023.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; DE MORAES FERREIRA, Marieta (Ed.). *História do tempo presente*. FGV Editora, 2014.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa. *BRASIL NOS CIRCUITOS DO GOLPE 16*: novo ciclo de ajuste e democracia em risco. 2017.

CHAIA, Vera. O conservadorismo e ascensão da nova direita. In: DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016*: razões, atores e consequências. São Paulo: Intermeios, 2018.

CHALHOUB, Sidney. A "velha corrupção": carta aberta aos jovens sobre as eleições. In: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G (org.). *Historiadores pela democracia*: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *À beira da falésia*: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados,* v. 5, p. 173-191, 1991.

CHAUI, Marilena. A nova classe trabalhadora e ascensão do conservadorismo. In. SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Boitempo Editorial, 2016.

COELHO, Fabiano. Conceitos "cultura" e "representação": contribuições para os estudos históricos. *Fronteiras*, v. 16, n. 28, p. 87-99, 2014.

COGGIOLA, Osvaldo. Novamente, a revolução francesa. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 47, 2013.

CRUZ, Heloísa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 35*(2), 2009, p. 265. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221. Acesso em 01 de mar. De 2024.

CRUZ, Sebastião Velasco. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: CODAS, Gustavo; CRUZ, Sebastião Velasco e KAYSEL, André. *Direita, volver!* o retorno das ideias e o clico político. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

DE CARVALHO, Francismar Alex Lopes. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3055/305526860011.pdf Acesso em 01 de mar. De 2024.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSK, Carla Bassanezi et al In: *Fontes históricas*. Contexto, 2019.

DE OLIVEIRA, Ednéia Alves. Classes sociais e reformismo social: estratégia de conciliação entre capital e trabalho. *Revista HEERA*, p. 150-173, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26303 Acesso em 01 de mar. De 2024.

DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016*: razões, atores e consequências. São Paulo: Intermeios, 2018.

DIAS, Luiz Antonio; SOUSA, Rafael Lopes de. Golpes e narrativas: a imprensa em 1964 e 2016. In: DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016*: razões, atores e consequências. São Paulo: Intermeios, 2018.

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. *Novos estudos CEBRAP*, v. 35, p. 205-225, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/LWwxZ7CdTtzyH59HVFYJQhx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 01 de mar. 2024.

FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão; PEDRO, Joana Maria ZDEBSKYI, e Janaína de Fátima. A histérica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. *Espaço e cultura*, n. 38, 2015. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/29077 Acesso em: 01 de mar. 2024.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. A autoestima piauiense, os usos políticos e as repercussões na memória. *Revista Tempo e Argumento*, v. 13, n. 33, p. e210-e0210, 2021.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. *Nasce um bairro, renasce a esperança:* história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde. Teresina: EDUFPI, 2017.

FONTINELES, Claudia Cristina. A vitalidade da história em um tempo em ebulição. *História Unisinos*, v. 23, n. 2, p. 317-321, 2019, p.18. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5798/579865456016/579865456016.pdf Acesso em: 14 de ago. de 2020.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. *Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*, n. 24, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/12939 Acesso em: 14 de ago. de 2020.

GERALDES, Elen Cristina et al. *Mídia, misoginia e golpe*. Brasília: FAC-UnB, 2016.
LEMOS, Beatriz Monteiro. *Misoginia, feminismo e representações sociais:* o processo de impeachment de Dilma Rousseff na imprensa brasileira (2010-2016**)**. 2017, p.02. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18894/1/2017_BeatrizMonteiroLemos.pdf. Acesso em 14 de ago. de 2020.

LIMONGI, Fernando. Impedindo Dilma. *Novos Estudos*, 2017.

LIMONGI, Fernando. *Operação impeachment*: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023.

MARTINS, Estevão de Rezende. Realismo, ambição e frustração: O Brasil e sua política internacional (1985 – 2015). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*: O tempo da Nova República-vol. 5: Da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MARX, Karl. *O 18º brumário de Luís Bonaparte*. Editora Greenbooks, 2019. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=nBjADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=o+18+brum%C3%A1rio+de+lu%C3%ADs+bonaparte+karl+max&ots=nxQUq4-le6&sig=HBLa7O5jvb3WCudYmB515xcsXXs. Acesso em 11 de jan. de 2024.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. *Historiadores pela democracia:* o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Brasil à beira do abismo de novo. IN: BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. *Historiadores pela democracia*: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*: O tempo da Nova República-vol. 5: Da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964 – 1969. *Topoi*. Rio de Janeiro**,** v. 14, p. 62-85, 2013, p. 66. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/szkYRxbMSbvn5SCrHrd7MsL/?lang=pt. Acesso em 4 de jul. de 2023.

MOURA, Joao Benvindo de. *Análise discursiva de editoriais do jornal Meio Norte, do estado do Piauí*: a construção de imagens e as emoções suscitáveis através da argumentação. 2012. Teresina: EDUFPI, 2020.

NAZARIO, Diva Nolf. *Voto feminino é feminismo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009, p. 37 -38.

OLIVEIRA, Diego Batista Rodrigues de; MACHADO, Eliel. *Vem pra Rua e MBL no contexto do golpe parlamentar no Brasil*. *Lutas Sociais*, v. 23, n. 42, p. 98-108, 2019. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/47436 Acesso em: 4 de jul. de 2023.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Impeachment or backsliding? Threats to democracy in the twenty-first century. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/5fNc9G8V36HhP8c4NQYjtxK/?lang=en Acesso em: 4 de jul. de 2023.

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. Fundação Cultural do Piauí, Projeto Petrônio Portella, 1988.

QUEIROZ, Teresinha. De amor e de livros (Prefácio). In: CHAVES, Joaquim (Mons.) *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

RIBEIRO, Rodolfo Silva. *Convergência na mídia piauiense*: estudo comparativo das práticas dos grupos Meio Norte e O Dia. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina, p. 96, 2014.

RIOS, Frederico C. dos Santos. A relação entre o público e o privado no impeachment de Dilma Rousseff. *Cadernos De Linguagem E Sociedade*, *21*(1). 2020.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael Cardoso. *Tudo normal*: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. Comunicação & Sociedade, v. 39, n. 3, p. 111-130, 2017. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A6%3A4045462/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A133965430&crl=c Acesso em:4 de jul. de 2023.

ROMÃO, Wagner de Melo. As manifestações de junho e os desafios à participação institucional. 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5900/1/BAPI_n04_p11-17_OP_Manifestacoes-junho_Diest_2013-out.pdf.: Acesso em: 4 de jul. de 2023.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno Crh*, v. 27, p. 417-429, 2014. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Gms8JdT866XVMzqKLHYJSrB/?format=html&lang=pt Acesso em: 4 de jul. de 2023.

ESPÍRITO SANTO, Maíra Ouríveis do; DINIZ, Eduardo Henrique; RIBEIRO, Manuella Maia. Movimento passe livre e as manifestações de 2013: a internet nas jornadas de junho. *Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil*: perspectivas para avanço da democracia. Salvador: EDUFBA, p. 141-167, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Quando o fim também é o começo: nossos fantasmas do presente. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Priscila Kalinke da Silva. Manifestações de Junho de 2013, Mídia e Copa do Mundo 20141. XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Belo Horizonte, 2018.

SINGER, André et al. *Por que gritamos golpe*? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André. *O lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e Identidade*: as narrativas da piauiensidade. 2008. 300 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

VACCARI, Gabriel da Silva et al. *Empresariado e política no Brasil contemporâneo*: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014). 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, p. 90.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Olhemos o que se oculta por trás do tapete do jogo midiático e político*. MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado. Alameda Casa Editorial, 2016.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

A fase final. *Meio Norte*: Teresina, 13 de agosto de 2016.

Agosto acabou. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016, p.2.

AZEVEDO, Arimatéia. Aliás. *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016.

AZEVEDO, Arimatéia. Falta a rua. *O Dia*. Teresina,7 de dezembro de 2015.

AZEVEDO, Arimatéia. Liderança arranhada? O Dia: Teresina, 16 de abril de 2016, *O Dia Política*.

AZEVEDO, Arimatéia. Precedente perigoso. *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016.

AZEVEDO, Arimatéia. Que Golpe? *O Dia*: Teresina, 8 de agosto de 2016.

AZEVEDO, Arimatéia. Que loucura é essa? *O Dia*. Teresina ,4 de dezembro de 2015.

AZEVEDO, Arimatéia. Reta Final. *O Dia*: Teresina, 11 de agosto de 2016.

COELHO, José Newton de Freitas. O circo de Brasília. *O Dia*: Teresina, 20 de abril de 2016.

Dilma e Cunha sem moral. *O Dia*: Teresina, 6 de dezembro de 2015.

Dilma pode se fortalecer. *O Dia*. Teresina, 04 de dezembro de 2015.

Dilma Rousseff se diz "indignada" com processo de impeachment. *O Dia*: Teresina, 3 de dezembro de 2015. Em silêncio não. *Meio Norte*: Teresina, 4 de agosto de 2016.

Frase do dia. O Dia: Teresina, 1 de setembro de 2016.

Jogo de cartas. *Meio Norte*: Teresina, 16 de abril de 2016.

Lançada a primeira bomba. *O Dia*: Teresina, 3 de dezembro de 2015.

MAGALHÃES, Adriana. A dança das cadeiras. *O Dia*: Teresina, de abril de 2016.

MAGALHÃES, Adriana. Final de campeonato? *O Dia*: Teresina, 17 de abril de 2016.

MAGALHÃES, Adriana. O Brasil não tem saída. *O Dia*. Teresina, 9 de dezembro.

MAGALHÃES, Adriana. O brasileiro espera um novo milagre. O Dia: Teresina, 5 de agosto de 2016.

MAGALHÃES, Adriana. O que vem por aí? *O Dia*: Teresina, 1 de setembro de 2016.

MAGALHÃES, Adriana. O retrato do Brasil. *O Dia*. Teresina, 5 de dezembro de 2015.

MAGALHÃES, João. Câmara aprova impeachment. *O Dia*: Teresina, 18 de abril de 2016.

MAGALHÃES, João. Marcelo não vai sair do governo e, caso, seja demitido, votará contra o impeachment. *O Dia*: Teresina: 2 de abril de 2016.

MAGALHÃES, João. Parlamentares piauienses avaliam autorização de impeachment. *O Dia*: Teresina, 4 de dezembro de 2015.

MAGALHÃES, João. Sem surpresas na votação, piauienses justificam votos no impeachment. *O Dia*: Teresina, 18 de abril de 2016.

Martins, Mayara. Os últimos acontecimentos não atrapalham imagem do PT no Piauí. *O Dia*: Teresina: 4 de agosto de 2016.

Meta fiscal é ampliada. *Meio Norte*: Teresina, 3 de dezembro de 2015.

NUNES, Karliete. Começaram (?) os ataques. O Dia: Teresina, 1 de setembro de 2016. O juízo final. *Meio Norte*: Teresina, 29 de agosto de 2016, p.2.

PEDROSA, Robert. Wellington diz que pedido de impeachment contra Dilma é golpe. *O Dia*: Teresina, 4 de dezembro de 2015.

Procuradoria Geral deve incluir Lula no principal inquérito da Lava-Jato no STF. *O Dia*: Teresina, 3 de abril de 2016.

RIBEIRO, Ananias. Regina diz que impeachment é "ato de vingança" de Cunha. *Meio Norte*: Teresina, 3 de dezembro de 2015.

RIBEIRO, Efrém. "Há uma consciência democrática que impedirá o golpe". *Meio Norte*: Teresina, 3 de abril de 2016.

RIBEIRO, Efrém. Ciro crê em estabilidade após 'fundo do poço'. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016.

RIBEIRO, Efrém. Elmano: impeachment não resolve problemas. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016.

RIBEIRO, EFRÉM. Lula virá ao Piauí para ato contra impeachment. *Meio Norte*: Teresina, 3 de abril de 2016.

RIBEIRO, Efrém. Regina afirma que democracia foi golpeada. *Meio Norte*: Teresina, 1 de setembro de 2016.

TARGINO, Maria das Graças. Por minha mulher, por meus filhos... *O Dia*: Teresina, 20 de abril de 2016.

TEIXEIRA, Erbene Maria Coêlho. *O combate ao Aedes*: uma fuga disfarçada. O Dia: Teresina, 1 de abril de 2016, *O Dia Opinião*.

FONTES CINEMATOGRÁFICAS:

BRÉSIL: LE GRAND BOND ARRIÈRE. Direção: Frédérique Zingaro e Mathilde Bonnassieux. França, 2017. Disponível em: https://youtu.be/XDZ5UtlsqdA?si=eHAZVOCGg93upuzj. Acesso em 10 de jan. de 2024.

FONTES DIGITAIS

64% reprovam o governo Dilma. *Datafolha*, 29 de fev. de 2016. Disponível em: https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/02/64-reprovam-governo-dilma.shtml.. Acesso em 15 de nov. de 2016.

Aprovação do governo Dilma é 44%, indica pesquisa Datafolha. *G1*, 23 de outubro de 2014, Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/aprovacao-do-governo-dilma-e-de-44-indica-pesquisa-datafolha.html. Acesso em 15 de nov. de 2022.

Avaliação e aprovação do Governo Federal + política nacional + pandemia. *EXAME/IDEIA*. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2021/02/EXAMEIDEIA12FEV20213.pdf. Acessado em 18 de jun. de 2023.

BALZA, Guilherme; CHAMMAS, Guilherme. Pela primeira ver Nordeste ultrapassa o Sudeste em número de votos no PT. *UOL*, 27 de out. de 2014. Disponível em: https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/mobile/2014/10/27/pela-primeira-vez-maior-parte-dos-votos-do-pt-vem-do-nordeste.htm. Acesso e 08 de jun. de 2023.

BERGAMASCO, Débora; PARDELLAS, Sérgio. Uma presidente fora de si. *IstoÉ*, 2016. Disponível em: https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/. Acesso em 11 de jul. de 2021.

BONFIM, Camila. Líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral, é preso pela polícia Federal. *G1*, 25 de nov. de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/11/delcidio-amaral-senador-do-pt-e-preso-pela-policia-federal.html. Acesso em 04 de jul. de 2023.

BONIN, Robson. Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Yousseff à PF. *Revista Veja*, 23 de outubro de 2014. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf. Acesso em 17 de jun. 2023.

BRASIL, Senado Federal. CPMF deixa de ser cobrada. Senado Federal, 1 de ago. de 2008. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/01/02/cpmf-deixa-de-ser-cobrada. Acesso em 08 de jun. de 2023.

BRASIL, Senado Federal. Diário Oficial da União - Seção 1 - 30/8/2012. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-publicacaooriginal-137498-pl.html. Acesso em 06 de junho de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Concurso abrirão 21 mil vagas em institutos e universidades federais. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/15182-concursos-abrirao-21-mil-vagas-em-institutos-e-universidades-federais. . Acesso em 06 de junho de 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PSDB confirma 52 votos a favor da abertura do impeachment. Câmara dos Deputados, 17 de abril de 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/485846-psdb-confirma-52-votos-a-favor-da-abertura-do-impeachment. Acesso em 13 de jul. de 2023.

CARDOSO, Anna Carolina e SOARES, Pedro. Eduardo Cunha vai a templos defender Dilma contra boatos. *Folha de São Paulo*, 11 de out. de 2010. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1110201005.htm. Acesso em 28 de jun. de 2023.

CARVALHO, Marcelo Cesar. Lula sabia de esquema na Petrobras desde 2005, diz doleiro. *Folha de São Paulo*, 25 de out. de 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538000-lula-sabia-de-esquema-desde-2005-diz-doleiro.shtml. Acesso em 17 de jun. de 2023.

Delcídio é condenado a indenizar Lula por acusações falsas na Lava Jato. Carta Capital, 2 de out de 2023. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/delcidio-e-condenado-a-indenizar-lula-por-acusacoes-falsas-na-lava-jato. Acesso em 10 de jan. de 2024.

Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXXI – Supl. ao nº 35, sexta feira, 18 de março de 2016, Tomo I/VI. Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff. Acesso em 13 de nov. de 2022.
Diário da Câmara dos Deputados. Ano LXXI – Supl. ao nº 35, sexta feira, 18 de março de 2016, Tomo I/VI. Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/22/veja-os-principais-documentos-do-processo-de-impeachment-de-dilma-rousseff. Acesso em 13 de nov. de 2022.

FHC critica Lula e chama Dilma de ‘fantoche’, *Estadão*, 4 de out. de 2010. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/fhc-critica-lula-e-chama-dilma-de-fantoche/. Acesso em 24 de abril de 2023.

e TELES, Giovana. Eduardo Cunha é o principal político denunciado na Lava Jato até agora. *G1*, 21 de ago. de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/08/eduardo-cunha-e-o-principal-politico-denunciado-ate-agora-na-lava-jato.html. Acesso em 28 de jun. de 2023.

Em depoimento a PGR, Lula desmentiu Delcídio. Brasil 247, 1 de agosto de 2016. Disponível em: https://www.brasil247.com/brasil/em-depoimento-a-pgr-lula-desmentiu-delcidio. Acesso em 10 de jan. de 2024.

Experiência. Priberom Dicionário. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/experi%C3%AAncia. Acesso em 11 de junho de 2023.

FERRARI, Wallacy; MALVA, Pamela. Em praça pública: há 229 anos, Maria Antonieta era guilhotinada. *Aventuras na História*, 16 de out. de 2021. Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/neste-dia-ha-227-anos-maria-antonieta-era-decapitada-em-praca-publica.phtml. Acesso em 12 de jul. de 2023.

GARCIA, Gustavo; MATOSO, Felipe; PASSARINHO, Nathalia. *Dilma Critica ausência de mulheres e negros no ministério de Temer***.** Disponível em: http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/dilma-critica-ausencia-de-mulheres-e-negros-no-ministerio-de-temer.html. Acesso em 12 de julho de 2020.

GREENWALD, Glenn; MARTINS, Rafael Moro e SANTI, Alexandre de. 'NÃO É MUITO TEMPO SEM OPERAÇÃO?' Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato. *The Interpect Brasil*, 9 de jun. 2019. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/. Acesso em 17 de junho de 2023.

KANIAK, Thaís e DIONÍSIO, Bibiana. Eduardo Cunha é citado por mais um delator da Operação Lava Jato. *G1*, 23 de set. de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/09/eduardo-cunha-e-citado-por-mais-um-delator-da-operacao-lava-jato.html. Acesso em 29 de jun. 2023.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: Bela, recatada e do "lar". *Veja*, 2016. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/. Acesso em 04 de jul. de 2020.

MACEDO, Fausto. FHC critica Lula e chama Dilma de "fantoche". Estadão, 4 de outubro de 2010. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/fhc-critica-lula-e-chama-dilma-de-fantoche/. Acesso em 28 de jun. de 2023

José Serra (PSDB). Manifestantes no Recife pedem intervenção militar no Brasil. *G1*, 15 de março de 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/03/manifestantes-no-recife-pedem-intervencao-militar-no-brasil.html. Acesso em 15 de nov. de 2021.

Manifestantes saem as ruas em protestos pelo Brasil. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/album/2013/06/20/confira-as-melhores-fotos-dos-protestos-pelo-brasil.htm?foto=10446351. Acesso em 11 de jul. de 2021.

MARTÍN, María. Dios Tumba la presidenta de Brasil. El país, 18 de abr. de 2016. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2016/04/18/actualidad/1460935957_433496.html. Acesso em 13 de jul. de 2023

'Dia D' do impeachment: O que você precisa saber sobre a votação e os próximos passos. *BBC News*, 17 de abril de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160417_impeachment_dia_d_ab. Acesso em 13 de julho de 2023.

NUNES, Ivan. Serra intensifica bombardeio contra Dilma e a acusa de ser fantoche. Correio Braziliense, 10 de set. de 2010. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/eleicoes2010/2010/09/10/capa_diversao_arte_old2018,212299/serra-intensifica-bombardeio-contra-dilma-e-a-acusa-de-ser-fantoche-de-lula.shtml. Acesso em 28 de jun. de 2023.

OLGA, Think. *Quem toma hoje a direção do país, o faz somente para colocá-lo na contramão da história*. Disponível em: https://www.facebook.com/thinkolga/photos/quem-toma-hoje-a-dire%C3%A7%C3%A3o-do-pa%C3%ADs-o-faz-apenas-para-coloc%C3%A1-lo-na-contram%C3%A3o-da-his/782608405208016/. Acesso em 12 de jul. de 2020.

Os pedidos de impeachment de Bolsonaro. *Agência de Jornalismo Investigativo*. Disponível em: https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/quantos-pedidos-de-impeachment-os-ultimos-presidentes-receberam/. Acesso em 12 de nov. de 2022.

PASSARINHO, Nathalia. Conselho de Ética instaura processo para investigar Eduardo Cunha. *G1*, 3 de nov. de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/conselho-de-etica-instaura-processo-para-investigar-eduardo-cunha.html. Acesso em 13 de jul. de 2023**.**

PASSARINHO, Nathalia. PMDB decide orientar voto a favor do processo de impeachment de Dilma. G1, 14 de abril de 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/pmdb-decide-orientar-voto-favor-do-processo-de-impeachment-de-dilma.html. Acesso em 13 de jul. de 2017.

PASSARINHO, Nathalia; MATOSO, Felipe e LUIZ, Gabriel. Marcelo Castro pede demissão do cargo de ministro da Saúde. *G1*, 24 de abril de 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/castro-pedira-demissao-do-cargo-de-ministro-da-saude-diz-assessoria.html. Acesso em 09 de julho de 2023.

PRATES, Maria Clara. *Governo Temer veta palavra 'presidenta' em publicação da EBC***.** Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/05/31/interna_politica,767923/palavra-presidenta-e-vetada-na-ebc.shtml. Acesso em 12 de jul. de 2020.

Registro das sessões. *Câmara dos Deputados*. Documentação disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020160318S00350000.PDF#page=. Acesso em 12 de nov. de 2022.

Revista Sindicatos em Ação, Edição 8, maio de 2014, p.3. Disponível em: http://www.sindicatosemacao.com.br/edicao/8/files/assets/basic-html/index.html#3. Acesso em 11 de junho de 2013.

Revista Sindicatos em Ação, Edição 9, julho de 2014, p.3. Disponível em: http://www.sindicatosemacao.com.br/edicao/9/files/assets/basic-html/index.html#3. Acesso em 11 de junho de 2013.

SERENA, Ilana e ROMERO, Maria. Jornalista Arimatéia Azevedo é preso na zona sudeste de Teresina após ser condenado por extorsão. *G1 Pi*, 18 de ago. de 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/08/18/jornalista-arimateia-azevedo-e-preso-na-zona-sudeste-de-teresina-apos-ser-condenado-por-extorsao.ghtml. Acesso em 04 de maio de 2023.

SILVA, Alessandro et al. *O fortalecimento dos estigmas de gênero no fotojornalismo:* análise semiológica da edição 2417 da Revista IstoÉ. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0377-1.pdf. Acesso em 14 de ago. de 2020.

SKAF, Paulo. 2013, o ano que não terminou. *Revista Sindicatos em Ação,* Edição 6, dezembro de 2013, p.3. Disponível em:

http://www.sindicatosemacao.com.br/edicao/6/files/assets/basic-html/index.html#3. Acesso em 11 de junho de 2013.

SKAF, Paulo. A esperança de um novo ano. *Revista Sindicatos em Ação,* Edição 9, julho de 2014, p.4. Disponível em: http://www.sindicatosemacao.com.br/edicao/11/files/assets/basic-html/index.html#4. Acesso em 13 de junho de 2023.

TELES, Giovana. Eduardo Cunha é o principal político denunciado na Lava Jato até agora. *G1*, 21 de ago. de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/08/eduardo-cunha-e-o-principal-politico-denunciado-ate-agora-na-lava-jato.html. Acesso em 28 de jun. de 2023.

UNIÃO, Diário Oficial. *Página 3 da seção 2 do Diário Oficial da União (DOU) de 13 de Maio de 2016*. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/115728118/dou-secao-2-13-05-2016-pg-3. Acesso em 12 de julho de 2020.

VENAGLIA, Guilherme. Lula pede que seja absolvido em ação sobre suborno a Cerveró. Veja, 7 de nov. de 2017. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/lula-pede-para-ser-absolvido-em-acao-sobre-suborno-a-cervero. Acesso em 10 de jan. de 2024.

Ver em Aprovação do governo Dilma é 44%, indica pesquisa Datafolha. *G1*, 23 de outubro de 2014, Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/aprovacao-do-governo-dilma-e-de-44-indica-pesquisa-datafolha.html. Acesso em 15 de nov. de 2022.

VIZIA, Bruno de. Para FIESP, Plano Brasil Maior é 'início correto´. *Valor Econômico*, São Paulo, 02 de ago. 2011. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2011/08/02/para-fiesp-plano-brasil-maior-e-inicio-correto.ghtml. Acesso em 12 de jun. 2023.

Why vote to impeach Dilma Rousseff? *The Economist*, 18 de april. 2016. Disponível em: https://www.economist.com/the-americas/2016/04/18/why-vote-to-impeach-dilma-rousseff?fsrc=scn%2Ftw%2Fte%2Fbl%2Fed%2Fwhyvotetoimpeachdilmarousseff. Acesso em 13 de jul. de 2023.